

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A “Greve Geral” de 1903
O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910

Marcela Goldmacher

Orientador: Marcelo Badaró Mattos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

NITERÓI - RJ
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Goldmacher, Marcela

A “Greve Geral” de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910, Niterói, 2009.

177 p. : il.; 30 cm

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense / ICHF – Dep. de História.

Orientador: Mattos, Marcelo Badaró

1. Movimento operário. 2. Luta de classes. 3. Consciência de classe. 4. Organização operária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Norberto Ferreras e Paulo Fontes por suas valiosas sugestões a este trabalho durante o exame de qualificação.

Agradeço também a todos que de alguma forma de me incentivaram durante os quatro anos necessários à elaboração deste trabalho, familiares e amigos, em especial ao Elton, por suas palavras e gestos de incentivo e por sua paciência nos momentos difíceis.

E agradeço em especial ao meu orientador, Marcelo Badaró Mattos, que desde os tempos da graduação em história me orienta com grande tranquilidade fundamental em muitos momentos.

Foi de grande importância na realização deste trabalho o apoio financeiro recebido da Capes.

Índice

	Pág.
Introdução	1
Capítulo 1 – O Rio de Janeiro e o cotidiano dos operários das décadas de 1890 a 1910	18
Indústria	18
Governo do Povo?	25
Cotidiano Operário	33
Capítulo 2 – Associações operárias, identidade de classe e a “Greve Geral”	51
As associações operárias e a greve	53
<i>Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos</i>	53
<i>Congresso União dos Operários em Pedreiras</i>	57
<i>Associação de Classe União dos Chapeleiros</i>	60
<i>Liga dos Artistas Alfaiates</i>	61
<i>União dos Operários Estivadores</i>	63
As associações operárias, entre a “greve geral” de 1903 e os Congressos Operários	67
Organização operária e identidade operária	82
Capítulo 3 – Greves realizadas nas décadas de 1890 a 1910	93
Greves entre 1890 e 1920	94
Greve na EFCB de 1891	101
Greve dos Sapateiros de 1906	107
Greve do Lloyd de agosto de 1913	110
Greve dos Gráficos de 1917	116
Capítulo 4 – “Greve geral” de 1903	124
Conclusão	167
Fontes	173
Referências Bibliográficas	174

Introdução

No ano de 1903 os trabalhadores em fábricas de tecidos iniciaram uma greve que durante seus 26 dias de duração teve a adesão de diversas categorias de trabalhadores, vindo, então, a ser denominada por estes como “greve geral”. Apesar de não terem apresentado formalmente aos patrões uma pauta de greve unificada, ao longo de seu desenvolvimento, cada categoria apresentou pretensões comuns: redução da jornada de trabalho às 8 horas e 40% de aumento, além de outras questões particulares a cada ofício.

A greve de 1903 começou no dia 11 de agosto, tendo como primeiros grevistas os operários em fábricas de tecidos, mais especificamente da fábrica Cruzeiro. A estes se uniram os operários de diversas outras fábricas de tecidos do Rio de Janeiro e também de várias outras categorias organizadas em associações. Posteriormente se declararam em greve solidariamente aos trabalhadores em fábricas de tecidos os integrantes da Sociedade dos Artistas Chapeleiros, da Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, Associação de Classe União dos Chapeleiros e Liga dos Artistas Alfaiates. Também se declararam em greve os operários da fábrica de tecidos Bangu, os operários charuteiros do Engenho de Dentro, os operários da fábrica de vidros Esberard, Luz Estearica e da fábrica de tecidos em Sapopemba, a Empresa Industrial Brasileira, os estivadores e carregadores de café, assim como os operários das pedreiras após reunião no Congresso União dos Operários das Pedreiras, os sapateiros, após reunião no Centro dos Sapateiros e a União de Classe dos Marceneiros, além dos carpinteiros¹. Segundo estimativa feita pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, a greve teria reunido 40.000 trabalhadores, sendo tecelões em torno de 25.000 destes². Além do grande número de trabalhadores envolvidos, o movimento também se destacou por sua extensão territorial, tendo se expandido desde o Andaraí, Mangueira, São Cristóvão, passando pelo Centro da cidade, Laranjeiras, Gávea, Jardim Botânico, Botafogo, Gamboa, até Sapopemba e Bangu (cf. mapa, figura 1, anexo 1).

Alguns jornais diários do Rio de Janeiro noticiaram a participação das associações operárias durante a greve, como forma de representação dos trabalhadores, abrigando em suas sedes reuniões para discutir os assuntos relacionados à paralisação e

¹ *Jornal do Brasil*, de 15/08/1903 a 26/08/1903, edições da manhã e da tarde.

² Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro. In: *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 20/07/1914, p.3.

organizando a formação de comissões para representar os grevistas. Entre estas associações foram localizadas: Sociedade dos Artistas Chapeleiros; Associação de Classe dos Artistas Sapateiros; Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos; Associação de Classe União dos Chapeleiros; Liga dos Artistas Alfaiates; Congresso União dos Operários em Pedreiras; Centro dos Sapateiros; Centro Internacional dos Pintores; União de Classe dos Marceneiros; Sociedade Operária do Jardim Botânico e União das Classes Operárias.

A greve foi intensamente reprimida. O chefe de polícia do Rio de Janeiro, Cardoso de Castro, lançou mão de grande aparato bélico, recorrendo às forças militares para a contenção dos grevistas, que em muitos momentos foram tratados como revoltosos.

Poucos são os estudos historiográficos relativos à “greve geral” de 1903. Boris Fausto comenta muito rapidamente esta greve, enfatizando que, tendo sido derrotada, uma vez que os trabalhadores não conquistaram os 40% de aumento pedidos e não conseguiram manter a redução a 9 horas e meia de trabalho diário, além do que a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos desapareceu. O autor comenta não só esta greve, como outras em anos próximos, com o objetivo de sustentar seu argumento de que a derrota das greves levava ao fim das organizações têxteis. Defendendo, assim, uma relação entre a capacidade mobilizatória explosiva, representada pelo grande número de greves, devida aos baixos salários, condições ruins de trabalho e solidariedade conseqüente da concentração industrial, e o baixo grau da organização, que explicaria o pequeno sucesso dessas mobilizações³. Veremos, no entanto, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, que os trabalhadores, já em 1903, começavam a desenvolver sua consciência e identidade de classe para além do seu ofício e do simples aglomerado de homens dentro do ambiente fabril.

Angela de Castro Gomes, apesar de também ter-se detido brevemente nesta greve de 1903, apresenta visão bem distinta da anterior. A autora salienta a importância de considerarmos esta greve dentro do contexto político que a ensejou, o debate sobre a fixação das 8 horas diárias de trabalho e outras garantias aos trabalhadores do Estado, além de reconhecer a liderança da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos e da Liga dos Alfaiates na orientação do movimento⁴. Ambos os autores, no

³ FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp.127-128.

⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. SP: Vértice, 1988, p.73.

entanto, reconhecem a grande proporção que este movimento tomou, envolvendo não só os têxteis com diversas outras categorias.

Após um período de esquecimento, a “greve geral” de 1903 apareceu em trabalhos mais recentes. Francisca Nogueira de Azevedo produziu um trabalho de maior fôlego sobre esta greve. A autora reproduziu os fatos da greve, sob a forma de um diário da mesma. O texto trás dia-a-dia os acontecimentos da greve com base nas notícias dos jornais diários do Rio de Janeiro. Francisca Azevedo, no entanto, não analisa nem os acontecimentos, nem as notícias relatadas, deixando assim de fazer um esforço de compreensão da dinâmica da relação entre as associações envolvidas na greve e os trabalhadores, destas mesmas associações com os patrões e com a polícia e ainda as relações entre a polícia e o patronato, dentre muitas outras questões suscitadas pela greve.

Antes do início do relato da greve, a autora apresenta uma breve contextualização do período. Nesta, reforça teses já relativizadas ou mesmo refutadas a respeito da influência dos imigrantes no desenvolvimento das organizações operárias nacionais. Afirma, inclusive, que os trabalhadores só começaram a se organizar depois da proclamação da República, desconsiderando, desta forma, a herança organizativa das irmandades, associações beneficentes e de auxílios mútuos⁵.

Jane Santucci, em um trabalho sobre as revoltas populares do Rio de Janeiro no início do século XX, também aborda a “greve geral” de 1903. A autora, com formação na área de arquitetura, apresenta brevemente a localização das principais indústrias têxteis e suas vilas operárias, atribui a liderança da greve aos anarquistas, ligando-os aos imigrantes. A autora atenta para a solidariedade operária evidenciada durante a greve⁶. Porém, afirma que esta solidariedade teria sido promovida pela greve, e não, da forma como defendemos, que a greve, ao mesmo tempo que só tomou as proporções evidenciadas graças à solidariedade já existente, também nos permitiu verificá-la.

Apesar de agrupar a greve de 1903 com algumas revoltas populares, como a Revolta da Vacina, a autora separa os seus participantes entre operários e populares, respectivamente, não atentando para o fato de que os participantes, tanto da greve, quanto da revolta, eram, em grande parte os mesmos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro.

⁵ AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2005, pp.23-24.

⁶ SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, p.148.

Os fatos ocorridos e os posicionamentos, tanto de patrões quanto de trabalhadores, tomados durante o desenvolvimento da greve suscitam diversas questões. Uma delas seria associar as formas de atuação com as respectivas associações operárias. Uma outra questão seria avaliar se havia uma relação entre a forma de atuação e o ramo da produção das diferentes associações. Por exemplo, observar se as categorias, em função do nível de especialização de seu ofício, apresentavam atuações mais independentes. Ainda, devemos analisar se as associações já possuíam como objetivo, na época de sua fundação, a defesa dos interesses de seus associados enquanto trabalhadores, ou se apenas atendiam a finalidades assistenciais ou educativas, mudando sua orientação, para atuações de defesa de direitos, por exemplo, devido aos acontecimentos.

A greve de 1903 teve características distintas mesmo no que diz respeito à aceitação, por parte das associações, da intervenção do chefe de polícia. Os comportamentos das associações variavam desde algumas que, logo nos primeiros momentos, os de grande agitação, reuniram-se com o chefe de polícia, negando a adesão à greve e solicitando uma interferência junto a seus patrões, até aquelas que não aceitaram a interferência da polícia, ou mesmo de qualquer um que não fosse operário, como o CCO, representado por Vicente de Souza. Entre esses dois extremos temos ainda algumas que se diziam em greve, mas que não se coadunavam aos demais trabalhadores em greve, afirmando que entraram em greve com demandas específicas. Ainda houve outras que aderiram à greve e, somente após essa declaração e a negativa às suas demandas por seus patrões, procuraram o chefe de polícia, mas reafirmar-se em greve até que suas demandas tivessem sido atendidas.

A mesma diversidade de posicionamentos de operários e respectivas associações, fato este que associamos às diferentes concepções políticas de luta, se refletiu no posicionamento dos patrões. Alguns reagiram de forma imediata à deflagração da greve negando-se a negociar. Outros atenderam prontamente as reivindicações de seus funcionários. Enquanto outras empresas solicitaram a pauta de reivindicações para abrir as negociações, mas com a condição de que estas fossem realizadas concomitantemente à volta ao trabalho.

Podemos destacar ainda que muitas categorias de trabalhadores declararam-se em greve como uma forma de solidariedade aos operários têxteis. Isto pode ser demonstrado a partir da fala destes operários e também pelo fato de que a elaboração de suas pautas de reivindicações ter se dado apenas após a adesão à greve. Este último fato

pode ser um indicativo da identidade de classe destes trabalhadores e como ela se estrutura.

O modo como os poderes públicos reagiram à greve é outra questão levantada no estudo. As ações do chefe de polícia que, logo no início da greve, recorreu ao presidente da República, ao ministro do interior e ao ministro da guerra, solicitando apoio do exército e da marinha com contingentes de soldados para o enfrentamento do movimento, podem ser um indicativo de como a classe operária era então vista pela sociedade.

Uma última questão a ser investigada foi o que, em alguns artigos, foi apresentado como sendo o motivo da greve de 1903, a luta pela jornada de 8 horas de trabalho, no setor privado como nas empresas do Estado. A reivindicação se basearia no fato de que se o próprio Estado já cogitava implementar a jornada de 8 horas, as empresas privadas também deveriam implementá-la.

Esta pesquisa se insere no campo de estudos do mundo do trabalho, envolvendo as décadas de 1890 e 1910 e tendo como ponto central o ano de 1903. Considerando-se a Primeira República, o ano de 1903 se destaca como o de maior número de greves na cidade do Rio de Janeiro. Foi neste ano que os trabalhadores em fábricas de tecidos realizaram esta greve com duração de 26 dias que chamaram de “greve geral”.

Este não é um estudo localizado e episódico de apenas uma greve, e sim da conjuntura e do processo que explica sua possibilidade de surgimento. Desta forma, serão objetos de estudo também as condições de vida e de trabalho nos ramos produtivos deste período.

A relevância desta greve por tornar claras diversas questões relativas à sociedade em que ocorreu, é ainda reforçada por esta ter dado origem, um mês após a sua ocorrência, à “Federação das Associações de Classe, que em 1905 daria origem à Federação Operária Regional Brasileira. Esta, por sua vez, organizaria o 1º Congresso Operário Brasileiro, em abril de 1906, transformando-se em seguida na Federação Operária do Rio de Janeiro”⁷, e neste mesmo congresso foi votada a criação da Confederação Operária Brasileira (COB) nos moldes da CGT francesa. Desta forma, podemos afirmar que esta greve passou a informar o movimento operário posterior à sua ocorrência.

⁷ BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 40.

Buscando responder às questões apresentadas acima, trabalhei com as organizações e lutas coletivas da classe trabalhadora em seu processo de formação. O fato de já em 1903 os trabalhadores cariocas terem sido capazes de mover quase 40 greves, tanto nos espaços das oficinas marcadas ainda pelo trabalho de tipo artesanal, quanto nas grandes fábricas de tecidos, indica que esta classe operária gerou diversas organizações e ações coletivas. Ao mesmo tempo em que tais organizações e ações se originaram influenciadas por concepções de pensadores europeus, inseridos em condições bastante diversas das brasileiras em relação aos ofícios, às experiências de vida e trabalho, visaram a atuar sobre as especificidades das condições locais, reinterpretando os modelos internacionais em seus próprios termos. Assim, relacionando-se a diferentes contextos político-econômicos dentro deste período, foram criadas e/ou adotadas diferentes formas organizativas, muitas vezes dividindo a classe operária em termos ideológicos e organizacionais. Ao final da década de 1910, no entanto, diante da proletarianização generalizada dos trabalhadores urbanos e de sua análise político-econômica, torna-se hegemônica a opção pelos métodos de ação direta.

As organizações com que trabalhei foram Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, a Associação de Classe União dos Chapeleiros, Liga dos Artistas Alfaiates, Congresso União dos Operários em Pedreiras e União dos Operários Estivadores. Estas se envolveram na orientação dos grevistas durante a “greve geral” de 1903. As fontes utilizadas no seu estudo foram seus estatutos e notícias de jornais em que as associações se manifestaram e/ou foram comentadas.

Além da de 1903, as outras greves às quais dediquei uma maior atenção ao longo deste trabalho foram a greve da Estrada de Ferro Central do Brasil, de 1892, a dos sapateiros de 1906, a greve do Lloyd de 1913 e a greve de gráficos em agosto de 1917. A “greve geral” é central para o estudo da formação da classe trabalhadora, pois é um momento fundamental deste processo e um indicador importante do mesmo.

Durante esta greve diversas categorias, ou classes, de trabalhadores, desde os ramos mais artesanais ao mais industrializado, se uniram e se apoiaram em solidariedade aos têxteis, iniciadores do movimento. Nesta demonstração de solidariedade os trabalhadores foram representados por suas associações, demonstrando, assim, não só a existência da solidariedade de classe como também a capacidade de organização desta classe.

A classe trabalhadora, no entanto, não é um elemento isolado do restante da sociedade, nem é formada por homens existentes apenas em seu local de trabalho. Mas,

por homens, e mulheres, que além de trabalharem, vivem, especialmente no momento aqui estudado, em uma cidade em grande transformação.

O Rio de Janeiro neste momento vivia um processo de remodelamento que trouxe grandes conseqüências para a vida de seus habitantes. Parte desses habitantes eram operários. Operários que viram seu local de moradia ser demolido para a abertura de novas ruas, e sua vida sendo afetada por novas políticas públicas, como a vacinação obrigatória.

Os operários, envolvidos em greves, e os populares, envolvidos em revoltas, são, assim, em grande parte das vezes, as mesmas pessoas, apenas em locais e momentos distintos. E, às vezes, nem tão distintos assim, afinal, durante a greve de 1903 ocorreram alguns episódios de revolta, representados pelos “tumultos” relatados nos jornais e pelo enfrentamento dos grevistas com a polícia. E, durante a Revolta da Vacina em 1904, houve episódios grevistas, como no Porto e na Gávea.

Um objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar como a classe operária, na conjuntura aqui delimitada, vê a si mesma, ou seja, em que bases se estrutura a sua consciência de classe. Subsidiariamente, avaliamos também como ela é vista pelos vários setores da sociedade, tais como a polícia, os elementos do governo, os meios de comunicação – que informam a visão de outros setores sociais.

Para o cumprimento deste objetivo geral, procurei atingir objetivos específicos tais como delimitar os contornos desta classe operária, que é bastante heterogênea, tanto em termos de formação como de informação, isto é, delimitar quais meios esta classe em suas várias divisões internas julga legítimos ou não para a conquista de suas aspirações e suprimento de suas necessidades, assim como quais são estas. Para tal efetuei o levantamento das correntes ideológicas e formas organizativas que influenciaram a classe operária, constituindo-se em movimento operário, uma vez que eram várias as possíveis formas de organização desta classe, tais como partidos, sindicatos, associações de diversas naturezas, fundadas com diferentes propósitos, podendo ser educativas, assistenciais, ou defensoras do operário enquanto trabalhador, e também as formas como ela poderia se identificar. Por fim, este estudo se localiza em um momento de formação da classe operária brasileira, de forma geral, e da carioca, mais especificamente, em que convivem homens e mulheres, “livres” e libertos recém saídos da experiência da escravidão, adultos e crianças, nacionais e estrangeiros, e com as mais diversas formações profissionais, desde artesãos a agricultores e operários, daí as várias formas como os próprios trabalhadores se denominam, podendo ser operários,

artistas, artesãos, classes menos favorecidas. Essas denominações correlacionam-se com suas condições de vida e trabalho, que por sua vez, informam das diferentes formas de engajamento no movimento operário, por exemplo, atuação por meio de greves, ou paralisações, ou ainda cartas ao chefe de polícia para que este intercedesse junto aos patrões em seu nome, julgando legítima ou não a interferência de elementos não operários nas lutas operárias.

Boa parte do referencial teórico utilizado nesta pesquisa é fornecida por E. P. Thompson. Suas idéias rejeitam as descrições da classe operária apenas em termos de modelos burocráticos, afirmando que o radicalismo político aparece nas formas culturais, nas comunidades, locais de trabalho e redes sociais. O autor introduz assim a preocupação com a linguagem e a consciência de classe. Segundo Thompson, classe e consciência de classe são indissociáveis, portanto, para entendermos a identidade da classe trabalhadora, devemos investigar seus valores e suas crenças, enfim sua cultura⁸. É segundo esta perspectiva, de que a classe trabalhadora não se limita apenas aos trabalhadores da grande indústria altamente mecanizada, mas também aos de outras formas de produção, como a manufatura e que os trabalhadores não se localizam apenas imobilizados dentro do ambiente produtivo, mas também nas suas formas de vida, em sua moradia, em suas diversas formas de associação, que a classe trabalhadora será estudada neste trabalho.⁹

Aspectos culturais serão analisados segundo a perspectiva de Raymond Williams, que por sua vez, é muito próxima da de Thompson. Williams defende a não separação entre “cultura” e vida material. Segundo o autor, o conceito de cultura deve ser visto em suas possibilidades totais “como um processo social constitutivo, que cria ‘modos de vida’ específicos e diferentes”¹⁰.

O autor chama à atenção ainda o fato de que aquilo que o marxismo predominantemente definiu como “base” é um processo dinâmico e contraditório e não uma estrutura estática que originaria uma superestrutura secundária e variável. Desta forma, o objeto de estudo dos interessados em compreender o processo social deve ser a

⁸ THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987-1988 e THOMPSON, E.P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3ª ed. Campinas, Unicamp, 1998 (Série Textos Didáticos).

⁹ Assim, embora utilizando frequentemente as expressões classe operária e movimento operário, que são as mais usuais em línguas latinas e aparecem quase sempre em nossas fontes, tomamos tais expressões como sinônimos de classe trabalhadora e movimento dos trabalhadores, não restringindo operários a trabalhadores industriais, conforme será detalhado.

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.25.

relação entre estes processos reais, expressa pela “determinação”. O real sentido de “determinação”, segundo o autor, deveria ser o de estabelecimento de limites e também de pressões para a atuação dos sujeitos coletivos, e não de leis determinantes de um processo previsível.

Desta forma, no processo social as determinações positivas, as pressões para que se aja de determinada forma informada por um determinado modo social, que apesar de serem sentidas individualmente, são sociais, têm relações complexas com as determinações negativas, que são os limites.

O mesmo autor reforça ainda mais a total interpenetração entre produção material e superestrutura ao afirmar que a ordem social e política é tão material quanto qualquer produção material, uma vez que representam uma ordem cultural material produzida com o objetivo de manter o mercado capitalista.

O conceito de hegemonia, nesta perspectiva, ultrapassa o de cultura na medida em que expõe as desigualdades de condições dos homens numa sociedade de classes em definir e modelar as suas vidas. O conceito de hegemonia reconhecendo a totalidade do “processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores específicos e dominantes”¹¹ vai além do conceito de ideologia por não enfatizar como decisivo apenas “o sistema consciente de idéias e crenças”¹². O conceito de hegemonia, desta forma, não reduz a consciência à ideologia.

Tendo em vista tais pressupostos, as análises das fontes nos possibilitam identificar, dentro do período investigado, diferentes momentos da formação da classe operária no Rio de Janeiro. Podemos tomar como referência para analisar tal processo, desde que atentando para os riscos de simplificação que determinados modelos sociológicos podem induzir quando aplicados de forma esquemática à história, as considerações de Edward Shorter e Charles Tilly, em seu estudo sobre as greves francesas na longa duração. Para esses autores, os momentos da formação da classe coadunam aos modos de organização destes trabalhadores, que correspondem, por sua vez, aos grandes estágios da organização da produção. Seguindo estas idéias, destacam três fases principais: 1) a produção artesanal; 2) a produção em massa; e 3) a fase do setor científico¹³. O período investigado se situa na transição entre a fase de produção artesanal e a de produção em massa. Durante a primeira fase, que coincide com as

¹¹ Idem, p.112.

¹² Idem.

¹³ SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1978.

primeiras fábricas, vemos trabalhadores qualificados que possuem conhecimentos sobre cada processo produtivo e que se organizam em associações profissionais de auxílio mútuo e de fins educacionais. Os trabalhadores do período investigado estão realizando a transição para a segunda fase, em que há uma especialização maior dos trabalhadores, ou seja, em alguns setores já havia uma linha de produção, cada trabalhador realizava apenas uma parte do processo produtivo, desconhecendo todas as etapas da produção, e em que a organização se dá preferencialmente, mas não exclusivamente, em sindicatos de classe.

As duas fases também se distinguem, segundo os autores, em relação às greves deflagradas em seus períodos. Não se distinguem apenas em termos do número de greves, mas sim nas reivindicações e motivações destas. Na fase de produção artesanal, os trabalhadores entravam em greve contra a exploração da sua habilidade e conhecimento por seus patrões, que não repassavam os lucros desta exploração aos trabalhadores. Por outro lado, na fase de produção em massa, as greves seriam deflagradas principalmente como uma reação ao desequilíbrio na distribuição das riquezas geradas pelo processo produtivo entre as classes sociais.

Esta argumentação pode nos ser útil na medida em que nos propomos a analisar um período de convivência entre trabalhadores qualificados e especializados, e aqueles que se encontram entre estes dois extremos. Desta forma, convivem também diversas formas organizativas, algumas destas em processo de mudança, uma vez que muitas delas foram fundadas em um período em que os seus membros eram trabalhadores qualificados e que, com o passar do tempo, têm de abrigar também trabalhadores especializados, pois agora fazem parte de um sistema produtivo mecanizado que antes era artesanal, como, por exemplo, os sapateiros. Deste modo, as associações têm de lidar com interesses diversos, novas funções e novas motivações para aderirem às greves. Mas, para que nossa análise não se prenda apenas a modelos explicativos desenvolvidos a partir de outras situações históricas, utilizaremos na pesquisa um amplo levantamento das greves realizadas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1890 e 1910, avaliando, entre outros indicadores, as razões e demandas desses movimentos.

Segundo Michelle Perrot¹⁴, o vasto material documental produzido pelas greves, composto por reivindicações, protestos, gritos, slogans, entre outros, sejam eles registrados por jornalistas, cronistas, ou por contadores de histórias, nos propicia muitas

¹⁴ PERROT, Michelle. *Workers on strike – France, 1871-1890*. New Haven and London, Yale University Press, 1987.

informações sobre concepções, aspirações e desejos da classe trabalhadora, algo que muitas vezes passariam despercebidas na vida cotidiana. As greves também possibilitariam desvelar as relações entre as classes e grupos sociais usualmente consideradas isoladamente. Os materiais produzidos nas greves podem refletir tanto a classe operária, quanto os patrões, o Estado e a opinião pública.

Perrot ainda salienta que as greves, por serem quantificáveis, nos possibilitam estabelecer tendências e determinar regularidades que desvelam a aparente incoerência do cotidiano. Esta característica nos possibilita análises mais consistentes da situação econômica e suas diversas dimensões conforme se desenvolvem com o passar do tempo.

O ano central desta pesquisa é o de 1903, no entanto, para a análise adequada desta greve e das questões apontadas anteriormente, torna-se necessário o recuo à década de 1890 e o avanço aos anos de 1910. Em 1890 iniciam-se os debates legais sobre o direito de greve na República, como no Código Penal deste mesmo ano e a década de 1910 é período das greves de maior mobilização na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Dentro deste período localizam-se, além da greve geral de 1903, iniciada pelos têxteis, diversas outras greves e mobilizações populares, tais como a Revolta da Vacina, na qual houve grande envolvimento de trabalhadores têxteis, congressos socialistas e operários, como o Primeiro Congresso Operário de 1906 e o Segundo Congresso Operário de 1913.

Afirma-se com razão nos escritos historiográficos referentes ao final do século XIX e começo do século XX, que a parte de operários fabris típicos na classe trabalhadora brasileira se restringia a uma pequena quantidade¹⁵. O predomínio da produção baseada em pequenas oficinas, de mecanização restrita, empregando a maioria dos trabalhadores do setor manufatureiro, seria gerado pela captação dos investimentos pela produção cafeeira, pela reinversão dos grandes negociantes atacadistas e importadores e pela concorrência estrangeira no setor de manufaturas. Outros fatores que marcavam a sociedade brasileira eram a substituição do trabalho escravo por trabalhadores livres, as consequências da Guerra do Paraguai, a constituição do

¹⁵ Alguns dos autores que possuem esta visão são: HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. São Paulo: Ed. Ática, 1991; BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. dentre outros.

exército, as ondas de imigrantes europeus, os surtos iniciais de produção artesanal e fabril, o movimento republicano e a conseqüente queda da monarquia no Brasil¹⁶.

Podemos caracterizar um operário fabril típico através de um representante do operariado do setor têxtil ou da indústria naval. A despeito de existir no Brasil, nesta época, representantes típicos do operariado fabril, encarnados no operariado têxtil, é usual a afirmação de que havia um número inexpressivo de operários propriamente ditos. A posição desenvolvida neste estudo considera que temos, nesta época no Brasil, uma classe operária em formação, e assume que, mesmo trabalhadores que não se encaixariam em uma categoria clássica de operário, serão considerados como parte do movimento dos trabalhadores e do processo de formação da classe operária, vista como aquela que se caracteriza pela proletarização, assalariamento e subordinação à esfera econômica das empresas capitalistas, sob domínio da indústria nas cidades.

Esta classe operária em formação não era homogênea, nela coexistiam homens provenientes da experiência escravista, imigrantes estrangeiros, principalmente europeus, e internos, homens brancos brasileiros, mulheres e crianças. Esta heterogeneidade étnica trazia consigo uma diversidade cultural e lingüística, contribuindo potencialmente para a ausência de contorno de classe mais preciso. Desta forma, os trabalhadores tinham de lidar com a dificuldade de se distinguir de uma imagem forte na época, a das “classes perigosas”. Para tal, as classes dominantes se apropriaram da noção de trabalho, que servia para separar os “bons cidadãos” das “classes perigosas”. Esta mesma noção era empregada pela classe operária para esta mesma distinção. Entretanto, os conceitos de trabalho diferiam substancialmente.

O trabalho na perspectiva da classe dominante “vem impregnado de uma conotação positiva, associada àquela que incorpora a ética do trabalho: o ‘bom operário’, laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo ordeiro”¹⁷. De outro lado, para a classe operária, o trabalho assume um papel de identificador da própria classe. Para a classe dominante, o trabalho legitima o indivíduo, enquanto que para o discurso da classe operária, o trabalho legitima a classe em seu conjunto. Como conseqüência, nos últimos anos do século XIX, a classe operária se autonomiza enquanto classe social do restante do conjunto dos pobres

¹⁶ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro – 1890/1922*. São Paulo: Edições Loyola, 1978.

¹⁷ BATALHA, Claudio H. M. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol.12, nº 23/24, setembro 91/agosto 92. pp.111-124.

através de uma identidade estruturada em torno da noção de trabalho. É com base nas organizações de classe que ocorre essa diferenciação “entre a ética do trabalho definida pela burguesia e a concepção sustentada pelos dirigentes operários. (...) Se trabalhar para viver marca a condição operária, é a atuação organizada que acaba por lhe conferir a condição de classe de forma mais evidente”¹⁸.

Outro fator relevante para contextualizar este momento de formação da classe operária foi a Proclamação da República, um momento de crise e instabilidade política. Ao ser convocada a Assembléia Nacional Constituinte, confirmou-se a disposição entre os trabalhadores organizados e outros setores de que um novo Estado deveria ser construído pela sociedade¹⁹. Com a República vieram as esperanças de se conseguir a “regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais através da organização dos trabalhadores”²⁰. Entretanto, estas esperanças se esvaneceram rapidamente, pois o começo da década de 1890 foi o período da tomada de consciência das limitações da República e do seu poder repressivo. Assim, o socialismo e o anarquismo passaram a figurar como possibilidades para os trabalhadores²¹.

Estas desilusões com a política republicana, com a frustração da expectativa de uma maior participação política, legaram como consequência a decisão de deixar para segundo plano o projeto de um partido operário e a de priorizar a luta sindical. Um outro fator que contribuiu para esta mudança de forma de luta foi, segundo Batalha, o início, em 1903, de uma fase de expansão econômica. Esta expansão favorecia a obtenção de ganhos para os trabalhadores através de manifestações e movimentos grevistas, o que induziu ao aumento considerável no número destes eventos, concomitantemente ao aumento do número de organizações operárias orientadas para a luta sindical, ou organizações de resistência.

Apesar de jamais abandonarem suas idéias de organização partidária, os socialistas realocaram parte de seus esforços de organização da classe trabalhadora para a formação de associações de classe e jornais, que passaram a ser atacados tanto pelo Estado quanto pelos anarquistas.

Outra mudança que pode caracterizar este período diz respeito às características das greves. As greves apresentaram uma maior mobilização de categorias inteiras de trabalhadores, algumas vezes, de mais de uma categoria. Como exemplo principal,

¹⁸ Idem, p. 122.

¹⁹ Idem.

²⁰ BATALHA, C. H. M. *O movimento operário... Op. Cit.* p. 37.

²¹ Idem, p. 38.

temos justamente a greve geral de 1903, inicialmente deflagrada pelos operários do setor têxtil do Rio de Janeiro em agosto daquele ano.

No cumprimento dos objetivos propostos, esta tese se desenvolve da seguinte forma, no capítulo 1 – O Rio de Janeiro e o Cotidiano dos Operários das décadas de 1890 a 1910 – será apresentada uma breve história do início da industrialização do Rio de Janeiro das décadas de 1890 a 1910 com base na política econômica praticada, assim como as primeiras associações industriais. Em um segundo momento deste mesmo capítulo, apresento um panorama das primeiras formas de adesão dos trabalhadores à República, as primeiras formas de organização política dos trabalhadores e uma breve incursão ao cotidiano operário na cidade do Rio de Janeiro.

No capítulo 2 – Associações operárias, identidade de classe e a “Greve Geral” – apresento as associações operárias envolvidas na greve de 1903. Consultei e analisei seus estatutos, comparando as associações que apoiaram a greve com as que não apoiaram. Investigando, desta forma, as questões já anteriormente citadas relativas às associações.

O estudo das principais greves ocorridas no período, levando-se em consideração a forma de organização, de atuação, a abrangência da greve, o tipo de direcionamento das lideranças e dados quantitativos das greves localizadas nas décadas de 1890 a 1910 são apresentados no capítulo 3 – Greves realizadas nas décadas de 1890 a 1910.

O capítulo 4 - “Greve geral” de 1903 – se dedica especificamente à greve que dá o título a este trabalho. Além do relato e análise dos principais fatos da greve apresento também a postura assumida pelos trabalhadores e suas associações, pelo Estado, representado pela repressão policial, e pelos industriais.

Na conclusão retomo as principais discussões de cada capítulo e apresento o balanço do cumprimento dos objetivos e a avaliação da pertinência das hipóteses inicialmente propostas.

No desenvolvimento deste trabalho me utilizei de três tipos principais de fontes: jornais operários e do público mais amplo, estatutos de associações operárias e relatórios das mesmas associações.

A maioria dos jornais, tanto os operários como os de grande circulação são utilizados para fornecer diferentes tipos de informação. Estes jornais são fontes de informações sobre a greve de 1903, sobre a forma como os trabalhadores viam a si próprios, e sobre como as classes dominantes viam os trabalhadores, fornecem também

informações sobre diferentes concepções de luta e organização por parte dos trabalhadores. Os jornais operários apesar de muitas vezes escassos, localizando-se apenas alguns números, são de extrema importância por conter a fala dos trabalhadores, suas visões sobre as condições de vida e trabalho e indicações a respeito de suas identidades sociais. Estas fontes, além disso, têm grande importância relativa à educação desta classe. A maioria dos imigrantes era analfabeta e poucos operários eram escolarizados. O operário era, assim, como afirma Carone, “um autodidata: ele aprende ouvindo o companheiro discursar ou escutando-o ler. Daí a importância de publicações operárias, como jornais (...)”²².

Outro conjunto de documentos de grande importância no amadurecimento e elaboração da tese foram os estatutos de associações operárias, somando um total de 24 estatutos²³. Estes, apesar de seguirem todos o mesmo formato, permitem-nos perceber a fala dos trabalhadores, mesmo que representados por seus líderes, diferentemente do que acontece, por exemplo, quando utilizamos fontes produzidas pelas classes dominantes, como jornais de grande circulação ou fontes policiais.

Cada um dos estatutos traz informações sobre a composição da associação, sobre quem poderia fazer parte desta, se nesta seriam reunidos empregados e patrões, ou se seria composta apenas de empregados, se seria uma associação de resistência ou de beneficência, ou ainda se reuniria as duas funções.

Com base nas informações contidas nos estatutos estes são utilizados para o acompanhamento das tendências do movimento operário. Procurei perceber a forma de organização privilegiada em diferentes momentos por algumas categorias de trabalhadores, em especial aquelas categorias que tomaram parte da greve de 1903 e que foram nesta greve representadas por suas associações de classe.

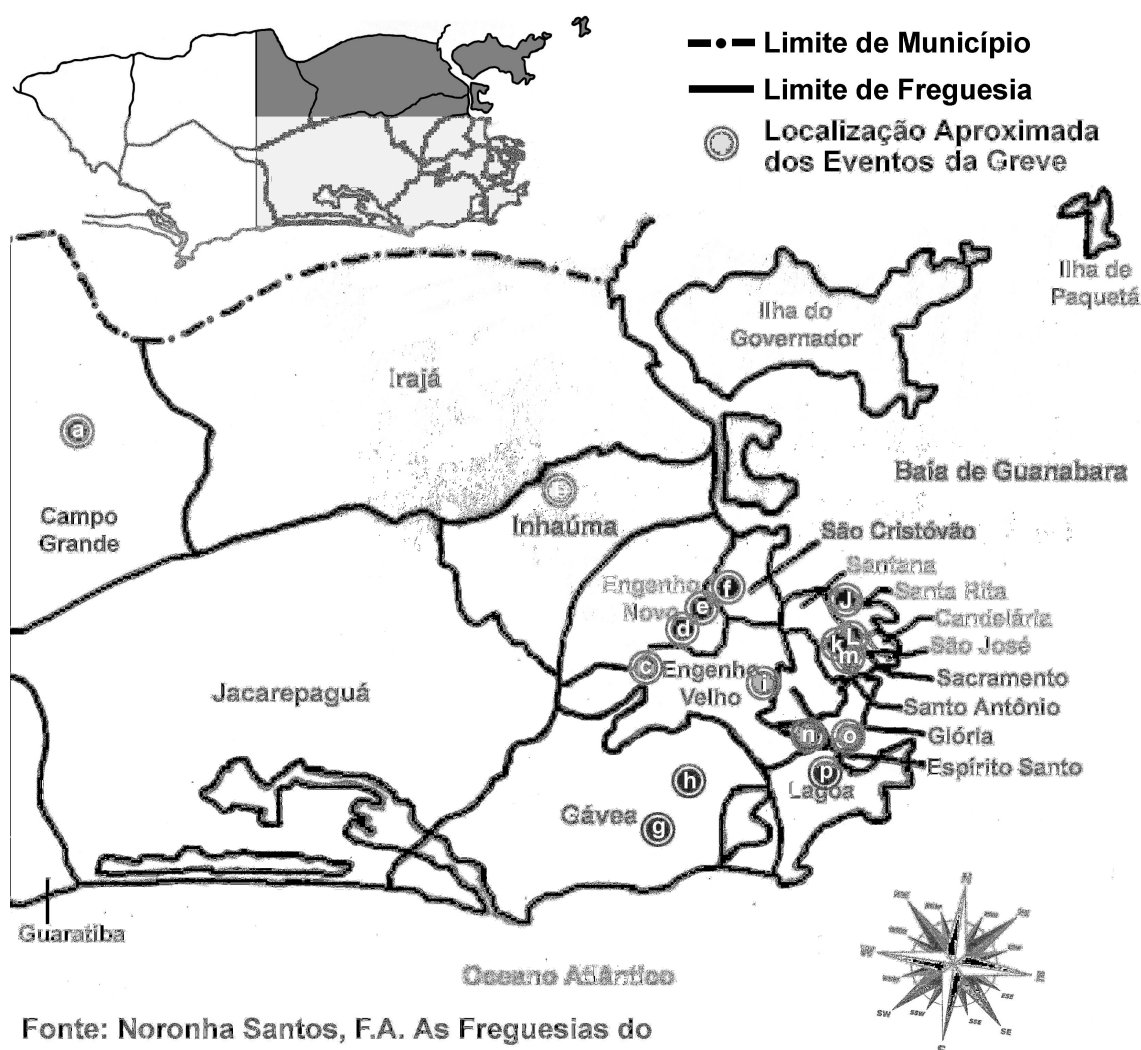
²² CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1979. P.12

²³ Associação de Classe dos Operários em Pedreiras; Associação de Classe Protetora dos Chapelheiros; Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores; Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral; Associação dos Empregados do Comercio do Rio de Janeiro (1880); Banco das Classes Laboriosas; Centro Cosmopolita; Centro União Estrada de Ferro Central do Brasil; Congresso União dos Operários em Pedreiras; Sindicato dos Operários em Ladrilhos e Mosaicos; Sociedade Auxiliadora dos artistas Alfaiates; Sociedade de Classe União dos Marceneiros; Sociedade União dos Foguistas; Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Classes Correlativas; Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates; Sociedade de Classe União dos Marceneiros; Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas; Sociedade Beneficente Protetora dos Chapelheiros do Rio de Janeiro (1870); Sociedade Beneficente Comércio e Artes (1880); Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café; Sociedade de socorros mútuos o montepio dos Maquinistas (1880); União Caixeiral; União dos Operários estivadores; União dos Operários do Gás. Nem todas, no entanto, foram usadas diretamente no texto final deste trabalho.

Além dos jornais e dos estatutos, utilizo-me dos relatórios ministeriais referentes ao período de 1903-1904 e nesses relatórios busco de forma específica os relatórios do chefe de polícia. Nestes relatórios, Cardoso de Castro, então chefe de polícia, analisa sob seu ponto de vista as greves ocorridas no Rio de Janeiro, em especial, no ano de 1903. Nesta fonte é importante notar a diferença entre o discurso, conciliador e paternalista, de Cardoso de Castro e suas ações e ordens, repressoras e violentas, durante as greves.

Os periódicos utilizados encontram-se na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com exceção do Diário Oficial, que se localiza na biblioteca do Ministério da Fazenda, também no Rio de Janeiro. Os estatutos de associações operárias, por sua vez, se encontram no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 1



Fonte: Noronha Santos, F.A. As Freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, 1965.

Figura 1. Distribuição aproximada de alguns eventos da “Greve Geral” de 1903 pela cidade do Rio de Janeiro: a) Fábrica Progresso Industrial (ou Fábrica Bangu) e sua vila operária, em Bangu; b) Fábrica de Tecidos, em Sapopemba; c) Fábrica de Tecidos Cruzeiro, no Andaraí Grande; d) Fábrica Confiança e Vila Operária Confiança, em Vila Isabel; e) Fernandes Braga, na Mangueira; f) Vidros Esberard, em São Cristóvão; g) São Félix, São Vicente, Tinturaria São Maurício, na Gávea; h) Fábrica de Fiação e Tecelagem Carioca, Sociedade Operária do Jardim Botânico, no Jardim Botânico; Vila Operária do Saneamento; i) Sondon e Cia., na Rua Itapiru; j) Cais do Porto; k) Associação dos Sapateiros, e Gustavo e Cia., na Rua General Câmara; l) Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, no Largo do Capim; m) Viúva Gondin, na Rua dos Arcos; n) Fábrica de Tecidos Aliança e Vila Aliança, em Laranjeiras; o) Canteiros, no Morro da Viúva; p) Congresso União dos Operários em Pedreiras, na Rua da Passagem, Botafogo.

Capítulo 1

O Rio de Janeiro e o Cotidiano dos Operários das décadas de 1890 a 1910

A formação da classe trabalhadora não é um processo que possa ser explicado em uma única dimensão, seja ela econômica, política ou cultural. Este capítulo pretende apresentar algumas das características desse processo multifacetado, a começar por aquelas que desenhavam a moldura em que se desenrolou o processo de formação da classe. Essa moldura, no entanto, não define uma estrutura que determinaria a superestrutura em que a ação coletiva e a consciência de classe se desenrolam, mas sim representa o conjunto de “limites e pressões”, para usar as expressões de Williams²⁴, no interior dos quais tal processo teve lugar.

Indústria

Na primeira metade do século XIX o sistema de transportes do Rio de Janeiro era deficiente e rudimentar. Predominava o latifúndio no campo e a pouca urbanização das pequenas cidades. A persistência da escravidão, a grande distância que separava as cidades e o incipiente sistema de transportes, reunidos, representavam um grande entrave à industrialização. A população do Brasil neste período era de pouco mais de 3 milhões de habitantes, 1 milhão destes eram escravos, o que significa que existiam poucos consumidores ativos e pequena quantidade de população capaz de se tornar trabalhadores livres e assalariados à disposição da indústria²⁵.

Segundo Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, as primeiras fábricas brasileiras do início do século XIX eram de pequeno porte e tiveram, de forma geral, uma vida efêmera. Em 1869 a energia do vapor foi utilizada pela primeira vez em São Paulo, na indústria têxtil. Em termos de comparação é importante notarmos que a utilização da energia a vapor se iniciou na Inglaterra em 1785.

Em 1866, havia no país apenas 9 fábricas de tecidos. Apesar de seu pequeno número o mercado de tecidos já existia no Brasil enquanto outras manufaturas apenas se iniciavam. O setor têxtil, não só no Brasil, mas também na Europa, foi um setor pioneiro da industrialização, o que em grande parte se deve ao seu uso indispensável,

²⁴ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

²⁵ HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982, p. 29.

sendo “uma mercadoria básica de consumo dos próprios proletários”²⁶, e antes deles, até mesmo dos escravos.

Além da indústria têxtil, no século XIX o Brasil possuía também indústria metalúrgica, estaleiros, indústria de couro, indústria chapeleira, fábricas de móveis e o setor gráfico, com tipografias, litografias e oficinas de encadernação. Além destes havia também um grande número de pequenas empresas, “nas quais patrões e empregados trabalhavam lado a lado, utilizando número reduzido de máquinas”²⁷.

O desenvolvimento da indústria nacional era dificultado pelas importações de produtos ingleses. Mais especificamente em relação ao setor têxtil, a produção era de tecidos grosseiros. “Neste caso, a qualidade dos tecidos não melhorava, não por incapacidade técnica dos fabricantes brasileiros, mas por falta de uma política protecionista efetiva, que, nas condições históricas assinaladas, de dependência em relação à Inglaterra, era quase impraticável”²⁸.

Em 1850, a partir da abolição do tráfico de escravos, a economia brasileira começou a se transformar lentamente. Essa transformação se intensificou após o final da Guerra do Paraguai. As exportações de café, além de terem gerado um acúmulo de capitais nas mãos dos fazendeiros paulistas, levaram à modernização das ferrovias para escoamento da produção até os portos o que criou, ao mesmo tempo, a infra-estrutura para circulação de mercadorias e a ampliação do mercado interno pela aproximação das populações antes isoladas. Este processo é apontado por Boris Fausto como caracterizando a “primeira etapa de formação da classe operária brasileira”²⁹, que teria, assim, tido início com o crescimento do setor de serviços, concentrando trabalhadores em algumas cidades, tornando possível, desta forma, o surgimento do operariado fabril. As ferrovias foram ainda mais ampliadas na década de 1890, o que juntamente com a imigração européia após a abolição da escravidão em 1888, supriu as necessidades de mão-de-obra e contribuiu para o desenvolvimento urbano e industrial³⁰.

A abolição da escravidão no final do período imperial, as melhorias no sistema de transporte, facilitando a chegada de migrantes à cidade e a integração de mercados aumentou a disponibilidade de mão-de-obra e barateou seus salários. Estes fatores somados às dificuldades de importação de mercadorias ocasionada pela desvalorização

²⁶ Idem. p.35.

²⁷ Idem. p.38.

²⁸ Idem. p.41.

²⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social...* Op. Cit. p.13

³⁰ HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria...* Op. Cit. p.40.

da moeda nacional, mas que não impedia a importação de máquinas e tecnologia para as quais as fábricas conseguiram crédito³¹, e à nova crise do preço do café fez crescer a nova burguesia comercial, interessada em, dentre outras coisas, investir na indústria³². Segundo Maria Barbara Levy, no Rio de Janeiro “a acumulação de capital se iniciou bem antes da década de 1880. Bem antes desta data assumira proporções crescentes a função comercial de distribuição que a cidade tradicionalmente desempenhava, não apenas dos produtos importados, mas também dos produtos de sua própria indústria”³³. Desta forma, diferentemente de São Paulo em que o capital industrial se originou da acumulação cafeeira, no Rio de Janeiro o capital industrial surgiu da acumulação do grande comércio, ligado à importação e, por isso mesmo, quando o café entrou em decadência no Vale do Paraíba fluminense isso não pesou contrariamente à indústria, que continuou crescendo, mas em ritmo inferior ao do crescimento do setor em São Paulo.

A partir de 1870, o número de fábricas e sua importância começam a aumentar, se acelerando entre os anos de 1885 e 1895. Esse período é algumas vezes chamado de “primeiro surto industrial”³⁴. O “surto industrial” brasileiro é muito tardio. Esse atraso não trouxe apenas consequências imediatas ao Brasil, trouxe também grandes consequências para o desenvolvimento capitalista futuro. Como o capitalismo internacional passou de uma fase de livre concorrência para uma fase monopolista em que “o mercado mundial foi dividido entre as potências que já haviam realizado sua revolução industrial³⁵”, o Brasil, e outros países que como ele, não haviam passado por estas “transformações antes da era do capital financeiro teriam seu desenvolvimento industrial nacional impedido ou interrompido”³⁶. A indústria nacional não parou de crescer, porém ficou subordinada ao capital financeiro internacional, o que impediu o surgimento do setor de bens de produção nacional.

Diante da desvalorização da moeda nacional, provocada pela grande emissão de papel moeda a fim de atender à nova necessidade de meio circulante após a abolição da escravidão, o Estado aumentou as tarifas alfandegárias. Este aumento, que visava elevar a arrecadação do Estado, aumentava os preços dos manufaturados importados, trazendo

³¹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p.471

³² Idem. p.456

³³ LEVY, Maria Bárbara. “República S.A.: a economia que derrubou o Império”. In: *Ciência Hoje*, Vol.10, nº59, novembro de 1989. p.41.

³⁴ HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria...* Op. Cit. p.21

³⁵ Idem. p.28.

³⁶ Idem.

consequências positivas para a indústria nacional “cujos representantes não dispunham de poder para impor uma política favorável aos seus interesses”³⁷. A produção industrial também era incentivada pela Lei Bancária de 1888 que ampliava o crédito. A política emissionista provocou a queda da taxa de juros o que tornava mais barato e atrativo investir na produção.

Bárbara Levy defende a existência de algum poder de barganha dos industriais brasileiros. Segundo a autora, “a expansão industrial nos primeiros anos da República foi resultado de uma política deliberada de orientação dos recursos privados, por meio de uma legislação que facilitava o investimento em sociedades anônimas”³⁸. Ainda de acordo com Levy, o direcionamento de capitais para investimentos maiores, como eram as sociedades anônimas, era um objetivo da política de Rui Barbosa como ministro da fazenda.

Este período, que ficou conhecido como encilhamento, segundo Stanley Stein, trouxe importantes consequências para a indústria, em especial para a indústria têxtil. A criação de sociedades por ações passou a ser regulamentada por critérios mais liberais, a atuação dos bancos foi ampliada e as emissões de papel moeda aumentaram. Estes fatores em conjunto aceleraram “o processo de formação de capital”, o aumento do meio circulante “proporcionou à indústria têxtil um volume de capital líquido que, noutras circunstâncias, exigiria um período de tempo mais longo para ser acumulado”³⁹.

A política de valorização do café, posta em prática na primeira década do século XX, desagradava o Rio de Janeiro, que com o esgotamento do solo e abolição da escravidão passou a sofrer a queda da produção cafeeira. O representante do estado do Rio de Janeiro nos debates da Câmara dos Deputados a respeito de empréstimos externos para a valorização do café, Paulino de Souza, votou contra o Acordo de Taubaté, e defendia que o Rio de Janeiro deveria investir na policultura, com a retomada do cultivo da cana-de-açúcar e da pequena lavoura, na criação de gado e na produção industrial⁴⁰.

Apesar da queda da produção cafeeira o Rio de Janeiro não se empobreceu, sua antiga função de distribuição de produtos importados e mercado consumidor foi

³⁷ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro...* Op. Cit. p.457.

³⁸ LEVY, Maria Bárbara. “República S.A. ... Op. Cit. p.38.

³⁹ STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979. Citado por LEVY, Maria Bárbara. “República S.A. ... Op. Cit.p.39.

⁴⁰ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro...* Op. Cit. p.446. Sobre as diferentes propostas dos proprietários de terra para a política agrícola ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1997.

reforçada, o que foi comprovado por Eulália Lobo a partir dos valores da renda da alfândega e do Imposto sobre o Consumo do estado. Entre o final do século XIX e início do XX o Rio de Janeiro figurava como um dos “15 principais portos do mundo e em terceiro lugar no continente americano, após Nova Iorque e Buenos Aires”⁴¹. Nos anos seguintes à reforma urbana, que incluiu melhorias no porto com conseqüente barateamento das operações, e a vacinação obrigatória, que quase erradicou a febre amarela no Rio de Janeiro, as operações do porto melhoraram ainda mais⁴².

Durante o governo de Campos Salles (1898-1902) foram ampliadas as áreas destinadas à agricultura, a rede ferroviária cresceu e as suas tarifas reduzidas, melhorando, assim, o abastecimento do Rio de Janeiro⁴³. A entrada de capitais estrangeiros no Brasil de 1903 a 1910, apesar de se direcionar aos agricultores, tornou possível ao Governo a realização de obras públicas em especial no Rio de Janeiro, então Capital, o que acabou por beneficiar a indústria, o que, segundo Eulalia Lobo, não era o objetivo imediato de nenhuma medida governamental. A desvalorização da moeda brasileira com o objetivo de garantir aos cafeicultores as exportações do café tornou, assim, possível a sobrevivência da indústria nacional⁴⁴.

O Rio de Janeiro, por ser a Capital do país e abrigar o aparelho administrativo estatal, representava, para a realidade da época, um grande mercado consumidor, e, pelo mesmo motivo, era também o centro financeiro do país, abrigando a sede dos grandes bancos e da bolsa de valores, importantes para a captação de recursos. Como já foi afirmado anteriormente, desde o século XVII o Rio de Janeiro, enquanto cidade portuária, possuía a função de distribuição de mercadorias, desta forma, tornava-se viável o acesso a máquinas e matérias-primas necessárias à produção industrial. O Rio de Janeiro, assim, durante a Primeira República, atendia aos principais critérios para a localização industrial, a proximidade do mercado consumidor, do mercado de capitais e da fonte de matérias-primas⁴⁵.

No período inicial da industrialização brasileira, com o objetivo de superar sua fraqueza individual, os industriais se uniram em torno de algumas associações. A primeira associação de industriais foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento das ‘artes e atividades

⁴¹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro...* Op. Cit. p.448.

⁴² Idem, p.450.

⁴³ Idem, p.452.

⁴⁴ Idem, pp. 468-469.

⁴⁵ Idem, p.463.

mecânicas⁴⁶. Porém, como nesta época, as indústrias brasileiras não eram muito mais do que manufaturas, apenas em 1867 é que a Sociedade Auxiliadora começa a se preocupar com a questão da fabricação em série.

Durante a “greve geral” de 1903, os trabalhadores envolvidos no movimento se uniram em torno da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos para organizar as ações e decisões relativas à greve. A Federação dos Operários havia sido fundada no Rio de Janeiro alguns meses antes do início da greve, com o objetivo de reunir todos os trabalhadores em fábricas de tecidos. Durante a greve, a Federação atingiu mais do que seu objetivo inicial, uma vez que em sua sede se reuniram diversas outras associações operárias, não só de fábricas de tecidos. Foi somente alguns dias depois de iniciada a greve, no lastro dos trabalhadores, que os industriais organizaram o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão e passaram, só então, a tomar decisões conjuntas para o fim da greve.

Em 1904, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão se uniram, dando origem ao Centro Industrial do Brasil⁴⁷. Apesar da longevidade da Sociedade Auxiliadora, posteriormente, Centro Industrial, foi apenas a partir de 1881, com a Associação Industrial, “que o empresariado industrial em formação começou a expressar, pela primeira vez, suas reivindicações⁴⁸”. Seu manifesto de fundação deixa claro o objetivo da Associação em unir forças e evitar a concorrência industrial, uma vez que estava sendo fundada com o objetivo de somar à defesa dos direitos dos industriais o estudo das leis econômicas e a melhor forma de utilização das novas descobertas científicas⁴⁹. Porém, as reivindicações apresentadas pela Associação Industrial, não iam muito além da solução de problemas específicos e momentâneos, e das denúncias à falta de apoio do Estado à industrialização tanto pela cobrança de impostos às indústrias quanto pela falta de tarifas alfandegárias que reservassem o mercado nacional à produção nacional, o que era também resultado da fase, ainda inicial, em que se encontrava a industrialização nacional. Esses organismos tinham sede no Rio, que era a cidade mais industrializada do Brasil, e faziam parte dela Serzedelo Correia, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, Vieira Souto, dentre outros. A segunda

⁴⁶ HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil...* Op. Cit. P.81.

⁴⁷ CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977, p.47.

⁴⁸ HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil...* Op. Cit. P.81.

⁴⁹ CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial...* Op. Cit. p.28.

geração de industriais data de 1920 e é liderada por Roberto Simonsen, Pupo Nogueira, Carmelo D'Agostini, Euvaldo Lodi, dentre outros. Essa segunda geração “se volta para problemas mais gerais, tentando teorizar e dar dimensão maior às suas reivindicações”⁵⁰,

Estas organizações de industriais também atendiam ao objetivo de controle mais efetivo dos trabalhadores dentro das fábricas para deles extrair o maior lucro possível. Os industriais, de modo geral, se utilizavam de um método duplo no trato com a mão-de-obra. Por um lado mantinham controles das ações anteriores dos operários e para isso, muitas vezes, contavam com o apoio da polícia, com o objetivo de conter as mobilizações operárias. E, por outro lado, ofereciam prêmios e incentivos àqueles trabalhadores que não participassem de greves ou qualquer tipo de manifestação ou organização.

Na década de 1920, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), diante do constante aumento da organização dos trabalhadores, decidiu implementar uma forma de identificação dos operários de suas fábricas, chamada de científica. Alguns dos pontos do projeto do Centro eram:

- “1º) Mediante contrato, um fotógrafo ficará encarregado de fotografar e tomar as impressões digitais dos operários que forem encaminhados pelo Centro;*
- 2º) O Centro, em ficha especial, que conterà o retrato e as impressões digitais de cada operário, lhe tomará o nome, idade, nacionalidade, gênero de ocupação, sinais característicos etc, etc.;*
- 3º) O Centro terá em seu arquivo uma coleção de todas as fichas;*
- 4º) Cada fábrica terá em seu arquivo uma coleção de fichas do seu pessoal;*
- 5º) Nenhuma fábrica receberá novos empregados sem que eles apresentem a sua ficha, feita pelo Centro à custa desses novos empregados;*
- 6º) As fichas serão numeradas e as chapas fotográficas arquivadas no Centro; a cada número de ficha, corresponderá número igual na chapa fotográfica;*

⁵⁰

HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria e do trabalho no Brasil...* Op. Cit. p.82.

7º) *De cada vez que se expulsar um operário, a fábrica que expulsou comunica-lo-á ao Centro, dizendo-lhe que, por tal motivo expulsou o operário de ficha número tal;*

8º) *O Centro comunicará a expulsão aos seus associados e, depois de fazer cópia do retrato arquivado e dos dizeres da ficha do expulso, mandará um exemplar a cada sócio, gratuitamente;*

9º) *Os operários expulsos terão lugar especial no arquivo do Centro e nos das fábricas⁵¹”.*

Essas medidas foram adotadas para todo o estado de São Paulo. As “listas negras” circulavam pelas empresas, garantindo que os “elementos indesejáveis” não encontrariam trabalho. Essa perseguição dificultava muito o trabalho de organização do proletariado, uma vez que, identificadas as lideranças, ou os operários mais ativos em termos de reivindicações ao patronato, esses eram afastados do convívio dos demais operários nas fábricas.

Essa forma de repressão e controle adotada pelas próprias associações patronais, após terem se generalizado no estado de São Paulo, foram também ampliadas para o Rio de Janeiro. O CIFTSP e o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Algodão (CIFTA) passaram a fazer intercâmbio das listas negras dos tais trabalhadores que seriam indesejáveis⁵². Dentre os motivos que justificavam a exclusão de trabalhadores estavam: fazer propaganda subversiva, fazer greve, provocar um início de greve, perturbar a ordem da fábrica.

Como veremos no capítulo final desta tese, nos momentos de maior mobilização, quando a força de controle e repressão dos industriais não era suficiente para conter o movimento operário, estes recorriam ao aparelho repressivo, policial e militar, do Estado. Deixando, assim, clara a relação entre a classe dominante, em suas diversas frações, e o Estado como seu instrumento de poder.

Governo do Povo?

A greve que dá o título a esta tese ocorreu em meio à conjuntura de consolidação da República no Brasil. O momento da Proclamação da República não foi um momento

⁵¹ CIFTSP, Circular n° 38, São Paulo, 23/04/1921, fl.2. Apud HARDMAN & LEONARDI. *História da Indústria e do Trabalho...* Op. Cit. p.163.

⁵² HARDMAN & LEONARDI. *História da Indústria e do Trabalho...* Op. Cit., p.164.

revolucionário clássico, mas segundo Ângela de Castro Gomes, foi um momento de crise política e de grande instabilidade. A Proclamação representa o desfecho de um processo que envolveu questões como a abolição da escravidão e a participação política dos militares⁵³. Questões delicadas e de enorme peso, por envolverem interesses diversos.

Com o objetivo de tornar a República uma realidade, grupos com composições e interesses divergentes e heterogêneos se uniram. Esta união de diferenças fez com que o período inicial da formação do Estado fosse caracterizado por divergências políticas e econômicas e indefinição de contornos. Ainda segundo a mesma autora, “as crises sucessivas – políticas, econômicas e sociais – que pontuam as duas primeiras décadas da República denotam a vivência do sentimento de permeabilidade do regime, e, mais que isso, de que o poder não estava ocupado”⁵⁴.

Ainda dentro da idéia de que o Estado estava livre para ser construído pela sociedade, foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Esta convocação reforçava a idéia de que este era um momento aberto à participação e às várias propostas políticas, dentre estas, as dos trabalhadores. “A instabilidade, não apenas política, era um fator que alimentava ao mesmo tempo esperanças e temores quanto a um futuro que se vislumbrava relativamente indefinido”⁵⁵. O Rio de Janeiro, então, no ano de 1890, em preparação para as eleições para a Constituinte, viveu as experiências de mobilização de vários setores da sociedade.

A participação político-partidária dos trabalhadores foi proposta pelos socialistas. Estes eram os mesmos homens que em momentos anteriores já haviam lutado pelos direitos dos trabalhadores e pela República. Em torno do jornal *A Voz do Povo*, um dos primeiros jornais socialistas, fundado em janeiro de 1890 e que teve apenas um mês de duração, reuniram-se setores cujo objetivo era estabelecer um contorno para o conjunto heterogêneo dos que trabalhavam, em oposição à aristocracia, o que era inseparável da conquista da sua legitimidade política. Com este objetivo foram organizados os partidos operários, após divergências entre os fundadores do *A Voz do Povo*. Dois partidos se destacam, o partido organizado pelo tipógrafo Luís da França e Silva, que fundou o jornal *Echo Popular* e o partido organizado pelo Tenente

⁵³ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. SP: Vértice, 1988, p.35.

⁵⁴ Idem. p.36-37.

⁵⁵ Idem. p.38.

da Marinha José Augusto Vinhaes, que passou a se utilizar do jornal *O Paiz* como seu veículo de divulgação.

Os partidos operários foram criados a partir da análise da nova conjuntura republicana, na qual se acreditava ser possível a defesa da classe operária por meio da elaboração de leis. E para tal, era preciso que os trabalhadores tomassem parte na Constituinte. Os socialistas brasileiros baseavam-se em teorias e experiências européias que, nestas últimas décadas do século XIX, após a derrota da Comuna de Paris, privilegiavam a via das reformas possíveis, por meio das conquistas parlamentares, ao invés da revolução⁵⁶.

A forma de atuação dos socialistas e dos partidos operários divide opiniões. Claudio Batalha defende a existência nestes de certo grau de eleitoralismo, uma vez que almejavam apenas a eleição de “verdadeiros representantes” dos trabalhadores, sem objetivarem uma real transformação social. Estes só viriam a tentar se tornar instrumentos desta transformação no final da década de 1890, ainda assim, mantendo a defesa do caminho da eleição de representantes do operariado⁵⁷. Este posicionamento fica evidenciado nas palavras do próprio autor:

“Inicialmente a argumentação apresentada para justificar a necessidade do partido operário revela um certo oportunismo eleitoral. Não se trata ainda da idéia de um ‘partido de classe’ como instrumento de transformação (...). Nesse primeiro momento, os socialistas brasileiros parecem estar se referindo a simples siglas que deveriam possibilitar a eleição de ‘verdadeiros representantes’ dos trabalhadores para o poder legislativo⁵⁸”.

(...) se a visão do partido operário como simples instrumento eleitoral para eleger ‘verdadeiros’ representantes do operariado nunca desaparece inteiramente, começam, nos primeiros anos do século XX, a surgir entre os socialistas brasileiros concepções de um partido com

⁵⁶ BATALHA, C. H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil* - Vol. II - Os influxos teóricos. São Paulo, Ed. Unicamp. 1995, p. 17 e 19.

⁵⁷ Idem, p. 17 e 19.

⁵⁸ Idem, p. 17.

características menos ‘conjunturais’, não pensando unicamente em função da proximidade de eleições”⁵⁹.

Ângela de Castro Gomes e Boris Fausto possuem visões diferentes desta. A autora, sem ater-se tão diretamente quanto Batalha ao sentido de classe do partido, afirma que a análise dos socialistas chegava à concepção do que deveria ser a República, assim, a atuação dos socialistas iria além da conjuntura das eleições para a Constituinte. O trabalhador se inseria política e economicamente na nova realidade com base na visão dos socialistas da coincidência entre as questões do trabalho e da República e dos princípios de igualdade e fraternidade⁶⁰.

“A escolha do instrumento partidário estava ligada à crença na sua pertinência e oportunidade imediata e também na sua adequação em termos de uma estratégia de luta a mais longo prazo. Os operários queriam ser vistos como parte integrante daquela sociedade que se rearranjava, sendo seu partido tão legítimo e patriótico como qualquer outro”⁶¹.

Era, portanto, como republicanos, em busca de uma República que realmente significasse a igualdade dos cidadãos, que aqueles socialistas organizados em partidos pretendiam atuar na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Já na análise de Fausto, a atuação dos socialistas, a organização de partidos e a eleição de representantes voltavam-se para a elaboração de leis que garantissem as conquistas dos trabalhadores, tendo estas conquistas ocorrido em movimentos grevistas ou em negociação com os patrões⁶².

É exatamente em relação a este último ponto, da forma de luta dos trabalhadores, que ocorrem as maiores diferenças entre os dois partidos. O primeiro Partido Operário foi fundado por Luís da França e Silva e defendia a luta político-parlamentar como a única possível, condenando as greves por considerá-las nocivas ao trabalhador, assim como a participação de não operários nas lutas operárias. Esta postura é visível nos vários artigos publicados no *Echo Popular*.

⁵⁹ Idem, p. 19.

⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção...* Op. Cit. p.47.

⁶¹ Idem. p.48.

⁶² FAUSTO. *Trabalho urbano...* Op. Cit

O tenente da Marinha José Augusto Vinhaes fundou um Partido Operário, também em 1890, a partir do Centro Artístico do Rio de Janeiro. Defendia um partido policlassista e a cooperação entre as classes, foi, inclusive, eleito deputado à Constituinte pelo Partido Republicano, tinha na Estrada de Ferro Central do Brasil sua principal base eleitoral e não condenava as greves.

O Partido Operário fundado por Vinhaes compunha-se, além do partido propriamente, pelo Centro do Partido Operário (CPO), uma organização que mantinha intensa atividade, para além das participações eleitorais, até 1893. O CPO possuía, além de uma diretoria, um conselho composto por representantes operários de cada oficina da Capital. “O que se propunha eram formas de associação de trabalhadores, com base em ofícios, que iriam se articular em um órgão central, do qual emanariam as diretrizes políticas do movimento”⁶³. O Centro do Partido formava, assim, uma estrutura associativa operária, a organização do movimento operário com base no partido. Esta estrutura, no entanto, não é original deste Partido Operário, é similar à da Liga Operária, fundada no Rio de Janeiro em 1872⁶⁴, que era uma associação mutual, oferecendo aulas de línguas, música e desenho, reunindo trabalhadores de diferentes ofícios, mas que também mantinha atividade reivindicativa, lutando pela redução de horas de trabalho e melhoria nos salários. Além disso, o Centro do Partido Operário possuía também permanências das associações de assistência mútua, como atividades, educativas, recreativas e assistenciais.

Em 1892, foi organizado no Rio de Janeiro o I Congresso Operário Nacional. Deste Congresso participaram partidos e jornais socialistas, com o objetivo de formar um partido único nacional. Durante o Congresso foram feitos o programa e os estatutos do Partido Operário do Brasil, que passou a editar o jornal *O Socialista*. No programa do Partido, nota-se a clara influência das propostas gerais da 2ª Internacional, o que poderia levar a um acordo com a perspectiva marxista da sociedade dividida em classes e de seus conflitos, embora Marx ainda não fosse um autor lido pelos militantes aqui

⁶³ GOMES, A. C. *A Invenção ...* Op. Cit. p. 54.

⁶⁴ MAUL, Rafael. *Trabalhadores livres e escravos na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Niterói - UFF, 2003. (Monografia de final de curso de graduação em História). BATALHA, Claudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. In: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/ICHF, v.6, n.10/11, 1999, pp. 41-68.

estabelecidos⁶⁵. É o que transparece, por exemplo, na seguinte passagem das considerações introdutórias às resoluções do Congresso:

*“Considerando que a socialização da produção, sob o regime atual da propriedade concentra em poder da classe capitalista todos os rendimentos sociais, ficando por este fato a classe trabalhadora submetida a uma exploração física e moral cada vez mais acentuada; Considerando que por essas condições econômicas da sociedade atual a classe trabalhadora jamais poderá emancipar-se da tutela do capital, sem que se aproprie dos meios de produção, isto é, dos instrumentos do trabalho e das matérias-primas, pela restituição do solo à coletividade; Considerando, finalmente que a emancipação econômica da classe trabalhadora é inseparável de sua emancipação política...”*⁶⁶

Os 41 pontos de seu programa, entretanto, não colocavam em questão a propriedade privada, mas sim, propugnavam por reformas eleitorais e políticas que garantissem a igualdade dos cidadãos na República, por garantias trabalhistas e políticas sociais, defendendo questões como o “direito de organização, liberdade de expressão, ensino gratuito, proibição do trabalho para menores de doze anos, salário mínimo vital fixado por comissão eleita pelos operários em cada empresa, fixação da jornada normal de trabalho em oito horas etc”⁶⁷. Assim como os demais partidos operários e socialistas da época, este também não conseguiu a atuação em âmbito nacional.

Em 1902, foi organizado o Segundo Congresso Socialista Brasileiro, em São Paulo. Compareceram representantes de associações operárias dos estados de Pernambuco, Pará, Paraíba, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo⁶⁸. De acordo com o jornal *O Amigo do Povo*, “desse congresso foram excluídos todos os indivíduos que não concordassem com a luta política, a conquista dos poderes públicos pela via eleitoral, o que é dizer: foram excluídos os anarquistas”⁶⁹. Neste Congresso foi fundado o Partido Socialista Brasileiro. Segundo Gisálio Cerqueira Filho há no manifesto do

⁶⁵ Claudio Batalha, em texto já citado, afirma que entre os socialistas brasileiros dessa época, há forte influência do socialismo francês especialmente de figuras como Benoît Malon. BATALHA, C. “A difusão do marxismo...”, op. Cit.

⁶⁶ *O Socialista*, Rio de Janeiro, 4/03/1893. Apud CARONE, Edgard. *O movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979, p. 309.

⁶⁷ HARDMAN e LEONARDI. *História da indústria...* Op. Cit. p.189.

⁶⁸ HARDMAN e LEONARDI. *História da indústria...* Op. Cit.

⁶⁹ *O Amigo do Povo*. São Paulo, 16/08/1902. p.2

Segundo Congresso Socialista Brasileiro a afirmação de que o objetivo da organização em partido é chegar ao poder e pôr fim à opressão. Está presente também no manifesto a visão de que tanto a monarquia quanto a república são integrantes do regime capitalista e rejeitadas em nome do socialismo, não mais se vendo, assim, a república como uma simples evolução social, da forma como faziam os partidos operários de 1890 tanto de França e Silva como de Vinhaes. O Programa defendia a elaboração de leis em defesa do trabalho, mas não negava a validade do recurso à greve na regulamentação dos aumentos de salários e da conquista dos direitos sociais. Este partido não era exclusivo da classe trabalhadora, embora esta fosse sua base social⁷⁰.

Neste mesmo ano foi fundado no Rio de Janeiro o Centro das Classes Operárias (CCO). O CCO era uma organização socialista ativa no meio sindical até 1905. Suas lideranças eram Vicente de Souza, Sadock de Sá, Lúcio Reis, Gustavo de Lacerda e Ezequiel de Souza⁷¹. Da mesma forma que os partidos operários, esta organização atuava segundo a perspectiva de “evolução do Estado” e não de revolução, o que, no entanto, não impediu que se envolvesse em greves e que incentivasse a mobilização e as reivindicações dos trabalhadores, aconselhando-os durante as greves. Durante a Revolta da Vacina, foi organizada junto ao CCO, a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, e com a repressão da revolta o CCO foi desarticulado.

As esperanças trazidas pela República em pouco tempo foram substituídas pela decepção. O trabalho não foi regulamentado, a organização política dos trabalhadores não conseguiu garantir os direitos políticos e sociais, os limites e a capacidade repressiva da República tornaram-se claros. Para grande parte dos trabalhadores envolvidos no movimento republicano as soluções “encontradas iam desde a adesão a projetos que visavam a retomar o rumo do qual a República supostamente se desviara até a busca de ideais que ultrapassavam o projeto republicano; dentro desse quadro o socialismo, em suas muitas vertentes, e o anarquismo, que tampouco era homogêneo, tornaram-se saídas plausíveis”⁷².

A mudança de ênfase na forma de organização do operariado, do partido político para os vários tipos de associações de classe, que implicam uma mudança na forma de luta, da luta parlamentar para os métodos de ação direta, tais como greves e

⁷⁰ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A influência das idéias socialistas...* Op. Cit.

⁷¹ GOMES, A. C. *A Invenção ...* Op. Cit. p.65.

⁷² BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República.* Op. Cit.. p. 38.

paralisações, pode ser justificada pelo desapontamento com a luta estritamente política e com a estrutura política republicana.

Porém, além deste fator político para a mudança na forma privilegiada de organização do operariado soma-se a fase de expansão econômica iniciada em 1903. Esta nova conjuntura tornava menos difícil as conquistas operárias por meio de greves, fazendo com que junto com estas lutas coletivas crescesse também o número de organizações operárias voltadas para a resistência. Assim, novas categorias, que ainda não se encontravam organizadas, fundaram suas associações. Estas, por sua vez, se uniram em federações e confederações, organizando greves conjuntas de mais de uma categoria.

Os socialistas, sem abandonar a idéia do partido, passaram a privilegiar a formação de jornais e de associações, como por exemplo, o próprio CCO. Estes sofreram ataques não apenas do Estado, mas também dos anarquistas, que apresentavam aos trabalhadores uma proposta distinta.

Este novo posicionamento, influenciado pelo anarquismo, se tornou evidente durante o Primeiro Congresso Operário. Realizado no Rio de Janeiro de 15 a 22 de abril de 1906 e contando com a participação do jornal *Terra Livre*, de Neno Vasco, Manoel Moscoso e Edgard Leuenroth, o Primeiro Congresso reuniu 23 organizações operárias, como associações, uniões e inclusive partidos, que decidiram pela organização dos trabalhadores em sindicatos independentes de partidos políticos. Foi decidida também a organização da Confederação Operária Brasileira (COB), no formato da CGT francesa, o que só se tornou realidade em 1908, e foi abandonada a proposta de criação de um partido político, feita pelos socialistas. Da COB só poderiam participar os sindicatos de resistência e formados exclusivamente por trabalhadores assalariados, excluindo-se assim, os patrões, sua sede era no Rio de Janeiro e o jornal *A Voz do Trabalhador*, era seu instrumento de divulgação.

No ano de 1913, contra a Lei Adolfo Gordo de expulsão de estrangeiros, foi convocado pelo *A Voz do Trabalhador* o Segundo Congresso Operário. O Segundo Congresso aconteceu no Rio de Janeiro, ao qual compareceram duas confederações estaduais, três federações locais, cinquenta e um sindicatos, quatro jornais operários, congregando um total de cento e dezessete delegados. As dimensões deste segundo encontro demonstram o quanto a capacidade organizativa dos trabalhadores, nos moldes propostos pelo primeiro conclave, havia avançado. Os organizadores foram: João

Gonçalves da Silva, Astrogildo Pereira, Edgard Leuenroth, José Romero, Cecílio Vilar, Carlos Simões Dias, Leal Junior, Francisco Beraldi, Paulo e Francisco Borges.

No Segundo Congresso foi reforçada a função de resistência do sindicato e o método de ação direta na luta operária em resistência ao capitalismo. As bandeiras de luta eram a fixação das oito horas de trabalho diárias, fixação do salário mínimo e a organização dos trabalhadores rurais, nestas e em outras questões discutidas o internacionalismo é sempre presente.

Tanto entre as associações operárias, de inspiração anarquista ou não, quanto entre as associações e os partidos operários, sempre houve um embate de posições entre aqueles que defendiam a colaboração entre as classes e os que a condenavam, defendendo a independência da classe operária frente o Estado e a burguesia⁷³. Uma análise mais aprofundada em relação a este assunto está presente no capítulo 2 desta tese.

Cotidiano Operário

Thompson, a partir do estudo da formação da classe operária na Inglaterra, afirma que a formação da classe trabalhadora pode ser identificada de duas formas, no desenvolvimento tanto da consciência de classe, quanto das formas de organização política dos trabalhadores e das indústrias. Assim, o fator econômico apenas, o desenvolvimento industrial, não foi o responsável pela formação da classe operária. Como afirma Thompson, o surgimento da indústria e as mudanças nas relações de produção e das condições de trabalho incidiram sobre homens livres, detentores de uma herança de um período pré-industrial, no qual trabalhavam, viviam e se organizavam de determinadas formas. A formação da classe operária, assim, se deve a fatores tanto econômicos, quanto políticos e culturais.

Ainda segundo Thompson, no início do processo de industrialização, os trabalhadores artesanais, detentores da qualificação necessária para realização de seu ofício, foram perdendo espaço para os industriais e tornando-se trabalhadores assalariados. O visível enriquecimento dos industriais, apoiados no novo modelo fabril em grande escala, somado às mudanças sofridas pelos trabalhadores, fez com que o processo de exploração pudesse ser claramente visto pelos explorados o que contribuiu

⁷³

HARDMAN e LEONARDI. *História da indústria ...* Op. Cit.

para sua união social e cultural. Thompson afirma, ainda, que outro fator que levou à formação da classe trabalhadora na Inglaterra foi, além da exploração econômica, a opressão política. “Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado, e, comumente, frente às duas”⁷⁴.

Porém, não devemos perder de vista as especificidades brasileiras. Nas primeiras fábricas montadas no Brasil trabalhavam lado a lado operários e escravos, situação que se diferencia em muito da formação do operariado europeu, onde isso não ocorria. O setor de construção de ferrovias foi o primeiro a utilizar, quase exclusivamente, operários livres. Isso graças a uma lei de 1852 que regulamentava a política ferroviária, vedando a utilização do trabalho escravo na construção de estradas de ferro. Com a construção das estradas de ferro surgiram os primeiros núcleos proletários, em que ao lado dos trabalhadores responsáveis pela construção estavam ferroviários, estivadores, portuários, têxteis e gráficos, em várias cidades do país. Porém, a área de maior concentração era ainda o Rio de Janeiro, capital do Império.

“As condições de vida e trabalho dos primeiros proletários não eram melhores do que as de muitos escravos que com eles produziam nas mesmas fábricas, vivendo em alojamentos idênticos”⁷⁵. Os primeiros trabalhadores da indústria não tinham direito ao descanso remunerado aos domingos nem às férias anuais, e chegavam a trabalhar até 15 horas diárias, situação que segundo Hardman e Leonardi, ainda piorou com a chegada da luz elétrica.

Os primeiros trabalhadores livres eram membros das camadas mais pobres da população. Em contradição com toda a degradação associada ao trabalho numa sociedade escravista, o trabalho era apresentado pelo discurso industrialista como uma atividade que dignificava o homem, no caso do Brasil da época, também as mulheres e crianças, assim, estes foram empregados nas primeiras fábricas sob a alegação de “que as fábricas formariam profissionalmente os meninos pobres e os órfãos”⁷⁶, provendo para estes uma ocupação melhor do que a vagabundagem. Outra forma utilizada por alguns empresários para reunir mão-de-obra para as fábricas foi oferecer ao governo terrenos e materiais de construção para asilos de vítimas da Guerra do Paraguai em troca da sua utilização na fiação ou tecelagem⁷⁷.

⁷⁴ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.23.

⁷⁵ HARDMAN & LEONARDI. *História da indústria...* Op. Cit. p.95.

⁷⁶ Idem. p.98.

⁷⁷ Idem.

Outra parte dos primeiros trabalhadores da indústria era formada pela proletarianização de artesãos que não conseguiram concorrer com os preços dos produtos industrializados. Havia também aqueles trabalhadores originários do campesinato e os imigrantes, cuja quantidade aumentou após 1888.

Concordamos com Thompson que a classe trabalhadora não se limita apenas à experiência da exploração no seu local de trabalho, e para que possamos conhecê-la melhor é preciso vermos de que forma se expressa, como se relaciona e como vive⁷⁸. Os trabalhadores em fábricas de tecidos terão aqui participação especial, uma vez que estes, além de terem sido os iniciadores do movimento que dá título a esta tese, viviam uma situação contraditória. Uma parte deles vivia em casas oferecidas pelas fábricas, dentro de vilas operárias, desta forma, a sua vida privada encontrava-se em relação direta com sua atividade profissional. Caso se envolvessem em greves, ou qualquer outro tipo de manifestação, perderiam não só seu emprego, como também sua moradia. No entanto, apesar desta situação, os trabalhadores têxteis foram a categoria que mais greves realizou, somando o total de 34 greves dentro dos anos de 1890 a 1917, inclusive⁷⁹.

No ano de 1895, a Capital Federal possuía 14 fábricas de tecidos, com mais de 5.435 operários, entre nacionais, estrangeiros, homens, mulheres e crianças, como consta do relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas⁸⁰. Este mesmo setor, em 1907 no Rio de Janeiro, segundo recenseamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1920, era composto por 22 estabelecimentos fabris, somando tecidos de algodão, malha, lã, aniagem e rendas. Nestes estabelecimentos, trabalhavam por volta de 8.117 trabalhadores, sendo estes nacionais e estrangeiros, homens, mulheres e crianças, e destes, a grande maioria, 86,6%, era de trabalhadores nacionais⁸¹. Para o ano de 1903 o número de fábricas seria aproximadamente de 19 e o de operários entre 7.500 e 8.000⁸².

Estes números tornam-se significativos quando comparados com os demais ramos da produção. Se tomarmos para comparação com as indústrias têxteis, o número de operários empregados nos 34 setores de produção relatados no Recenseamento de

⁷⁸ THOMPSON, E.P. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3ª ed. Campinas, Unicamp, 1998 (Série Textos Didáticos).

⁷⁹ GOLDMACHER, Marcela. *Movimento operário: aspirações e lutas*, Rio de Janeiro, 1890-1913. Dissertação de Mestrado em História - UFF (mimeo). Niterói, 2005.

⁸⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro...* Op. Cit.

⁸¹ Idem.

⁸² Por não dispormos de dados oficiais, chegamos a estes números a partir de uma projeção estatística através de uma regressão exponencial nos dados dos anos anteriormente citados.

1920 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para o ano de 1907, veremos que, do total de 21.416 operários empregados nos setores de produção, a indústria têxtil empregava mais de 1/3 do total de operários.

Tabela 1. Número de fábricas e de operários no Rio de Janeiro.

Ano	Número de Fábricas	Número de Operários
1895	14	5.435
1903	~19*	7.500 a 8.000**
1907	22	8.117

*Dados projetados por regressão exponencial, $r^2 = 0,964$; ** Dados projetados por regressão exponencial, $r^2 = 0,910$.

Na virada do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro viveu um grande crescimento populacional devido à migração da população de áreas decadentes da própria região fluminense e do fluxo de imigrantes internacionais. Este crescimento populacional trouxe como consequência um aumento da necessidade de moradia, e preferencialmente, dentro do espaço urbano, próximo à oferta de trabalho. Após o decreto 391 de 10 de fevereiro de 1903⁸³, que proibia a construção de novas casas coletivas, a solução encontrada foi o aumento do número de moradores nas já existentes que tivessem escapado das demolições de Pereira Passos, o que representou uma piora na qualidade da moradia e da vida operária.

Segundo Nicolau Sevcenko, de 1890 a 1900 o Rio de Janeiro, que era a maior cidade do país, presenciou um crescimento habitacional a uma taxa de 23,3%, passando de 522.651 habitantes para 691.565 habitantes, e de 1900 a 1920 um crescimento destes até 1.157.873 habitantes. Este fato, algumas vezes exaltado e divulgado como positivo, provocava uma situação trágica.

“O plano geral da cidade, de relevo acidentado e repontado de áreas pantanosas, constituía obstáculo permanente à edificação de prédios e residências, que desde pelo menos 1882 não acompanhavam a demanda sempre crescente dos habitantes. A insalubridade da capital, foco endêmico da varíola, tuberculose, malária, febre tifóide, lepra,

⁸³ LOBO, Eulalia M. L., CARVALHO, Lia A. e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989, p.77.

escarlatina e sobretudo da terrível febre amarela, já era tristemente lendária (...). O abastecimento de carnes e gêneros, que era bastante precário (...) em vista da ausência de uma adequada estrutura agrária de produção, estoques e distribuição em torno da cidade e no próprio estado do Rio de Janeiro. (...) Carência de moradias e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade), carestia, fome, baixos salários, desemprego, miséria: eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar”⁸⁴.

Relatos sobre os cortiços, as principais moradias populares nos centros urbanos, conhecemos bem. Porém, Sevcenko nos apresenta números alarmantes. Segundo este autor, em 1906 a densidade demográfica nos subúrbios era de até 191 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto na zona urbana a densidade deste mesmo espaço chegava a 3.928 pessoas. Essa grande concentração foi, em parte, consequência da reforma urbana por que passou o Rio de Janeiro em 1904, que demoliu grande parte das moradias e foi seguida da especulação imobiliária, que atuou como um desestímulo à construção de casas populares.

À redução da taxa de construção de casas populares, somava-se a demolição daquelas anteriormente existentes, deixando desabrigados os moradores, dentre eles operários, da região usada para abertura de novas ruas, como a Avenida Central, e o aumento do custo dos transportes no governo Rodrigues Alves. Desta forma, os trabalhadores eram forçados a morar longe do trabalho, pagando caro pelo deslocamento, trazendo como consequência a redução do poder aquisitivo e da qualidade de vida. Além do maior custo para o deslocamento ao trabalho, ao mudarem-se para os subúrbios os trabalhadores passaram a conviver com a falta de calçamento das ruas, dos serviços e do lazer das áreas centrais, onde se concentravam os investimentos públicos⁸⁵.

Este grave problema de moradia poderia tornar apelativa aos trabalhadores a possibilidade de morar em vilas operárias, porém, o cotidiano nestas também trazia alguns problemas. A fábrica de tecidos Cruzeiro, cujos operários iniciaram a greve de

⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, pp.73-74.

⁸⁵ LOBO, Eulalia M. L., CARVALHO, Lia A. e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional...* Op. Cit., p.86.

1903 que dá título a este trabalho, assim como a Bonfim, a Mavilis, e a Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, que eram fábricas da Companhia América Fabril, dentre outras, possuíam vilas operárias. As vilas destas fábricas, existentes desde 1891 até depois de 1920, eram formadas por avenidas situadas ao redor da sede da fábrica, tornando possível assim, o contato entre os operários moradores das vilas e a população local. Acontecia, em alguns casos, da vila de uma fábrica ser vizinha da vila de outra, como a Confiança Industrial, no Andaraí, o que fazia com que operários de diferentes empresas localizadas no mesmo bairro se tornassem próximos. As dimensões “reduzidas dos terrenos destinados à construção de moradias promoveram uma distribuição espacial particular das casas, que passaram a se situar no interior dos terrenos, ladeadas parede a parede, com as fachadas dando diretamente para uma rua central, e separadas da via pública por um portão”⁸⁶.

Esta proximidade das vilas de diferentes fábricas, e destas com a população local, podem ter-se constituído em fatores importantes de mobilização para as greves. Grande parte dos operários envolvidos na “greve geral” de 1903 trabalhava em fábricas que possuíam vilas operárias. E apesar dos trabalhadores de cada fábrica possuírem demandas específicas, estes trabalhadores se uniram e se apoiaram generalizando a greve apesar de sua diversidade. Esta construção de laços de solidariedade e identidade pode ter passado pela convivência no local de moradia e suas imediações, além das reuniões na associação de classe.

Esta proximidade entre as vilas operárias gerava laços de amizade e solidariedade fundamentais em momentos como a “greve geral” de 1903. Veremos no capítulo 4 desta tese, que apesar de todo o controle exercido sobre os trabalhadores residentes nas vilas, estes não deixaram de se envolver na greve, e por terem endereço conhecido, suas casas foram alvos da ação policial.

De acordo com Elisabeth von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos, a oferta de moradia da empresa aos operários visava garantir para a fábrica trabalhadores qualificados e permanentes. Ainda de acordo com as autoras, a questão da moradia era um problema sério na época, e as casas das fábricas, em especial as citadas acima, eram oferecidas por um módico aluguel. Estas se destinavam, em primeiro lugar aos operários mais qualificados ou àqueles considerados imprescindíveis, aos mais antigos ou com família com maior número de membros, o que garantia mais mão-de-obra.

⁸⁶ WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p.167.

“Para os operários solteiros foram construídos dormitórios no interior dos terrenos das fábricas, em prédios térreos e compridos, tendo na entrada um salão que ocupava toda a área frontal. Seguia-se um vasto corredor com quartos de ambos os lados, completados por uma despensa e uma cozinha”⁸⁷. Os banheiros e mictórios se localizavam no fim do corredor. Essa forma de moradia se diferenciava em muito da moradia de mestres, gerentes e funcionários graduados. Para estes as construções eram de boa qualidade, com boa disposição interna dos quartos e localização privilegiada, que poderia ser na entrada das vilas operárias, no interior de terrenos próximos das fábricas ou voltadas para a rua.

Para ter direito a uma casa na vila, o operário deveria apresentar certificado de vacinação e obedecer ao regulamento interno. Este “compreendia uma série de exigências relativas ao comportamento dos moradores e à higiene e conservação das casas, sob pena de perda do direito à moradia”⁸⁸, e caso houvesse danos à mesma, as despesas com os reparos seriam descontados do salário do operário. Constava também do regulamento a proibição de criação de animais, mesmo que no porão das casas e de qualquer cobertura em volta das casas.

Ainda utilizando como exemplo as fábricas citadas acima, podemos ver outras formas de controle da vida operária. Estas fábricas possuíam uma associação de operários, a Associação de Operários da América Fabril (AOAF). Esta associação fora criada pelos patrões como estratégia para controle da vida operária, o que era bastante comum no período estudado, como pode ser comprovado pelos diversos discursos e folhetos de líderes operários contra associações de diversos tipos que reunissem operários e não operários.

Este posicionamento de líderes operários pode ser visto, por exemplo, no relatório elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro e enviado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913. Neste comentário sobre uma greve na Fábrica Cruzeiro realizada em 1908. Esta greve foi movida contra a demissão de dois operários por terem feito propaganda do sindicato. Em relação a esta situação o autor do relatório afirma que, enquanto o sindicato não tivesse força para resistir, era preciso que os operários evitassem que os patrões soubessem que eram sindicalizados, para que não surgissem motivos para greves antes que o sindicato

⁸⁷

Idem, p.167.

⁸⁸

Idem, p.168.

fosse forte o bastante para vencê-las⁸⁹. Nesta greve de 1908, em particular, a repressão patronal fez com que todos os operários que faziam parte do sindicato deixassem de fazê-lo. Torna-se claro que uma vez que patrões reprimiam a organização operária autônoma, as associações que reunissem patrões e operários não teriam o objetivo de trazer benefícios de qualquer tipo para os trabalhadores.

A Associação de Operários da América Fabril foi fundada em 1919, e se propunha a formar um padrão moral e disciplinar em acordo com os interesses patronais, o que é verificado pela similaridade dos critérios utilizados tanto para ingresso na Associação quanto na Companhia América Fabril. Assim, existiam limites de idade, requisitos de saúde, atestado de vacinação e exame médico, exigia-se também atestados fornecidos pelas autoridades policiais, de bons costumes e boa reputação. Era ainda proibido fazer propaganda contra o regime político, proibido pertencer a associações de caráter político, assim, não podiam se filiar à AOAF os anarquistas, os grevistas, os imigrantes que viessem para o Brasil expulsos e as mulheres cujos maridos não fossem filiados à Associação.

As vantagens adquiridas pelos filiados à AOAF eram auxílio-doença, parto, casamento, proteção aos órfãos menores de 14 anos, às viúvas, dentre outros, e as obrigações eram pagar as mensalidades, ir às reuniões e cumprir os estatutos. Os estatutos representavam uma série de normas de conduta para os operários, que ficavam sujeitos a penalidades que poderiam chegar à expulsão. A total relação entre a Associação, as fábricas e o poder público fica bem clara quando se observa que, de acordo com os estatutos, poderia ser penalizado o operário que impedisse seus companheiros de trabalhar e os que se opusessem à ordem pública. No entanto, o ponto do regulamento que deixa mais claro o papel da fábrica diante da Associação foi incluído em 1921, quando se passou a permitir que tivessem acesso à moradia da fábrica apenas os operários que fossem filiados à Associação.

No caso das vilas operárias urbanas os moradores tinham a liberdade de não comprar gêneros e artigos de primeira necessidade no armazém da fábrica. Porém, possuíam incentivos para fazê-lo, na medida em que os fregueses que tivessem compras superiores a cem mil-réis teriam uma participação de 10% nos lucros do armazém⁹⁰. Durante a greve de 1903 este foi um ponto de disputa. Na pauta dos trabalhadores da Carioca, que não se localizava na região rural, mas sim no Jardim Botânico, dentre as

⁸⁹ Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos...Op. Cit.
⁹⁰ WEID & BASTOS, Op. Cit.

demandas apresentadas ao diretor da fábrica, que incluíam aumento de salários e redução da jornada de trabalho a 8 horas diárias, constava também a substituição dos cartões de abono por dinheiro. O recebimento de dinheiro ao invés dos cartões de abono tinha, exatamente, o objetivo de tornar os trabalhadores livres do consumo dentro do armazém da fábrica.

Mas nem todas as vilas operárias eram compostas por casas ou cômodos sólidos e bem construídos como as vilas citadas acima. A vila operária da fábrica Bangu, em 1902, apesar de designação de vila, era apenas um terreno no qual os próprios trabalhadores construíam, com madeira e latas, sua moradia. Na Confiança Industrial a vila operária era representada por barracões de madeira alugados aos operários⁹¹. O mesmo fazia a fábrica de tecidos Aliança. Nos barracões desta moravam até 1.000 operários que, além de só poderem receber visitas até às 17:30, eram revistados para garantir que não entravam na vila com produtos adquiridos fora do armazém da fábrica⁹².

De acordo com Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, “a vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e controle social e ideológico nas ruas e na cidade”⁹³. O operariado era visto pelas classes dominantes e pelo Estado simplesmente como força de trabalho, a exploração econômica e a opressão política não atingiam apenas os operários, como o conjunto dos pobres. Nas cidades, operários, desempregados, ex-camponeses, artesãos, andarilhos, doentes, prostitutas, e classe média pobre, representavam 70% da população urbana, e estes, em algumas revoltas, como a da vacina em 1904 no Rio de Janeiro, foram importantes atores sociais.

Em termos ideológicos, somavam-se contra a classe operária o xenofobismo das classes dominantes, no caso dos imigrantes, e a herança escravista do preconceito contra o trabalho manual. O operário poderia ser visto de duas formas diferentes: como um agitador infiltrado na fábrica ou como um ignorante que precisava de proteção do capitalista. Nos dois casos o operário era concebido como um marginal que precisava ser reprimido e controlado, dentro e fora do local de trabalho.

Ainda segundo Hardman e Leonardi, os bairros operários assumiam uma função de fortaleza, por serem esconderijos seguros em casos de perseguições policiais. “Além

⁹¹ LOBO, CARVALHO, e STANLEY. *Questão habitacional ...* Op. Cit. p.81.

⁹² LOBO, CARVALHO e STANLEY. *Questão habitacional e o movimento operário*. Op. Cit. p.81.

⁹³ HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria...* Op. Cit. p.147.

da concentração operária, o próprio aspecto tortuoso e labiríntico das habitações coletivas de massa (...) dificultava a penetração de peixe estranho, facilitando a mobilidade e mobilização por parte das famílias proletárias”⁹⁴. Essas habitações feitas de madeira ou qualquer outro material barato, construídas em terrenos íngremes, alagadiços, ou vizinhos de fábricas, como os cortiços, eram o espaço típico da vida dos trabalhadores.

Tanto os cortiços quanto as vilas operárias eram locais de concentração de trabalhadores. Porém, enquanto os cortiços poderiam ajudar no fortalecimento dos laços de solidariedade de classe, as vilas operárias, por serem construções dos donos de fábricas, tendiam a ser locais de controle social e ideológico. Somando-se a isso, como as vilas operárias normalmente eram construídas em locais relativamente isolados, nos quais existia certa carência habitacional, a fábrica poderia passar a ser o centro da vida local. Desta forma, a vida nas vilas era um prolongamento da disciplina fabril. A liberdade do trabalhador assalariado dentro do regime fabril, como vendedor de sua força de trabalho, era reduzida, uma vez que a família operária passava a existir fora da fábrica como uma espécie de “colono” ou “agregado”, pois se encontrava morando na propriedade da empresa. Algumas vezes os moradores das vilas operárias poderiam não receber salários, e sim vales para serem utilizados no armazém da empresa. “Além da presença paternalista conservadora dos patrões, o controle social sobre as famílias de trabalhadores, nessas vilas operárias, se fazia presente através de escolas para as crianças, creches, armazéns e capelas, onde se veiculava a ideologia dominante”⁹⁵.

O fato de morar na vila operária fazia com que o trabalhador tivesse a sua vida privada ainda mais entrelaçada ao seu local de trabalho, tornava a interferência do capitalista, ou da administração da fábrica palpável aos trabalhadores. A este tipo de indústria que controlava o trabalhador tanto no momento do trabalho propriamente dito, quanto na moradia, por meio da vila operária, José Sergio Leite Lopes denomina indústria com imobilização da força de trabalho pela moradia⁹⁶. O autor destaca ainda mais uma importante característica da moradia na indústria, que seria certo isolamento do trabalhador em relação à realidade exterior à fábrica⁹⁷, o que não deixa de ser uma consequência do objetivo maior de controle da mão-de-obra quando o industrial

⁹⁴ Idem, p.151.

⁹⁵ Idem. p.155.

⁹⁶ LOPES, José Sergio Leite. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LOPES, José Sergio Leite...(et al.). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp.41-95

⁹⁷ Idem, p.45.

constrói a vila operária. Dentro desta perspectiva, o valor do aluguel cobrado, ou descontado do salário, referente à moradia, alto ou baixo, pouco importa, uma vez que a grande vantagem almejada pelo empresário é o controle da mão-de-obra dentro e fora do trabalho⁹⁸.

Lopes afirma que “a água, a lenha, a luz elétrica são geralmente controlados por essas fábricas e podem tornar-se objeto de um preço, de um racionamento ou de uma diferenciação entre os operários favorecidos ou não com alguns desses recursos, ou objeto de uma pressão a ser exercida nos casos de conflito coletivo, de greve, com a ameaça da suspensão do fornecimento de alguns desses recursos”⁹⁹.

Todo o controle exercido sobre o trabalhador residente na vila operária, no entanto, não foi capaz de impedir o desenvolvimento dos laços de solidariedade. Como veremos com mais detalhes no capítulo 4, os trabalhadores moradores das vilas operárias das fábricas Cruzeiro, Carioca, Aliança, dentre outras, se envolveram na “greve geral”. Possuímos notícias de buscas policiais feitas nas vilas e de trabalhadores demitidos e despejados da sua moradia, o que prova que as vilas não eram somente locais de controle e dominação que impediriam o desenvolvimento da consciência de classe, mas também de solidariedade e identidade operária. As vilas também não foram completamente eficientes como fator de isolamento entre os moradores destas e os demais trabalhadores, moradores de cortiços ou casas de cômodos no centro da cidade, pois durante a “greve geral” diversas categorias de trabalhadores, residentes e não-residentes em vilas operárias, uniram-se.

Como já foi citado anteriormente, no caso da greve de 1903, os pontos comuns nas pautas dos grevistas foram a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e o aumento de 40% em seus ordenados. A questão da redução de horas, para a finalidade deste trabalho, é central. Esta não foi a primeira greve, nem a última, a ser realizada pela redução da jornada de trabalho, e este ponto de pauta de greve em muitos casos foi justificado pelos grevistas com argumentos relacionados ao seu cotidiano, à sua vida privada, e este era um ponto que afetava de forma especial as mulheres operárias, como veremos um pouco mais à frente.

Algumas lutas operárias estiveram diretamente relacionadas a questões da vida cotidiana. A luta pelo repouso e pelo fechamento das portas de estabelecimentos comerciais aos domingos é um exemplo e foi uma bandeira de luta central para os

⁹⁸ Idem, p.57.

⁹⁹ Idem, p.58.

caixeiros. Estes algumas vezes recorriam “ao argumento religioso do respeito aos dias santificados e na defesa da dignidade do trabalhador, que merece repouso e contato com os seus”¹⁰⁰, e esta foi uma luta longa, pois desde 1858 os caixeiros já reclamavam o direito ao descanso e em 1899 ainda se via em seus jornais de classe artigos com este conteúdo¹⁰¹.

Não só a questão da redução da jornada de trabalho relacionava-se ao cotidiano operário. Na “greve geral” de 1903, os operários da Fábrica de Tecidos Aliança apresentaram demandas tais como melhora da qualidade da água que os operários bebiam na fábrica, considerada de má qualidade e prejudicial à saúde, exigência de um assoalho de grade por cima do de cimento, com argumentos relativos ao prejuízo à saúde dos operários da seção de tinturaria, repreensão ao mestre dos teares por “mau procedimento moral” e demissão do gerente por “desconsideração aos operários”¹⁰². Na citada greve, esta fábrica foi uma das últimas a voltar ao trabalho, apesar de possuir uma vila operária na qual moravam mais de 300 operários¹⁰³, dos 1.640 totais.

Um ponto que consta de alguns estatutos de associações operárias e, por isso, parece ser um problema recorrente entre os trabalhadores, em especial aqueles dedicados a trabalhos pesados, é o que diz respeito ao alcoolismo. A Associação dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, a Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores e a União dos Operários Estivadores são algumas das associações que possuem artigos específicos sobre o alcoolismo em seus estatutos. A União dos Operários Estivadores proibia os “ébrios habituais”¹⁰⁴ de se associarem, e para aqueles já associados, fazia parte dos seus deveres “absterem-se dos excessos alcoólicos”¹⁰⁵. A Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores recomendava aos associados a abstinência de bebidas alcoólicas “porque prejudicam o organismo humano” e “causa imoralidade”¹⁰⁶. Vemos assim que as associações operárias tentavam combater este problema que afetava os trabalhadores tanto em seus locais de trabalho quanto em sua vida privada.

¹⁰⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências Comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói, 2005, Mimeo.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² *Jornal do Brasil*, 19/09/1903, ed. da manhã.

¹⁰³ Idem, 25/09/1903, ed. da manhã.

¹⁰⁴ Estatuto da União dos Operários Estivadores. Rio de Janeiro, 14/03/1915. In: *Diário Oficial*, 1915. Art. 4º.

¹⁰⁵ Idem. Art. 6º, §4.

¹⁰⁶ Estatuto da Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores, 09/04/1905. Art. 10.

Segundo Maria Valéria Junho Pena, as mulheres foram participantes ativas do movimento operário e grevista, porém, sua combatividade era desorganizada, realizando manifestações espontâneas que não se originavam de uma prática política planejada. A ideologia patriarcal lhe vedava o papel de liderança, destinando à mulher o lar como espaço natural e a considerava, tanto como trabalhadora, quanto como cidadã, de segunda ordem. Ao mesmo tempo, ou ainda assim, os protestos femininos voltavam-se mais à exploração nas fábricas do que à sua subordinação na sociedade¹⁰⁷.

A autora afirma que as mulheres não apresentavam a tendência à luta política, uma vez que não eram eleitoras e como cidadãs encontravam-se socialmente em situação inferior à do homem. Assim, a mulher operária não lutava por uma cidadania igualitária ou pelo direito à representação política, lutava por questões práticas. Os conflitos entre trabalhadoras e patrões se davam por questões ligadas à reprodução da vida cotidiana, como o salário, a jornada de trabalho, que eram motivos que também faziam eclodir conflitos entre os trabalhadores do sexo masculino e os patrões, mas, no caso das mulheres, havia ainda problemas específicos, tais como o abuso sexual por parte de mestres e contramestres. Este foi o motivo alegado pelos trabalhadores e trabalhadoras da fábrica Aliança para, no primeiro momento, justificar sua adesão à greve de 1903. Uma operária teria sido demitida após dar à luz uma criança fruto do abuso sexual sofrido por parte do mestre dos teares¹⁰⁸.

As mulheres operárias, no entanto, apesar de serem “capazes de parar a fábrica, de formar piquetes, de lutar contra as que pretendiam ‘furar’ a greve”¹⁰⁹, em muitos casos delegavam a negociação da greve a um homem. De acordo com Pena, as greves, neste período, eram uma resposta das mulheres ao mesmo tipo de tratamento a que muito freqüentemente estavam submetidas não somente nos locais de trabalho, mas também em sua vida cotidiana.

Ainda segundo a mesma autora, não só em greves por questões específicas as mulheres foram atuantes. Outro grande motivo de adesão das mulheres às greves foi a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Na indústria têxtil e nas confecções a jornada era a mais longa, e esses eram os ramos industriais em que se concentravam as mulheres, e destas, mesmo quando eram assalariadas, exigia-se o trabalho doméstico, o

¹⁰⁷ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra. 1981.

¹⁰⁸ *Correio da Manhã*, 15/08/1903, p.2.

¹⁰⁹ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras*, Op. Cit., p.186.

que fazia com que as mulheres fossem ainda mais atingidas pelas longas jornadas de trabalho.

Outra questão que afetava a sociedade como um todo, mas em especial as mulheres, uma vez que eram estas, em grande parte das vezes, as responsáveis pela compra do alimento da família, e dentre estas mulheres, as trabalhadoras, era a carestia dos gêneros de vida¹¹⁰. A Confederação Operária Brasileira (COB), apesar de ser um órgão operário de luta e resistência sindical também se envolveu com esta questão do cotidiano, não só operário, deste período. A COB, juntamente com a Federação Operária, por meio do seu porta-voz, o jornal *A Voz do Trabalhador* organizou em 1913 uma campanha contra a carestia dos gêneros de vida. Após o início da agitação contra a carestia, representado pela realização de dois comícios sem muita organização, a COB e a Federação Operária tomaram para si esta organização. A COB redigiu e enviou a todas as sociedades operárias uma circular para a realização de novos comícios e, juntamente com a Federação, realizou um comício no dia 24 de fevereiro, já agendando um novo comício para o dia 2 de março em Vila Isabel. Neste, segundo o *A voz do Povo*, compareceram uma grande quantidade de homens, mulheres e crianças¹¹¹. No dia 4 de março um novo comício foi organizado na Praça da República e no dia 5 do mesmo mês, no Largo de São Francisco. Nos dias seguintes foram realizados comícios na Praça XV, Praça Mauá, no Catumbi e no Engenho de Dentro.

No dia 16 de março foi organizado um novo comício no Largo de São Francisco. Neste estiveram presentes mais de 20 delegações com seus respectivos estandartes, cantando a Internacional e sendo aplaudidos por uma multidão que encheu o local. Esses comícios se estenderam do Rio de Janeiro até Niterói, Petrópolis e, posteriormente, para diversas localidades do Brasil. A “Campanha Contra a Carestia dos Gêneros de Vida”, que se iniciou no dia 24 de fevereiro se estendeu até, pelo menos, o dia 15 de março de 1913¹¹².

A carestia dos gêneros de vida e os baixos salários são problemas que se somam trazendo graves conseqüências para a qualidade da vida operária. Segundo o relatório elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, enviado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913,

¹¹⁰ Cf. FERRERAS, Norberto. *No País da Cocanha – Aspectos do Modo de Vida dos Trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Tese de Doutorado, Campinas, 2001. Cap. VII.

¹¹¹ *A Voz do Povo*, 15/03/1913.

¹¹² Idem, 01/04/1913 e 15/04/1913.

“... na classe têxtil os ordenados são em média os seguintes. Na aniagem o dos homens é de 3\$000 diários e das mulheres de 2\$000 diários, isto para os que trabalham por dia, porque [para] os tecelões as condições são iguais para homens e mulheres. Linho e algodão: para os homens 4\$000, para as mulheres, 2\$500 diários, sendo que na tecelagem as condições são iguais para ambos os sexos. Lã: para os homens 3\$000 diários e para as mulheres, 2\$500.

E os menores em geral em qualquer dos ramos desta indústria ganham em média 800 sendo a idade mínima desses menores oito anos.

A despesa média para os operários solteiros é de 110\$000 e de 210\$000 para os que têm família quando esta não exceda de mulher e três filhos. Ora, confrontando-se os salários e as despesas verifica-se que o ordenado não dá absolutamente para as despesas: assim é que um homem ganhando em média 4\$000, o muito que pode ganhar durante um mês, descontando os domingos e feriados que não trabalha, é de 90\$000; resulta pois que gastando 110\$000 na hipótese de ser solteiro há um déficit de 20\$000, e sendo casado, é dizer tendo mulher e três filhos, ainda mesmo que estes trabalhem todos há um déficit mais ou menos de 15\$000, sendo que o homem ganhando 4\$000 por dia é em um mês 90\$000, os três filhos ganhando cada um 800 por dia ganham os 3 em um mês 53\$000, a mulher ganhando 2\$500 em um mês 55\$000 somando ao todo 198\$000”¹¹³.

A partir das informações acima o autor do relatório conclui que, para pagar suas despesas, os operários precisam abrir mão do “estritamente necessário”, o que os tornaria predispostos a doenças como a tuberculose e a anemia, uma vez que trabalham mais do que são capazes e se alimentam menos do que o necessário. Além disso, a higiene nas fábricas, segundo o autor, era péssima ou inexistente.

As fábricas, abrigando centenas de operários, não tinham janelas, e se as tinham, essas não eram abertas para evitar que os operários perdessem tempo olhando a rua. O ar no interior das fábricas tornava-se, então, viciado e impuro com o pó originado dos tecidos quando eram manufaturados pelas máquinas e com a respiração de centenas de

¹¹³

Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos... Op. Cit.

operários. Somam-se à baixa qualidade do ar, segundo o autor do relatório, a sujeira das fábricas que nunca eram limpas, as lançadeiras que os tecelões deviam chupar, prejudicando seus pulmões, e as longas horas de trabalho.

A partir de outra fonte similar à anterior, o Relatório Histórico apresentado pela União dos Alfaiates ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, obtemos a informação de que a condição moral e material dos alfaiates empregados no Rio de Janeiro era “muito precária”, o que segundo o autor deste relatório era a causa da diminuição do número de associados da União. A redução do número de membros, que segundo o relator, diante dos problemas enfrentados pelos trabalhadores da então Capital, deveria concorrer para o aumento destes, poderia ser contornada com a permissão do Congresso, de existir dentro do sindicato cursos voltados aos associados. Um destes cursos é o Curso de Corte, um curso profissionalizante que atraía alfaiates para o sindicato.

A partir do mesmo relatório podemos perceber a situação das crianças nos locais de trabalho no ramo da alfaiataria. De acordo com o relator os menores entre dez e dezesseis anos viviam em uma situação “deprimente” e sofriam maior exploração e maus-tratos, não por parte do capital, mas sim, por parte dos companheiros de trabalho.

O ofício de alfaiate exigia um nível de qualificação superior ao dos trabalhadores da indústria têxtil, e desta forma, o seu salário também era superior. Por meio do relatório da União dos Alfaiates obtivemos a informação de que o salário médio de um alfaiate adulto do sexo masculino era de 6\$000 diários, quando adulto e do sexo feminino, o salário caía pela metade, era de 3\$000 diários e para menores de ambos os sexos, com idade mínima de 10 anos, o salário diário era de 2\$000. Estes valores correspondiam a uma jornada de, no mínimo, 11 horas consecutivas em oficinas com condição de higiene qualificada como “péssima”¹¹⁴.

Tanto a questão salarial, como a de redução de horas de trabalho e de aspectos do cotidiano operário foram colocados em pauta de greves. Tomando-se para estudo o período de 1890 a 1917 no Rio de Janeiro, constata-se que a primeira greve com registro de pauta contra maus tratos sofridos no local de trabalho foi realizada no ano de 1901 pelos tecelões da Fábrica de Vila Isabel e a última greve pelo mesmo motivo foi realizada pelos empregados em hotéis no ano de 1912, ambas foram greves vitoriosas. Ainda dentro deste período e por este motivo, foram feitas no total 9 greves. Sendo 4

¹¹⁴ Relatório histórico que a União dos Alfaiates In: *A Voz do Trabalhador*, 01/06/1914 e 20/06/1914.

destas de trabalhadores em fábricas de tecidos, representando, assim, quase a metade das categorias que realizaram greves por maus tratos, 2 de trabalhadores da Companhia de Gás e uma greve de cada dos trabalhadores das oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), de tipógrafos e de empregados de hotéis¹¹⁵.

Outro motivo que levou trabalhadores à greve, dentro do período acima citado, foi a queixa contra condições ruins de trabalho. A primeira greve com este motivo explicitado foi realizada no ano de 1911 e a última em 1917, somando um total de 7 greves em 7 anos. As categorias envolvidas nestas greves foram: tipógrafos, motorneiros da Light, operários da Fábrica de Tecidos Andorinha, trabalhadores do ramal Itacurussá-Sepetiba, tamanqueiros e sapateiros, e a luta contra as condições ruins de trabalho também foi um dos pontos de reivindicação da greve geral de 1917, exigindo, em especial, a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

A redução de horas, ou a resistência à sua ampliação, em domingos e feriados, como já comentado anteriormente, também foi motivo de greves. De 1890 a 1917, a primeira greve com este motivo foi feita em 1902 e a última em 1915. As categorias envolvidas foram: operários das oficinas da Leopoldina Railway em 1902, estivadores de carvão da Companhia de Gás em 1903, que foram vitoriosos, barbeiros e cabeleireiros em 1912, trabalhadores em padarias em 1913 e empregados em hotéis e cafés em 1915. Ainda com relação ao horário de trabalho e descanso, temos notícia de duas greves por aumento do horário de almoço e do café. Estas foram movidas por operários em canteiros, em 1901 e por marmoristas em 1912.

O Código Penal de 1890 em seus artigos 205 e 206 proibia as greves, criminalizava-as e aos trabalhadores envolvidos nestas, legitimando a atuação policial em sua repressão. Contra estes artigos também foram feitas greves no ano de 1890, por exemplo, a dos carroceiros no mês de dezembro, que conseguiram que os artigos fossem modificados e as greves deixaram de ser consideradas crime. Isto, porém, não significou o fim da intensa repressão policial aos grevistas.

Utilizando novamente o caso da greve de 1903 como exemplo, durante esta os homens identificados como trabalhadores foram proibidos de se reunir em praça

¹¹⁵ O Banco de dados sobre greves é fruto de pesquisa realizada por mim em dissertação de mestrado sob o título *Movimento Operário: aspirações e lutas – Rio de Janeiro, 1890-1913*, defendida junto ao programa de Pós-Graduação em História da UFF, em 2003. Este banco de dados foi elaborado a partir de notícias de greves nas folhas diárias do Rio de Janeiro do período de 1890 a 1913 e posteriormente acrescido de pesquisa coletiva para o período de 1913-1945. O ponto sobre greves será tratado nesta tese no capítulo 3. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró (Coordenador). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004.

pública¹¹⁶. Este fato nos aponta para duas questões. Uma delas é a da capacidade das forças públicas, mas não só destas, de reconhecer um operário, o que nos indica a existência de características comuns aos operários, principalmente nas formas de vestir. E a outra é a questão da interferência da força policial no cotidiano operário, no tempo do trabalhador fora de seu local de trabalho. Ainda tomando como exemplo a greve iniciada pelos têxteis em 1903, temos diversas notícias de repressão aos trabalhadores, mesmo em seus locais de moradia¹¹⁷, como se verá no capítulo 4 desta tese.

Ao proceder a esta breve incursão no cotidiano operário carioca, pudemos perceber que a questão da moradia operária era uma questão central. Morar no território dominado pela fábrica implicava obedecer ao seu regulamento e se sujeitar à sua vigilância, porém, procurar por moradia fora desta significaria, muito provavelmente, morar em cortiços superlotados ou em regiões afastadas em um período em que o transporte público era precário. A insalubridade, tanto dos cortiços, quanto das fábricas, trazia graves consequências à saúde dos trabalhadores. Os baixos salários obrigavam mulheres e crianças a ingressar no ambiente fabril fazendo decair ainda mais os salários de forma geral. No entanto, todos estes fatores, a princípio, negativos à mobilização e ação operárias, não impediram que os trabalhadores em fábricas de tecidos fossem os mais ativos em termos de greves em todo o período de 1890 a 1917, tendo realizado um total de 34 greves.

Também não impediram que se organizassem.

¹¹⁶ *Jornal do Brasil*, 18/09/1903, ed. da manhã.

¹¹⁷ Idem. Dentre muitos outros dias do mesmo jornal e de outros que tratavam do mesmo conteúdo.

Capítulo 2

Associações operárias, identidade de classe e a “Greve Geral”

Neste capítulo apresento e analiso inicialmente as associações operárias envolvidas na greve de 1903. Consultei e analisei seus estatutos, relatórios históricos e artigos de jornais na tentativa de localizar dados que complementassem as informações contidas nos estatutos das associações. O objetivo em um primeiro momento era analisar apenas os estatutos e artigos de jornais que nos permitissem perceber a atuação das associações durante a greve. Porém, como os estatutos são documentos apresentados oficialmente pelas associações ao poder constituído para que este lhes forneça um alvará de funcionamento, as reais intenções das associações são, por vezes, camufladas nestes documentos que visam a cumprir essa exigência formal. A partir deste conjunto de fontes comparei as associações que apoiaram a greve com as que não apoiaram. Estas associações defendiam diferentes tipos de atuação, e este tipo de atuação pode ser relacionado com o ramo de produção, sua estrutura e seu histórico, apresentando, assim, atuação mais ou menos independente. Algumas destas associações, quando foram fundadas, já possuíam a finalidade de defesa do associado enquanto trabalhador, outras, no entanto, foram fundadas com fins educativos ou assistenciais e se voltaram para a defesa do trabalhador em resposta à pressão sofrida pela realidade dos acontecimentos, o que as fez ampliar a sua área de atuação para além de suas funções originais de educação e de assistência mútua. O estudo das associações ao longo do tempo teve como objetivo não imobilizar os trabalhadores em um determinado momento, mas sim, nas palavras de Thompson, examiná-los ao longo do tempo, “enquanto vivem sua própria história¹¹⁸” e, assim, conseguir vê-los como formadores da classe trabalhadora e não como indivíduos isolados.

Como já afirmado na Introdução desta tese, considerando-se toda a Primeira República, 1903 foi o ano de maior número de greves no Rio de Janeiro¹¹⁹. Naquele ano os trabalhadores em fábricas de tecidos iniciaram uma greve, que em seu desenvolvimento foi chamada pelos envolvidos de “greve geral”, com duração de 26 dias.

¹¹⁸ THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol.1... Op. Cit. p.12.

¹¹⁹ Ver sobre as greves do período em GOLDMACHER, Marcela. “Movimento Operário: aspirações e lutas Rio de Janeiro: 1890-1906”. In MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda...* Op. Cit.

Cabe-nos retomar aqui um breve relato de alguns pontos importantes sobre a greve já comentada na Introdução deste trabalho, atentando para as associações envolvidas no movimento. Como vimos, a greve foi iniciada no dia 11 de agosto de 1903 pelos trabalhadores das fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, mais especificamente os trabalhadores da seção de tecelagem da fábrica Cruzeiro. Aos tecelões da Cruzeiro se uniram os operários da fábrica de tecidos Aliança, Bonfim, Carioca, Santa Helena e Confiança Industrial. Em solidariedade aos trabalhadores em fábricas de tecidos, se declararam em greve os integrantes da Sociedade dos Artistas Chapeleiros, da Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, Associação de Classe União dos Chapeleiros e Liga dos Artistas Alfaiates. Outros trabalhadores que se declararam em greve foram os têxteis da Bangu, os da fábrica de charutos do Engenho de Dentro os vidreiros da fábrica Esberard, os trabalhadores da fábrica de velas Luz Estearica e os têxteis da Empresa Industrial Brasileira. Após uma reunião no Congresso União dos Operários das Pedreiras estes também aderiram à greve, assim como os sapateiros, após reunião no Centro dos Sapateiros e os marceneiros da União de Classe dos Marceneiros. Aderiram também à greve, em solidariedade aos grevistas, os carpinteiros¹²⁰, os estivadores e carregadores de café.

Um mês após o fim da “greve geral” foi fundada a Federação das Associações de Classe. Desta organização, em 1905, se originou a Federação Operária Regional Brasileira, que no ano seguinte organizou o 1º Congresso Operário Brasileiro, e se transformou na Federação Operária do Rio de Janeiro¹²¹

A greve de 1903 foi uma greve relevante não só por ter sido uma greve que reuniu várias categorias, mas, principalmente, por estas terem sido representadas por suas associações de classe. Estas associações, no entanto, apesar de terem se unido em torno de um objetivo comum, não necessariamente seguiam uma mesma forma de organização e nem tinham suas ações orientadas pelos mesmos princípios.

Os jornais diários do Rio de Janeiro, tanto os jornais operários como os de grande circulação, tornaram pública a atuação destas associações como representantes dos trabalhadores durante a greve. Entre as associações envolvidas no movimento encontramos registro na imprensa das seguintes: a Sociedade dos Artistas Chapeleiros, a Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, a Associação de Classe União dos Chapeleiros, a Liga dos

¹²⁰

Jornal do Brasil, de 15/08/1903 a 26/08/1903, edições da manhã e da tarde.

¹²¹

BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República...* Op. Cit. p. 40.

Artistas Alfaiates, o Congresso União dos Operários em Pedreiras, o Centro dos Sapateiros, o Centro Internacional dos Pintores, a União de Classe dos Marceneiros, a Sociedade Operária do Jardim Botânico e a União das Classes Operárias.

Destas associações, analisaremos aqui quatro mais detidamente. São elas, a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, a Associação de Classe União dos Chapeleiros, a Liga dos Artistas Alfaiates e o Congresso União dos Operários em Pedreiras. Estas associações foram escolhidas para uma análise mais aprofundada, dentre as tantas citadas acima, devido à continuidade da sua atividade ao longo dos anos. Estas associações, que tiveram participação na greve de 1903, continuaram ativas nos anos seguintes, chegando a participar de Congressos Operários, como o de 1906, que deu origem à Confederação Operária Brasileira (COB) e o de 1913, organizado pela própria COB. As fontes utilizadas na pesquisa e elaboração deste capítulo retratam esta continuidade.

Veremos que algumas dessas associações de classe, ao longo de sua vida mudaram de nome, uniram-se a outras associações da mesma categoria e, algumas vezes, mudaram de direção organizativa. As associações tratadas aqui foram tomadas como uma representação da diversidade associativa do período que gira em torno da greve de 1903, algumas vezes recuando e outras, avançando no tempo.

Além destas quatro associações, será analisada também aqui a União dos Operários Estivadores. Os operários estivadores ainda não se encontravam organizados antes da greve de 1903, e, por isso, não foram representados por sua associação de classe. No entanto, estes se organizaram durante a greve e a União foi fundada no dia 13 de setembro de 1903, apenas oito dias após o fim da greve, continuando ativa nos anos seguintes da mesma forma que as associações anteriormente citadas.

As associações operárias e a greve

Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos

Sabemos pelos relatos da greve que a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos foi fundada no início do ano de 1903 e foi a primeira agremiação desta categoria. Segundo o relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de

Tecidos, apresentado no Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, esta Federação atuava seguindo o método da resistência ou do sindicalismo francês¹²².

Em artigo intitulado “Sindicalismo”, publicado no *A Voz do Trabalhador*, Tcherkesoff afirma que o sindicalismo francês originou o movimento sindicalista internacional, e possui os seguintes pontos básicos: “1º - Organizar os assalariados para a defesa dos seus interesses morais e materiais, econômicos e profissionais. 2º - Organizar, fora de todo partido político todos os trabalhadores conscientes da luta a empenhar para a supressão do salariato e do patronato”¹²³.

Ainda segundo o autor, estes são os pontos fundamentais do socialismo, independentemente da escola e partido, e qualquer membro de um partido socialista, que pode ser democrático-social, anarquista, ou de qualquer outra vertente pode aceitá-los. Desta forma, o indivíduo associado ao sindicato teria total liberdade para, fora do sindicato, ter qualquer concepção política, inclusive pertencer a partido político, desde que isto não viesse a interferir na vida sindical. Nas palavras do autor:

“... o sindicalismo francês reuniu em menos de quinze anos mais de 600 mil associados, dos quais 400 mil são quotizantes na Confederação Geral do Trabalho. Este enorme exército sindicalista está organizado sobre as bases da autonomia dos sindicatos e das federações locais e nacionais.

*A mesma autonomia se estende a cada indivíduo associado, o qual, fora do seu sindicato, tem completa liberdade ou concepção política, podendo pertencer a qualquer partido para as eleições parlamentares ou municipais; porém, nenhum tem o direito de, na qualidade de sindicado ou de membro duma administração sindical, tomar parte em partido algum”*¹²⁴

Segundo o relatório histórico do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos¹²⁵, muitos operários das fábricas de tecidos do Rio de Janeiro a ela se associaram em pouco tempo. Essa associação teria gerado tal entusiasmo, não só entre os operários têxteis, mas também entre os trabalhadores de outras categorias, que teria

¹²² Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos... Op. Cit.

¹²³ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/07/1913, p.1.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos... Op. Cit.

sido o principal suporte da “greve geral” de 1903, reunindo um total de 40.000 grevistas, dos quais 25.000 eram tecelões.

Ainda segundo este relatório a greve obteve uma vitória parcial do ponto de vista material, uma vez que os operários reivindicavam 8 horas de trabalho diário e aumento de 40% e obtiveram 9 horas e meia de trabalho e aumento qualificado como “insignificante”. Porém, em termos morais, a greve teria sido um fracasso, pois uma grande quantidade de operários foi demitida, em especial nas fábricas Carioca, Aliança e Confiança.

O autor do relatório, ao certo também motivado por diferenças de concepção sindical em relação à direção da época, avalia que o denominado fracasso teria sido motivado principalmente pela “precipitação dos operários em declarar a greve, pois tendo a Federação poucos meses de existência, os seus associados não poderiam estar devidamente orientados para uma ação tão repentina¹²⁶”. Esta ação dependeria de grande solidariedade e de grande experiência, que os trabalhadores não teriam.

Mas não só a precipitação é apontada como causa do fracasso. Este também teria sido resultado da participação de elementos não operários no movimento. Segundo o mesmo relatório, um agente especial do corpo de segurança pública, chamado Francisco Fernandez, ligado ao Ministério da Justiça, se teria feito passar por desenhista do Ministério do Interior. Este elemento teria sido um dos organizadores de um comitê de greve que agiu com o objetivo de levar ao fracasso do movimento, aconselhando os proprietários das fábricas a fazerem apitar as máquinas durante três dias e afixar boletim nas portas dos estabelecimentos afirmando que seriam demitidos aqueles trabalhadores que não comparecessem ao trabalho dentro deste prazo.

Esta não foi a única forma de participação de elementos “não operários”. Os trabalhadores da Companhia de Gás também possuíam demandas salariais, mas ao invés de aderirem à greve, entraram em acordo com a diretoria por intermédio de Vicente de Souza¹²⁷, que era uma liderança socialista já conhecida dos trabalhadores, e representante do Centro das Classes Operárias.

Ainda segundo o autor do relatório, a derrota da greve deu início à desestruturação da Federação, que fechou as portas alguns meses depois. Os trabalhadores em fábricas de tecidos ficaram sem organização formal até 1908, quando

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ *Jornal do Brasil*, 20/08/1903, Ed. da manhã.

foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, que em pouco tempo chegou a 800 membros.

A avaliação feita no relatório em relação a estes acontecimentos é de que se os associados fossem mais “sindicalistas”, isto é, tivessem mais consciência dos seus direitos, seriam vencedores na luta contra os patrões, pois as máquinas não se operam por si, precisam do operário para fazê-lo, e não existem para ficar inativas. Consta também do relatório a advertência de que não basta pagar ao sindicato para vencer as greves.

“É que para que elas sejam vitoriosas, é preciso que cada operário por si mesmo seja soldado e general ao mesmo tempo; é preciso que quando se declarem em greve, saibam todos como se hão de conduzir, dispensando os comandantes; é preciso que quando forem presos os companheiros mais influentes, eles continuem a lutar com a mesma coragem até vencer”¹²⁸.

Como consideração final nesta seção do relatório, seu autor aconselha que, enquanto durarem as arbitrariedades dos patrões e da polícia, como a invasão das casas durante a madrugada, não se deve tentar mais negociações com aqueles. Deve-se fazer uso da sabotagem e de armas de fogo, da mesma forma que são utilizadas contra os trabalhadores. Desta forma, espera-se que o novo Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos consiga melhor representar os seus associados que por sua vez devem ter mais consciência e união contra a exploração da burguesia.

Juntamente com a opção declarada pelo sindicato como órgão de representação dos trabalhadores, o relatório também nos apresenta esta forma de luta de um modo implícito na linguagem utilizada. O uso de termos como operários e burguesia como opostos nos indica uma noção mais clara quanto à oposição de interesses, oposição esta que é o ponto de partida da construção da consciência de classe.

¹²⁸

Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos... Op. Cit.

Congresso União dos Operários em Pedreiras

A greve teve início no dia 11 de agosto de 1903, no dia 20 daquele mês, os operários em pedreiras, após uma reunião no Congresso União dos Operários em Pedreiras, aderiram à greve.

O Congresso União dos Operários em Pedreiras foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 20 de outubro de 1901, como uma sociedade beneficente, mas tendo papel reivindicativo em prol dos operários das pedreiras¹²⁹. Como consta de seu estatuto¹³⁰, aceitava como sócios exclusivamente empregados de pedreiras, mas não se restringia apenas aos trabalhadores do Rio de Janeiro, aceitando também trabalhadores de outras regiões do Brasil. Foi fundado com o objetivo de promover a melhoria da situação moral, intelectual e material da categoria como um todo, e não apenas dos seus associados.

Objetivava também defender os direitos da categoria, estabelecer uma tabela de preços para todos os trabalhos, com pontualidade de pagamentos, e a elevação dos salários, por meio de acordo coletivo, como podemos ver nesta passagem do seu estatuto de fundação:

*“Art. 2º São seus fins: promover por todos os meios legais ao seu alcance o melhoramento moral, intelectual e material de seus associados e da classe, defendê-la em seus direitos, protegendo-a em suas necessidades, e estabelecer por acordo coletivo tabelas de preços para todos os seus trabalhos e o respectivo horário com pontualidade de pagamentos e a conservação e elevação dos salários de modo a remunerar equitativamente as necessidades dos associados...”*¹³¹.

Em casos individuais a associação tinha o objetivo de resolver os problemas ocorridos entre patrões e operários sócios, esforçar-se pela recolocação daqueles que estivessem desempregados e ainda criar uma caixa de auxílio de socorros e outra de defesa social.

¹²⁹ Relatório do Sindicato dos Operários das Pedreiras do Rio de Janeiro, apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro. In: *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1914.

¹³⁰ Estatutos do Congresso União dos Operários em Pedreiras. In: *Diário Oficial*, 9 de fevereiro de 1905.

¹³¹ Idem.

Constava ainda dos fins do Congresso, organizar uma biblioteca, criar aulas de instrução primária e desenho para os sócios e seus filhos, “promover conferências doutrinárias dos princípios sociais”¹³², que não tivessem relação com assuntos políticos ou religiosos e criar um jornal operário, em defesa dos operários em pedreiras e do Congresso.

Havia certa ambigüidade nos Estatutos do Congresso no que toca aos requisitos para filiação. Como várias associações mutuais do fim do século XIX, além dos sócios de origem operária, os Estatutos previam também a possibilidade de presentear com título de benemérito ou bem feitor o sócio, ou “qualquer cidadão”¹³³, que tivesse prestado serviços ao Congresso, à classe ou à humanidade. Apesar da possibilidade de “qualquer cidadão” receber este título, e de terem sido escolhidos como presidente e vice-presidente honorários Comendador Joaquim Bittencourt da Silva e Dr. Vicente Libertino de Albuquerque, respectivamente, o art. 30 afirma que para ser admitido como sócio é preciso ser operário de pedreiras, nos ofícios de canteiro, enconhador ou ferreiro. Tal ambigüidade pode ser explicada pela busca de construção de alianças e redes de proteção que pudessem servir de suporte em momentos de dificuldade financeira e, especialmente, em conflitos com os patrões e o Estado.

Do ponto de vista de seus vínculos intersindicais, entretanto, a opção de classe do Congresso era nítida, pois ele tomaria parte, nos anos seguintes, da Federação Operária do Rio de Janeiro e da Confederação Operária Brasileira.

Até a fundação do Congresso não havia regulamentação de horas de trabalho para esta categoria, o que tornava possível que operários encunhadores, por exemplo, trabalhassem até 14 horas diárias. Diante desta situação uma greve foi organizada no final do ano de 1901 pelos operários de uma das firmas, que logo formaram comissões para visitação a outras firmas com o objetivo de conseguir a adesão dos demais operários. Estes, diante da necessidade de regulamentac o dos horários e da cria o de uma associa o, aderiram   greve, tornando-a geral de toda a categoria dos operários em pedreiras¹³⁴.

Com esta greve a categoria conseguiu a jornada de 10 horas diárias, tanto para os trabalhadores por peça quanto para aqueles que trabalhavam por hora, e organizaram sua associa o, o então Congresso União dos Operários em Pedreiras. Esta associa o,

¹³² Idem, Art. 4 .

¹³³ Idem. Art. 5 .

¹³⁴ Relatório do Sindicato dos Operários das Pedreiras do Rio de Janeiro... Op. Cit.

conforme o relatório do Sindicato dos Operários em Pedreiras, embora tenha sido formada com caráter de sociedade beneficente, manteve também caráter reivindicativo. Os operários canteiros, reunidos em torno do Congresso, organizaram tabelas de preços dos serviços, que eram pagos por peça, sem preço fixo. Estas tabelas foram apresentadas aos patrões em agosto de 1903, exatamente durante a “greve geral”, e por estes assinadas em 1º de setembro deste mesmo ano.

Após estas primeiras vitórias, enfraqueceu-se a ação combativa do Congresso, ao mesmo tempo em que este acumulava em seus cofres o dinheiro do pagamento da cota dos sócios. O resultado deste enfraquecimento foi a queda do valor pago pela mão de obra. A alternativa então pensada para resolver o problema dos baixos salários foi a fundação de uma cooperativa de produção em dezembro de 1906, mas esta só foi capaz de auxiliar uma pequena parte dos associados, enquanto a maioria continuava a receber os mesmos baixos salários.

Segundo avaliação dos autores do relatório do Sindicato União dos Operários em Pedreiras, os resultados da Cooperativa foram nulos e esta foi dissolvida após consumir todo o dinheiro que o Congresso possuía, o que levou ao fim tanto da cooperativa quanto do Congresso¹³⁵.

Com o fim da Cooperativa e do Congresso, os operários em pedreiras decidiram seguir as resoluções do Primeiro Congresso Operário, do qual haviam participado, e formar um sindicato. O Sindicato dos Operários em Pedreiras foi efetivamente fundado em 1909. O Sindicato teve ativa participação em greves da categoria, com imposição de tabelas de preço de mão-de-obra e de horários de trabalho e após um período de um ano em que permaneceu fechado por falta de sócios (1911) o Sindicato foi reaberto em 12 de junho de 1912. “E prosseguiu o Sindicato na sua obra de reivindicações, saindo sempre vitorioso das lutas sustentadas. Esforçando-se por que o maior número dos operários das pedreiras a ele se filiasse, chegou ao fim desse ano de 1912, a contar 2.000 sócios”¹³⁶.

¹³⁵

Idem.

¹³⁶

Idem, ibidem.

Associação de Classe União dos Chapeleiros

Uma semana após o início da greve uma comissão da Associação de Classe União dos Chapeleiros foi à Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos declarando-se solidária aos trabalhadores em tecidos e constituindo-se em greve.

A Associação de Classe União dos Chapeleiros, em junho de 1905, uniu-se ao Club Protetor dos Chapeleiros formando uma nova associação, a Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros. Esta nova associação se afirmava “essencialmente de classe”¹³⁷. Para filiar-se a esta era preciso ser operário ou operária de qualquer ramo de fabricação de chapéus, com no mínimo 16 anos de idade e “não ter nódoa que o infame”¹³⁸.

A Associação possuía funções de auxílio mútuo e de resistência, o que podemos perceber logo no início do estatuto, onde se declaram quais são seus fins. Os fins da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros eram “concorrer para o melhoramento da Classe dos Operários Chapeleiros”¹³⁹, estabelecer relações com as corporações do mesmo gênero e filiar-se às mesmas, organizar uma “cooperativa de chapéus”¹⁴⁰ e uma “cooperativa de comestíveis”¹⁴¹ nas quais seriam empregados os associados que estivessem desempregados, além de organizar uma biblioteca.

Mais especificamente em relação à função de resistência, a Associação se propunha a mediar às questões entre patrões e operários até que se chegasse a uma solução e desenvolveria propaganda para a conquista das 8 horas de trabalho diárias. Consta nos estatutos que seria criada uma “comissão de trabalho”¹⁴², que procuraria trabalho para os associados que estivessem desempregados e deveria estar informada sobre as condições de trabalho nas fábricas, assim como propor ao diretório da Associação medidas para melhorar as condições de higiene, o tempo de trabalho e os salários. A Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros ainda orientava os associados que fizessem o possível para que as vagas nas fábricas só fossem

¹³⁷ Estatuto da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros. In: *Diário Oficial*, 28 de março de 1908. Art. 34.

¹³⁸ Estatuto da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros... Op. Cit.

¹³⁹ Idem. Art. 1º, item “a”.

¹⁴⁰ Idem. Art. 1º, item “c”.

¹⁴¹ Idem. Art. 1º, item “d”.

¹⁴² Idem. Art. 20, item “d”.

preenchidas por operários associados, garantindo respaldo aos que fossem demitidos por defenderem os interesses da associação.

Liga dos Artistas Alfaiates

No dia 18, uma semana após o início da greve, uma comissão da Liga dos Artistas Alfaiates declarou-se em greve indo à sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos. No entanto, no dia 21, uma comissão da Liga foi ao gabinete do chefe de polícia para pedir a sua intervenção frente aos patrões para que estes atendessem ao seu pedido de aumento nos salários e redução a oito horas de trabalho. O chefe de polícia se recusou a servir de intermediário, uma vez que a greve já havia sido declarada e ele só poderia fazê-lo caso tivesse sido contactado como “interventor pacífico”¹⁴³ antes da declaração de greve. Diante desta recusa do chefe de polícia a Liga declarou que se manteria em greve até que tivesse conseguido as conquistas pretendidas.

A Liga dos Artistas Alfaiates foi fundada em novembro de 1901 e aceitava como associados somente os trabalhadores, excluindo-se os patrões. Possuía a função de reunir os alfaiates e orientá-los para a ação em defesa de seus interesses sem a intervenção de elementos estranhos à categoria e de elementos políticos.

A Liga fornecia aos seus associados “aulas de corte”, nas quais se ensinava a cortar qualquer peça de roupa, o que não era possível aprender nas oficinas, e publicava o jornal *O Alfaiate*, na cidade do Rio de Janeiro, como seu órgão oficial¹⁴⁴.

A Liga mantinha ativa relação com as demais associações operárias. Sua sede abrigou a fundação de associações que posteriormente conseguiram suas próprias sedes e juntamente com outras associações fundou, em 1903, a Federação das Classes Operárias. As memórias da entidade de classe dos Alfaiates confirmam a importância de sua participação na Federação, pois lá se registra que após a sua fundação, a Federação recebeu a visita de uma delegação da Federación Obrera Argentina, que foi recepcionada em uma seção especial na Liga, onde foi formulado um pacto de solidariedade com todo o operariado universal¹⁴⁵.

¹⁴³ *Jornal do Brasil*, 22/08/1903, ed. manhã, p. 1.

¹⁴⁴ Relatório da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro, apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro. In: *A Voz do Trabalhador*, 01/06/1914, p.3.

¹⁴⁵ Idem.

A Liga dos Artistas Alfaiates participou do Primeiro Congresso Operário, apresentando delegados e temas a serem discutidos. Logo após o Congresso, a Liga começou a por em prática o que aquele recomendava. Seguiu a primeira das resoluções sobre orientação que

*“... aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a por fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”*¹⁴⁶.

Assim, no dia 1º de junho de 1906 passou a denominar-se Sindicato dos Artistas Alfaiates. Segundo consta do relatório da União dos Alfaiates ao Segundo Congresso Operário, a Liga dos Artistas Alfaiates desde a sua fundação já havia dispensado “o presidencialismo, a beneficência, a política, as discussões religiosas, os princípios patrióticos e tantos e tantos outros prejuízos sociais”¹⁴⁷. Desta forma, restou apenas simplificar os seus princípios da forma como exigia a orientação sindicalista. O sindicato passou a ser dirigido por assembleias soberanas, que teriam suas deliberações executadas por uma comissão composta por sete membros.

O então Sindicato dos Artistas Alfaiates, no entanto, em 22 de abril de 1907, após um período de queda no interesse de seus associados, foi dissolvido, e todos os seus pertences, como documentos, biblioteca e mobiliário, foram guardados na sede da União dos Operários Estivadores e Associações de Classe de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas. Os alfaiates só voltaram a se organizar em maio de 1909, fundando a União dos Alfaiates, nas bases do sindicalismo¹⁴⁸, formada inicialmente por 250 sócios.

Como se afirma no relatório da União dos Alfaiates, esta associação, assim como suas antecessoras, seguiu sempre os princípios de solidariedade, acompanhando os movimentos dos operários de outras categorias (“companheiros de outras classes”),

¹⁴⁶ Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In: *Revista Estudos Sociais*, nº16, março de 1963.

¹⁴⁷ Relatório da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro... Op. Cit.

¹⁴⁸ Idem.

não só do Rio de Janeiro, como de outras cidades e países e os apoiando, desde que seu sofrimento e sua revolta tenham sido causados pela desigualdade social. A União, o Sindicato e a Liga dos Artistas Alfaiates também estiveram sempre ligados às federações, à COB e à FORJ.

Apesar da União afirmar que seus princípios são os do sindicalismo, como aconselhava o Primeiro Congresso Operário, esta, assim como fazia anteriormente a Liga, fornecia “Curso de Corte”. Segundo a União, este curso era um dos motivos pelos quais a associação podia continuar a existir, pois atraía sócios que procuravam vantagens imediatas sem quebrar os princípios de sua existência¹⁴⁹.

União dos Operários Estivadores

Os operários estivadores aderiram à greve no dia 25 de agosto, quando os têxteis, que a haviam iniciado, já começavam a se retirar. Reuniram-se no cais dos Mineiros, onde usualmente embarcavam, e nomearam uma comissão para organizar as bases de suas reclamações. Esta comissão ficou reunida na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos.

Diante da manutenção por mais de uma semana da greve dos trabalhadores da estiva o chefe de polícia, Cardoso de Castro, pediu aos trabalhadores que voltassem ao serviço, afirmando que seria o intermediário nas negociações por melhores condições de trabalho. Os estivadores aceitaram a proposta e voltaram ao trabalho no dia 5 de setembro.

A União dos Operários Estivadores foi fundada em 13 de setembro de 1903 na cidade do Rio de Janeiro, poucos dias após o fim da “greve geral” de 1903. Apesar de ainda não estarem organizados em torno de uma associação, isto não os impediu de atuar de forma unificada como categoria, identificando-se como pertencentes à classe operária do Rio de Janeiro, que neste momento apresentava reivindicações comuns.

A União, que aceitava sócios de qualquer nacionalidade, foi fundada com a finalidade ampla de defender os associados e “trabalhar pelo levantamento moral, intelectual e material da classe”¹⁵⁰. Para tal, a União atuaria em duas frentes, na resistência e no auxílio aos trabalhadores associados.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Estatuto da União dos Operários Estivadores. In: *Diário Oficial*, 06 de agosto de 1906. Art. 2º, item “a”.

Em seus estatutos reformados em 25 de julho de 1905, com função de resistência, afirma que defenderia gratuita e obrigatoriamente os associados em caso de prisão injusta, perseguição ou abusos, atuaria como mediadora nos conflitos entre patrões e empregados, regulamentaria as condições de trabalho e tentaria fazer com que seus associados tivessem preferência nas contratações. Além destas funções, a União pretendia organizar “um sindicato para o fim de contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios”¹⁵¹, “estreitar os laços de solidariedade operária em todas as associações congêneres dentro e fora do país”¹⁵² e criar um fundo de defesa para a categoria dos estivadores para por meio dele manter a “resistência ordeira e pacífica”¹⁵³.

Além desta função de resistência, a União também possuía a função de auxílio mútuo. Na reforma dos estatutos de 1905, a União se propunha a criar aulas de instrução, um jornal de propaganda e uma biblioteca, tão logo possuísse recursos para tal, além de fornecer auxílio pecuniário aos sócios quando enfermos e para seu funeral.

No ano de 1910 o estatuto foi novamente reformado. Com esta reforma a União continua tendo a função de auxílio, porém se percebe um aumento do número de funções voltadas para a resistência, tais como a intervenção em questões salariais, de horas de trabalho e de “regalias da classe”¹⁵⁴, a fundação de uma caixa de resistência para as despesas com greves e a contratação de um ou mais advogados “para defender perante as autoridades, patrões, empresas e poderes públicos, os interesses dos sócios e os da Sociedade”¹⁵⁵.

Além das funções de resistência e auxílio, a União, com a reforma do estatuto em 1910, passa a regulamentar o serviço da estiva. O que fica claro no Art. 8º, regulamentando a forma como o estivador deve embarcar e fazer o seu serviço, inclusive prevendo multas e suspensões caso o trabalho não fosse efetuado da forma estabelecida. Esta regulamentação visava também defender a União, garantindo a sua presença no trabalho da estiva, como podemos ver a seguir:

“São deveres dos sócios relativamente ao serviço:

¹⁵¹ Idem. Art. 2º, item “e”.

¹⁵² Idem. Art. 2º, item “f”.

¹⁵³ Idem. Art. 2º, item “g”.

¹⁵⁴ Estatuto da União dos Operários Estivadores, 1910. 1º ofício de registro de títulos e documentos, Estatutos de sociedades civis, código 66, seção de guarda SDJ, vol 27, documento nº 498. Art. 2º, item “j”.

¹⁵⁵ Idem. Art. 65.

§ 1º Embarcar com contra-mestres associados, devendo respeitar as ordens dos mesmos, quer nos embarques, quer durante o trabalho, fazendo o serviço com escrúpulo e honestidade, não cometendo abusos de que resultem discórdias ou descrédito da sociedade, não podendo abandonar nem recusar trabalho, desde que este não seja superior às suas forças.

§ 2º Repartir o serviço sem designação de proa ou popa, nem este ou aquele lado, trabalhando todos de acordo afim de não haver sacrifício nem prejuízo no andamento do serviço, bem como cambiar desta para aquela escotilha, de um para outro vapor, dentro das horas determinadas; excetuando para couro salgado, carvão, mineral, que para tais cargas deverão ser avisados com antecedência.

§ 3º Prosseguir no trabalho, já começado, mesmo que fique algum dos companheiros enfermo ou seja vítima de algum desastre, salvo se o acidente se tiver dado por motivo de imprestabilidade, defeito ou ruína dos aparelhos de bordo”¹⁵⁶.

Esta regulamentação do trabalho é ainda reforçada pelo Art. 16 com multas e suspensões caso o trabalho não seja efetuado da forma estabelecida. Outras questões passíveis de punição, ainda mais graves, uma vez que seriam motivos para a eliminação do associado, eram a difamação da sociedade, a realização de acordo com os patrões contra os interesses e ordens da sociedade, a traição da sociedade ou de algum companheiro durante greves ou denunciando-os às autoridades ou aos patrões e, ainda, a prática de delitos contra a propriedade, estando ou não em serviço.

Outros pontos importantes foram adicionados ao estatuto em 1910, além dos já citados. Nesta reforma do estatuto torna-se mais claro quem seriam os possíveis associados. Seriam admitidos como sócios os trabalhadores da estiva com bom comportamento, maiores de 18 anos e menores de 50 e, não seriam admitidos aqueles que tivessem “sido condenados por crimes contra a propriedade ou por embriaguez habitual”¹⁵⁷ e os contra-mestres, apesar de terem a liberdade de se associar, não poderiam exercer nenhum cargo na sociedade, conseqüentemente, não poderiam tomar

¹⁵⁶

Idem. Art. 8º.

¹⁵⁷

Idem. Art. 6º.

decisões relativas aos operários estivadores, o que é mais uma forma de não aceitação da participação de não-operários na luta operária.

Em se tratando da participação no interior da sociedade, a União possuía uma organização que poderíamos chamar de democrática, uma vez que qualquer associado poderia pedir a palavra e propor qualquer assunto para discussão e votação, votar e ser votado, desde que, para ser votado, não fosse analfabeto ou contra-mestre, como já comentado acima. Esta forma de organização se difere de algumas outras associações, em que a participação era mais restrita e algumas vezes, mais burocrática, uma vez que o associado, para ter um assunto de seu interesse discutido deveria propor o mesmo para ser avaliado e somente posteriormente ser discutido em momento estabelecido pelos dirigentes da associação.

Ainda com relação à complementação do estatuto anterior, a reforma de 1910 incluiu como parte da caixa de resistência a criação de uma cooperativa de consumo e proibiu discussões políticas e a representação da associação em manifestações políticas.

Em nova reforma do estatuto da União dos Operários Estivadores, realizada em 1915, além dos pontos presentes nos estatutos anteriores, percebemos o objetivo de ampliação espacial da atuação da União “com a organização da classe da estiva em todos os portos do Brasil”¹⁵⁸.

Dois outros pontos diferem do estatuto anterior. Um deles diz respeito ao objetivo de conquista das 8 horas de trabalho diárias, enquanto nos estatutos anteriores se tratava apenas da redução de horas sem maior especificação. O outro ponto diz respeito às condições para que um trabalhador se associe à União. De 1910 para 1915 foi reduzida em 10 anos a idade máxima para a associação, e ampliada em quatro anos a idade mínima. Neste novo estatuto “para ser admitido como sócio é necessário bom comportamento, perfeita saúde, que seja maior de 21 anos e menor de 40. Trabalhador de preferência marítimo e que não apresente defeitos físicos que o impossibilite de trabalhar”¹⁵⁹. Tais modificações parecem corresponder a um momento em que a União já controla plenamente as contratações e preocupa-se em restringir o acesso ao “seu” mercado de trabalho.

¹⁵⁸ Idem. Art. 2º, item “c”.

¹⁵⁹ Idem. Art. 3º.

As associações operárias, entre a “greve geral” de 1903 e os Congressos Operários

Pela descrição das associações feita anteriormente vimos que, muitas vezes, coexistiam no seu interior diferentes funções, tais como resistência, auxílio mútuo, cooperativismo, dentre outras. Este era o caso do Congresso União dos Operários em Pedreiras. Declaradamente fundado como uma sociedade beneficente, o Congresso, entre suas várias funções, oferecia aos sócios conferências doutrinárias dos princípios da sociedade, mas estas conferências não deveriam ter relação com assuntos políticos ou religiosos. É preciso ter claro qual o sentido de “político” implícito em tal resolução.

No Primeiro Congresso Operário, realizado no Rio de Janeiro, em 1906, ficou decidido que as questões políticas e religiosas não deveriam fazer parte do sindicato. Esta decisão se justificava com base no argumento de que as divergências de opinião em relação a essas questões dentro do proletariado só trariam divisões que atrapalhariam a união e a luta. Desta forma, o Congresso aconselhava que o proletariado se organizasse em sociedade de resistência econômica, tópico de opinião comum que não geraria rivalidades e divergências. No entanto, aconselhava também que a luta pelos direitos políticos mínimos, que mesmo as organizações econômicas necessitam, não fosse abandonada, mas que fosse realizada pelo método da ação direta.

As discussões políticas, entendidas no sentido político partidário ou eleitoral podiam não estar presentes dentro das associações que seguiram tais resoluções, mas é claro que não deixaram de ser feitas pelo operariado. É o que atestam os partidos operários, como foi visto no capítulo 1 desta tese.

Ficou também decidido no Primeiro Congresso que as associações operárias deveriam adotar o nome de sindicato e que a resistência deveria ser a sua única função. Os operários das pedreiras, em 1909, após terem participado do Primeiro Congresso Operário, como Congresso União dos Operários em Pedreiras, refundaram a associação com o nome de Sindicato dos Operários em Pedreiras. A Liga dos Artistas Alfaiates, em 1906 também passou a se denominar Sindicato dos Artistas Alfaiates e o mesmo fez a União dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, vindo a se chamar Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. A justificativa para a resolução do Congresso Operário era a de que a beneficência, o mutualismo ou o cooperativismo facilitariam as imposições do patronato. Estas funções secundárias, além de desviarem o foco da função principal de resistência e apesar de atraírem grande número de

associados, atrairiam aqueles sem iniciativa e sem o objetivo de resistir. O que fica claro na seguinte resolução:

“Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições;

Que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência;

*O Primeiro Congresso Operário Brasileiro aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim...”*¹⁶⁰.

Um terceiro ponto do Congresso que merece destaque é o que diz respeito à participação, ou não, de não operários no sindicato. Não apenas os proprietários das fábricas e oficinas, mas até mesmo mestres e contramestres eram proibidos pelas resoluções de filiar-se ao sindicato. Os motivos que levam os patrões a não serem aceitos dispensam maiores explicações, mas no caso dos mestres e contramestres, estes eram vetados por serem identificados como os representantes daqueles. Para os casos excepcionais deveria ser feito um regulamento interno que regularizasse a sua admissão.

Durante a greve de 1903, a Liga dos Artistas Alfaiates apesar de já ter abolido no seu interior o presidencialismo, a beneficência, as discussões políticas e religiosas, após declarar-se em greve recorreu ao chefe de polícia pedindo a sua intervenção frente aos patrões. Posteriormente, o Primeiro Congresso determinou que os meios de ação a serem empregados na luta deveriam ser os da ação direta e deveriam depender unicamente da atividade das associações, como a greve geral ou parcial, a boicotagem, o label e a manifestação pública.

O apelo à participação de não-operários, como o chefe de polícia ou alguma personalidade ligada à política, poderia, no entanto, possuir um objetivo não declarado.

¹⁶⁰

Resoluções do Primeiro Congresso Operário... Op. Cit.

Como alerta Claudio Batalha, algumas vezes essa atitude era uma estratégia política que visava a “comprometer moralmente as autoridades republicanas com as reivindicações dos trabalhadores”¹⁶¹.

Outros pontos tratados nas resoluções dos congressos operários referem-se ao combate ao alcoolismo, ao combate às multas praticadas nas oficinas, à luta pelas 8 horas, à defesa do direito de reunião, entre outros. (alguns destes pontos já foram tratados no capítulo 1 desta tese.)

Acompanhando as discussões do primeiro e segundo congressos operários percebemos claramente a opção por um sindicato livre de qualquer definição política de princípios, dentre elas o socialismo e mesmo o anarquismo, ainda que muitos dos defensores dessas propostas pudessem identificar-se como anarquistas e alguns como socialistas. A lógica de tal princípio se justificava pela tentativa de tirar do sindicato, ou melhor, da associação operária, uma vez que muitas das associações federadas e/ou participantes dos congressos não possuíam a denominação de sindicato, qualquer motivo de divergência e disputa entre o operariado.

Em relação a este ponto especificamente, se o sindicato devia adotar uma política ou manter-se neutro, os debates do Segundo Congresso Operário se dão em torno de duas propostas: a adoção do socialismo anarquista, ou seu sinônimo, o anarquismo e a manutenção da liberdade individual, sem imposição de uma ou outra doutrina. Esta segunda proposta é, na realidade, o posicionamento aprovado no Primeiro Congresso Operário. A discussão em torno da adoção do anarquismo fora proposta pela Federação Operária de Santos com base na seguinte argumentação: “Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?”. Depois de feito o debate a mesma federação sugeriu a seguinte proposta: “Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antítese da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores”¹⁶².

Segundo Fernando Teixeira da Silva, a Federação Operária de Santos (FOLS) “foi a única federação no Brasil que encampou formalmente a adoção do programa

¹⁶¹ BATALHA, C. H. M. "Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República". In. BATALHA, Claudio H. M., SILVA, F. T. & FORTES, A. (Orgs.). *Cultura de classe – identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Ed. Unicamp, 2004. pp. 95-119.

¹⁶² “As Resoluções do Segundo Congresso”, In: *A Voz do Trabalhador*, 01/10/1913. p.2.

anarquista em seu interior”¹⁶³. A proposta da FOLS de que a COB deveria indicar o socialismo anarquista como princípio para as sociedades operárias não foi aprovada. A proposta de Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira, José Romero, Myer Feldman e Cecílio Vilar – conhecidos propagandistas anarquistas naquele momento – era a de que a organização deveria se “manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia e conquista dos seus direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas ou sociais”¹⁶⁴.

O posicionamento aprovado pelo Segundo Congresso foi o de que as sociedades operárias deveriam permitir em seu interior a livre discussão de todas as idéias, o que não implica a renúncia a essas idéias. O objetivo a ser alcançado por este posicionamento era a abertura do sindicato, ou associação operária, para o maior número possível de trabalhadores, sem que motivos de divergência viessem a enfraquecer a luta contra o capitalismo.

É importante sublinharmos este ponto. A luta em que a Confederação Operária Brasileira se coloca, apresentada por meio das discussões e resoluções do Segundo Congresso Operário, é contra o capitalismo. Não é uma luta por simples melhorias da situação econômica, nem apenas contra o patronato, mas sim pela “sua completa emancipação”¹⁶⁵, da forma como afirmam Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira, José Romero, Myer Feldman e Cecilio Vilar no momento em que apresentam o referido tema para discussão no Congresso Operário de 1913.

Um ponto de discussão que não estava presente no Primeiro Congresso e que surge no Segundo Congresso Operário é o que trata da colocação dos associados no mercado de trabalho. Esta prática, na vida social, assumiu duas formas básicas. Uma delas é a bolsa de trabalho, praticada pela União dos Chapeleiros e pelo Congresso União dos Operários em Pedreiras, por exemplo, e a outra é o *closed shop* da União dos Operários Estivadores.

A bolsa de trabalho foi aprovada pelo Segundo Congresso, após longa discussão, nos seguintes termos, propostos por José Romero e Astrojildo Pereira:

¹⁶³ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

¹⁶⁴ “As Resoluções do Segundo Congresso”... Op. Cit.

¹⁶⁵ Idem.

“Considerando que o proletariado do Brasil encontra-se, em grande parte, ainda num período de organização e de preparação;

O congresso entende que a obra essencial e primária da organização é a resistência e a propaganda e que, por isso, a instalação das bolsas de trabalho não deve nunca embarçar a ação de resistência, devendo o serviço de colocação ser feito pelas próprias comissões administrativas dos sindicatos, para se evitar o funcionalismo burocrático”¹⁶⁶.

Segundo Alexandre Fortes, a bolsa de trabalho era tratada de forma ambígua. Esta poderia ser vista como uma forma de beneficência, mas também, como uma forma de resistência. Na solução de casos individuais a bolsa de trabalho, ou bolsa-trabalho, se aproximaria à beneficência, atraindo ao sindicato trabalhadores “inconscientes” em busca desta ajuda de colocação no mercado de trabalho. No entanto, por outra perspectiva, estas bolsas de trabalho poderiam ser uma forma de controle direto do mercado de trabalho por parte da associação podendo reforçar a resistência e a luta econômica¹⁶⁷.

O Congresso União dos Operários em Pedreiras afirmava em seus estatutos que existiria um esforço, por parte da associação, para recolocação no mercado de trabalho dos trabalhadores que estivessem desempregados. Esta função, no entanto, aparece no estatuto como solução dos casos individuais, de forma separada dos direitos da categoria dos pedreiros que deveriam ser conquistados por meio de acordo coletivo, como pontualidade no pagamento dos salários, elevação dos mesmos, criação de tabelas de preços dos serviços, dentre outros.

Os operários em pedreiras eram trabalhadores qualificados, como afirma Fernando Teixeira e, por isso, não poderiam ser facilmente substituídos em caso de greve. Como afirmado anteriormente, na greve de 1903 os operários em pedreiras, entre os quais estavam os que executavam as funções de ferreiro, enconhador e canteiro, conseguiram impor uma tabela de preços dos serviços realizados e a redução da jornada de 14 horas para 10 horas diárias. Além da qualificação dos trabalhadores, Teixeira afirma que a estrutura dos negócios da indústria de construção também favorecia os

¹⁶⁶ Idem. p.4.

¹⁶⁷ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond 2004.

ganhos operários em caso de greves, o que nos parece que afetava também o setor das pedreiras, que fornecia material para as construções. Os empreiteiros só recebiam o pagamento pelo negócio após a entrega da obra, e caso esta atrasasse, o próprio empreiteiro teria de pagar da sua reserva de capital o material de construção e a mão-de-obra dos trabalhadores, o que poderia vir a causar a sua falência ou a perda de contratos¹⁶⁸.

Esta é uma situação muito diferente da vivida pelos operários estivadores, não-qualificados. Estes, no entanto conseguiram impor a *closed shop*. A União dos Operários estivadores desde 1905, na reforma do estatuto daquele ano, já declarava que tentaria fazer com que os postos de trabalho fossem preferencialmente ocupados por seus associados. Constava também o objetivo de organizar um sindicato para contratar o serviço de carga e descarga dos navios de forma direta. Em 1910, a União elaborou a regulamentação do serviço da estiva, inclusive impondo multas para a má execução do serviço, como já comentado neste capítulo. A União pretendia, desta forma, impor o *closed shop*, pois, ao mesmo tempo que impunha regras de controle sobre a força de trabalho, impunha também regras de solidariedade de classe por meio de punições que poderiam chegar à eliminação do associado, caso este traísse a sociedade de alguma forma.

Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz a conquista do *closed shop* entre os trabalhadores portuários do Rio de Janeiro, pioneiramente em relação a Santos, por exemplo, mesmo sendo um grupo profissional em que teoricamente, a substituição da força de trabalho seria fácil, devido a não especialização da mão-de-obra, está relacionado ao seu histórico ainda no período colonial e escravista. O trabalho era feito por trabalhadores de tropa, normalmente da mesma nação africana, e conduzidos por um capitão, que normalmente era quem acertava os detalhes do serviço, como o preço, o peso que se aceitaria carregar, o número de trabalhadores para o serviço e seu ritmo¹⁶⁹. As formas de resistir à escravidão e de buscar a liberdade então constituídas foram marcadas por forte solidariedade de grupo.

¹⁶⁸ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp.51-52. Citado por SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, pp. 56-57.

¹⁶⁹ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “traduções negras na formação de um sindicato: sociedades de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1908-1930”. In: *Afro-Ásia*, n° 24, Salvador, 2000.

Os estivadores, assim como afirma a mesma autora para o caso dos trabalhadores em trapiche e café, tinham na questão racial uma especificidade. A organização dos trabalhadores em sociedade operária atendia também ao objetivo de distanciá-los “da marca da escravidão, construindo através do sindicato, a igualdade de tratamento e o respeito devidos aos homens livres”¹⁷⁰. Uma diferenciação que, aliás, muitos trabalhadores se esforçavam para conseguir.

Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz, o *closed shop* também viria a atender essa necessidade de valorização dos trabalhadores negros que carregavam o peso de serem vistos pelos patrões, ou contratadores, ainda como escravos ou libertos. O *closed shop* garantiria para estes trabalhadores ganhos e exclusividade no trabalho. A questão da exclusividade no trabalho adquire para estes trabalhadores uma grande importância na medida em que se tratava de trabalhadores avulsos, isto é, não possuíam um vínculo empregatício, não possuíam um patrão e um emprego formal, mas sim um trabalho que poderia ser ocasional, o trabalhador poderia conseguir trabalho em um dia, mas talvez não em outro. Este tipo de trabalho, além de trazer ao trabalhador a incerteza do serviço no dia seguinte, fazia-o alvo de suspeição por parte das autoridades, pois, caso não conseguisse serviço poderia ser identificado como vadio. O *closed shop*, assim, trazia ao trabalhador maiores chances de trabalho, e o pertencimento ao sindicato, uma forma de comprovar ser trabalhador e não vadio ou desordeiro¹⁷¹.

Vimos pelos exemplos citados neste capítulo que algumas associações operárias, como era o caso da Associação de Classe União dos Chapeleiros, União dos Operários Estivadores e o Congresso União dos Operários em Pedreiras, este filiado à COB e à FORJ, combinavam a resistência com o mutualismo. O mutualismo era uma prática condenada pelos Congressos Operários desde sua primeira edição em 1906. Através de diversos artigos publicados no *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da Confederação Operária Brasileira, que teve sua fundação decidida no Primeiro Congresso Operário e que passou a organizar os próximos congressos, podemos acompanhar a argumentação da COB contra a prática do auxílio mútuo dentro do sindicato, que deve ter a função única de sociedade de resistência.

Em artigo de Neno Vasco, por exemplo, publicado no *A Voz do Trabalhador* em março de 1913, este afirma que a prática do auxílio mútuo é “o reconhecimento da

¹⁷⁰

Idem. 2000. p.288.

¹⁷¹

ARANTES, Erika Bastos. *O PORTO NEGRO: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Mimeo. 2005.

legitimidade e justiça das condições impostas pelo patrão”¹⁷². Quando, do pouco salário recebido, o trabalhador ainda consegue a duras penas retirar uma parte, resta a ilusão de que é possível poupar para o futuro e o trabalhador assim, não pensa em resistir e resigna-se. Troca a penosa situação do presente por uma ilusória situação futura. Vasco argumenta que para que o trabalhador consiga juntar algum dinheiro para as caixas de auxílio, ele deverá se privar do que já é considerado o mínimo e viver em situação ainda pior do que a habitual. Esta prática, no entanto, argumenta o autor, não teria efeitos apenas na ação da classe operária, levaria também à redução do consumo e conseqüentemente, à redução da produção, o que implicaria na diminuição dos postos de trabalho aumentando o número de desempregados.

Argumentava-se, porém, na época, que as caixas de auxílio, dentre outras práticas, seriam válidas para atrair os trabalhadores para dentro do sindicato. Contra este argumento, Neno Vasco afirma que os trabalhadores que viriam motivados pelo auxílio, não vinham providos de consciência de classe e não estavam interessados na luta e por isso em nada ajudavam o sindicato de resistência.

Assim como as caixas de auxílios mútuos, a existência de cooperativas dentro dos sindicatos de resistência também era condenada pelos Congressos Operários. O Congresso União dos Operários em Pedreiras, membro da FORJ e da COB, possuía uma cooperativa de produção. Como já comentado anteriormente, esta cooperativa foi fundada em 1906 em resposta à queda dos salários dos seus associados, mas só teve a possibilidade de auxiliar uma parte destes. A cooperativa consumiu a reserva de dinheiro do congresso e este teve de ser fechado. A União dos Operários Estivadores possuía uma cooperativa de consumo e a Associação de Classe União dos Chapeleiros possuía duas cooperativas, uma de produção e outra de consumo.

Já em 1890 foi fundada no Rio de Janeiro a Sociedade Cooperativa dos Empregados de Padaria no Brasil. Um de seus fundadores foi João de Mattos, padeiro com experiência de luta contra a escravidão, organizando fugas de escravos. João de Mattos participou da fundação de duas outras associações operárias, antes da cooperativista montou o Bloco de Combate dos Empregados de Padaria, em 1880 que era um “Bloco de Defesa” dos padeiros e lutava contra a escravidão e após o fracasso da Sociedade Cooperativa, a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria,

¹⁷²

“Sindicalismo Revolucionário” In: *A Voz do Trabalhador*, 15/03/1913. p.3

em 1898. Esta deu origem ao sindicato dos padeiros, ao jornal *O Panificador* e a uma biblioteca.

A cooperativa, que reuniu por volta de 400 sócios, tinha o objetivo de tornar os trabalhadores livres dos patrões por meio da compra de padarias e tinha como lema, *Trabalhar para nós mesmos*¹⁷³. A cooperativa, no entanto, assim como nos casos citados anteriormente, não teve sucesso. Este tipo de cooperativa se diferencia do tipo defendido por Custódio Alfredo Sarandy Raposo, o sindicalismo cooperativista. Sarandy Raposo era funcionário do Ministério da Agricultura e foi contra a sua forma de cooperativismo que os anarquistas se colocaram mais fortemente. Se as cooperativas de trabalhadores independentes já não eram estimuladas, o sindicalismo cooperativista era condenado, pois possuía proteção oficial¹⁷⁴. “Os seguidores de Sarandy Raposo defendiam a economia de livre empresa, considerando o cooperativismo o instrumento de luta pelos interesses dos trabalhadores, dentro da ordem e com apoio legal”¹⁷⁵.

Em um dos artigos da série “Sindicalismo Revolucionário”, escritos por Neno Vasco no jornal *A Voz do Trabalhador*¹⁷⁶, o autor aborda a questão do cooperativismo dentro do sindicato de resistência. Segundo o próprio Neno Vasco, na cooperativa de consumo um grupo de pessoas se une para comprar gêneros em grande quantidade e revendê-los aos sócios na tentativa de evitar o intermediário, porém, como afirma o autor, nem sempre é possível evitar o grande comerciante.

No caso da cooperativa de produção, a união dos trabalhadores visa à fabricação e venda direta do produto ao consumidor com o objetivo de suprimir o lucro do proprietário da fábrica ou oficina. No entanto, a concorrência com a grande indústria e sua capacidade produtiva, que permite a prática de preços mais competitivos, não é possível para as cooperativas de trabalhadores. E, ainda segundo Vasco, mesmo quando estas cooperativas conseguem algum sucesso elas acabam por gerar um sentimento de ganância entre os trabalhadores.

Mas estes não seriam os maiores problemas das cooperativas. O maior problema da existência de cooperativas dentro do sindicato de resistência está no conseqüente enfraquecimento de sua atividade fim, a resistência. Os trabalhadores colocariam suas

¹⁷³ MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, História e Multidisciplinaridades: territórios e deslocamentos, promovido pela ANPUH, na UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2007.

¹⁷⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo...* Op. Cit. p.116.

¹⁷⁵ Idem. p.117.

¹⁷⁶ “Sindicalismo Revolucionário”, In: *A Voz do Trabalhador*, 01/04/1913, p.1.

esperanças na cooperativa, o que também se dá com as caixas de auxílio, e a resistência resultaria enfraquecida.

Vasco, por outro lado, também nos apresenta um possível ponto positivo da organização das cooperativas e do mutualismo. O autor afirma que estes, por agrupar os trabalhadores, podem desenvolver o “espírito de solidariedade”¹⁷⁷ e as habilidades administrativas, “não faltam anarquistas (como Tcherkesoff) que lhes atribuam valor, mesmo em períodos de crise revolucionária, para a pronta organização comunista da produção”¹⁷⁸. Mas, seus ganhos imediatos seriam nulos e prejudiciais aos trabalhadores caso estes não se organizem para a resistência. Como esta deve ser a única função do sindicato, o autor combate a idéia do sindicato de bases múltiplas, pois neste a resistência fica prejudicada pelas funções cooperativas e mutualistas. Neno Vasco afirma que o sindicato de “resistência verdadeira, ativa, franca, tem para os revolucionários socialistas o valor essencial de colocar resolutamente o operário em frente ao patrão, de aclarar a luta de classes”¹⁷⁹.

A solução apresentada por Neno Vasco para a efetiva solução dos problemas dos trabalhadores é “a revolução social, isto é, a expropriação da burguesia em proveito dos grupos livres de produtores, a socialização da terra e dos meios de produção”¹⁸⁰. Esta afirmação nos direciona a outro tipo de debate. Indica-nos que o que é chamado de sindicalismo revolucionário no Brasil é mais do que apenas a organização dos trabalhadores em associações que visassem apenas a luta econômica, ou a defesa da luta econômica como único caminho para a revolução social, da forma como defende Edilene Toledo. O sindicalismo revolucionário é historicamente apontado como uma corrente originária do anarquismo, como o direcionamento das idéias mais amplas do anarquismo para o movimento operário após a repressão dos adeptos da tática da “propaganda pelo ato”. Os sindicatos se tornariam, assim, a partir das idéias anarquistas, “instrumentos revolucionários do proletariado”¹⁸¹. Edilene Toledo, no entanto, afirma que o sindicalismo revolucionário era uma corrente autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo¹⁸².

¹⁷⁷ Idem. p.2.

¹⁷⁸ Idem. p.2.

¹⁷⁹ Idem, ibidem.

¹⁸⁰ Idem. p.1.

¹⁸¹ BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp.11 e 336.

¹⁸² TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

Apesar da autora afirmar que seu estudo é representativo para o caso de São Paulo, a mesma não se atém a esta região ao fazer afirmações quanto ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo utilizando-se do jornal *A Voz do Trabalhador*, que além de ser produzido no Rio de Janeiro possuía colaboradores de diversas regiões. Como já foi dito, a tese central da autora é a de que o sindicalismo revolucionário é uma corrente autônoma em relação ao anarquismo. Porém, as referências ao sindicalismo localizadas na literatura operária, em especial no jornal *A Voz do Trabalhador*, porta voz da COB, que segundo a autora seria o representante do sindicalismo revolucionário no Brasil, não o apresentam como uma corrente autônoma em relação ao anarquismo. Isto é demonstrado pelos artigos do jornal, que tratam do sindicalismo revolucionário como uma forma eufemista do anarquismo, como o citado do jornal *A Voz do Trabalhador* pela própria autora, o artigo “Os anarquistas no movimento operário” afirma que “eis revivificado o anarquismo operário, às vezes sob o nome de ‘sindicalismo revolucionário’, que é para muitos um simples eufemismo”¹⁸³. Para uma real análise do significado dos artigos do jornal, devemos ainda inseri-los no contexto em que foram elaborados, e veremos que os militantes eram vítimas dos processos de expulsão de anarquistas, o que os levava a não se declararem abertamente como tal.

A autora identifica a COB com o sindicalismo revolucionário, dentre outros motivos, por não negar a luta de classes como, segundo a mesma, faz o anarquismo. Edilene Toledo afirma que “na teoria sindicalista revolucionária convergiam idéias socialistas como a luta de classes, que os anarquistas recusavam como base de sua doutrina”¹⁸⁴, afirma ainda que “essa insistência na luta de classes [nas resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro] é um dos aspectos que afasta o *sindicalismo revolucionário* do anarquismo. O conceito de luta de classes presente no *sindicalismo revolucionário* é, sem dúvida, inspirado na idéia marxista de luta de classes”¹⁸⁵. No entanto, a COB, nas resoluções do Segundo Congresso Operário, defende a todo momento a liberdade individual e a luta contra o capitalismo pela emancipação dos trabalhadores. Podemos perceber este posicionamento, por exemplo, nos debates em torno da necessidade ou não das associações operárias elaborarem estatutos, e a moção aprovada foi elaborada por Edgard Leuenroth:

¹⁸³ Idem. p.3.

¹⁸⁴ Idem. p.31.

¹⁸⁵ Idem. p.38.

“... considerando que os estatutos sindicais devem ter por fim estabelecer unicamente bases livres de acordo;

considerando ainda que o Sindicato operário necessita da mais ampla liberdade de ação, para conseguir os seus fins;

o Congresso aconselha vivamente aos trabalhadores do Brasil a abolirem das suas sociedades de resistência, os estatutos ou regulamentos calcados em fórmulas burocráticas e coercitivas, e restringi-los exclusivamente a simples normas administrativas, despidas de qualquer determinação que fira a autonomia individual dos associados ou que conceda atribuições de mando a qualquer deles”¹⁸⁶.

Além do formato dos estatutos primando pela liberdade e autonomia individual, o Primeiro Congresso Operário defendia ainda que os sindicatos fossem livres de qualquer doutrina política ou religiosa com o objetivo de evitar quaisquer rivalidades ou discordâncias entre os trabalhadores¹⁸⁷, e não com o objetivo de por fora do sindicato uma ou outra tendência política, o anarquismo sendo uma destas, em favor da opção pelo sindicalismo revolucionário. O objetivo não era optar pelo sindicalismo revolucionário, excluindo o anarquismo, mas sim, excluindo quaisquer pontos de discordância que pudessem atrapalhar a luta e a identidade operárias.

São vários os registros de época que contrariam uma interpretação que absolutiza a autonomia do sindicalismo revolucionário. Em artigo publicado no *A Voz do Trabalhador*, Felicien Challaye trata das semelhanças entre a escravidão e o sistema de assalariamento do trabalhador. O autor afirma que, para se defender, o operariado se une no sindicato a fim de lutar como classe contra a classe burguesa que o explora, assim, a luta de classes é a base do sindicalismo. Challaye cita alguns teóricos socialistas como sendo a base das críticas do sindicalismo à sociedade atual e afirma que o sindicalismo e o socialismo têm a mesma esperança de transformação da sociedade por meio da revolução. Mas os sindicalistas, segundo o autor, se afastam dos socialistas, aproximando-se do anarquismo pela crítica que fazem ao Estado¹⁸⁸.

Em outro artigo do *A Voz do Trabalhador*, Neno Vasco, que reivindicava explicitamente o anarquismo, explica-nos que dentro do sindicalismo existem duas

¹⁸⁶ “As resoluções do Segundo Congresso Operário”. Op. Cit.

¹⁸⁷ *A Voz do Trabalhador*, 01/02/1914, p.6.

¹⁸⁸ “A luta de classes”, In: *A Voz do Trabalhador*, 01/08/1913. p.1.

tendências diferentes. De um lado está o sindicalismo de tendência revolucionária. Este direciona suas ações com base em uma perspectiva de luta de classes, de solidariedade entre os trabalhadores contra o patronato, com a vontade de abolir este último e o sistema de assalariamento, e com o fim de se apropriar dos meios de produção e reorganizar a sociedade em favor de todos. A segunda tendência do sindicalismo é baseada nos antagonismos de interesse entre os trabalhadores dentro deste sistema de propriedade individual, com simples objetivo de melhora parcial, econômica ou de reformas legais.

Com base então nesta realidade do sindicalismo, Neno Vasco informa-nos que a atitude dos anarquistas dentro do sindicato deve ser a de

*“... em primeiro lugar (...) conservar quanto possível a sua liberdade de ação, evitar os compromissos e os motivos de suspeita, - o mais que possam, visto convir dar margem às contingências e circunstâncias especiais. Assim colocados, o seu papel é o de uma minoria atuante e propulsora: favorecer com todas as suas forças a tendência socialista, anarquista e revolucionária do movimento econômico operário e as formas de ação e organização que a promovem; acompanhar ardentemente o operariado nas suas reivindicações, procurando alargá-las; apontar-lhes sempre o nosso fim e mostrar-lhe infatigavelmente a necessidade da revolução social. Procurar, em suma, que anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas idéias, ao menos nos atos”*¹⁸⁹.

Podemos perceber neste trecho do artigo a preocupação do autor com a ação repressiva sobre os anarquistas, em especial na advertência em evitar os motivos de suspeita em relação aos anarquistas. Mais importante é o trecho final do artigo em que o autor afirma que o fundamental é que os atos dos trabalhadores sejam anarquistas e não seus estatutos, que dariam provas claras para a repressão e os processos de expulsão, além de contrariarem a idéia do sindicato como frente única de toda a classe/categoria, aprovada no Congresso de 1913.

¹⁸⁹

“O Anarquismo no Sindicato”, In: *A Voz do Trabalhador*, 01/09/1913. p.1.

Em alguns momentos, porém, a relação com o anarquismo torna-se ainda mais clara, pela defesa da filiação político-intelectual dos militantes, como neste trecho do Relatório da Federação Operária do Rio de Janeiro, não de um artigo de opinião, publicado no *A Voz do Trabalhador*: “...enviamos as nossas saudações ao velho camarada e mestre Pedro Kropotkine, por ocasião do seu 70º aniversário”¹⁹⁰.

Nem todas as categorias de trabalhadores atuaram da mesma forma em 1903 e em outras greves. Algumas categorias ingressaram no movimento grevista, e aproveitaram o alarme que este provocava nas autoridades e na população, também expondo suas demandas, no entanto usando de táticas diversas das daqueles operários que iniciaram o movimento. Como vimos este foi o caso da Liga dos Artistas Alfaiates que apesar de condenar em seus estatutos a intervenção de elementos estranhos à categoria em suas lutas, pediu ao chefe de polícia que fosse o interventor junto aos patrões. O que não significa que a organização dos alfaiates fosse uma entidade desvinculada dos princípios da resistência sindical. Esta mesma associação foi uma das fundadoras da Federação das Classes Operárias, filiada à COB e à FORJ e nos anos seguintes à greve passou a ter a denominação de sindicato, conforme resolução do Congresso Operário. Ainda assim, como vimos, mantinha em sua sede aulas de corte, que eram desaconselhadas pelos congressos operários. Ambigüidades que apenas reforçam a hipótese de que entre as definições de princípio ou estatutárias e a prática da ação coletiva havia uma distância que poderia variar conforme a categoria.

A Associação de Classe União dos Chapeleiros ao mesmo tempo em que mantinha funções de auxílio mútuo, reforçava a resistência e se esforçava para que as vagas nas oficinas fossem ocupadas por trabalhadores associados.

A União dos Operários Estivadores também reunia funções de resistência e auxílio mútuo. Nos anos seguintes à sua fundação passou a impor o *closed shop*, aceitava como membros não só os estivadores, mas também os contra-mestres, desde que não assumissem nenhum cargo na sociedade, e durante a greve aceitou a interferência do chefe de polícia como mediador. Com forte presença de militantes socialistas em suas lutas – como Evaristo de Moraes – foi quase sempre classificada como uma entidade “reformista”, mas não se furtou a participar dos Congressos

¹⁹⁰

“Relatório da Federação Operária do Rio de Janeiro” In: *A Voz do Trabalhador*, 15/12/1913.

Operários de 1906 e 1913, respaldando as definições de um sindicalismo autônomo e combativo.

O Congresso União dos Operários em Pedreiras apesar de apresentar em seu estatuto a possibilidade de fornecer título benemérito a qualquer pessoa que prestasse serviços ao Congresso, à classe ou à humanidade, mesmo que não fosse operário, só admitia operários em seu quadro de sócios, e conseguiu impor uma tabela de preços dos serviços em acordo coletivo, posteriormente se transformando em Sindicato dos Operários em Pedreiras.

E, como último exemplo, a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos não aceitava a participação de não operários, nem como membros, nem como intermediários em negociações, chegando até mesmo a negar qualquer forma de negociação, e declarava seguir o método da resistência.

Todas essas associações mostram-se muito mais complexas do que tipologias gerais poderiam definir. Acredito que seria bastante reducionista defini-las em termos de associações de resistência, ou reformistas ou cooperativistas. Acredito que essa exposição tenha mostrado uma grande interpenetração de funções e características que só se perderiam se tentássemos enquadrá-las em alguma categoria estática. No entanto, pela própria participação na greve fica evidente que todas assumiam a tarefa da defesa dos interesses das categorias que representavam e comungavam da perspectiva de que a greve e o enfrentamento com os patrões eram armas válidas para isso.

É interessante notar que essa greve ocorreu antes do Primeiro Congresso Operário (1906), que as associações não são designadas como sindicatos, o que estaria futuramente de acordo com uma das resoluções, mas que foi posterior, e que algumas das associações mantinham, dentre outras, funções de assistência mútua. Mas, apesar disso, já em 1903 foram capazes de representar seus associados atuando como sindicatos, formando comissões para negociar com patrões, ou para pedir o intermédio do chefe de polícia nessas negociações. Podemos chegar, então, à conclusão de que apesar de não serem “oficialmente” sindicatos, essas associações se viram chamadas ou obrigadas, a assumirem essa função nova que respondia a essa nova realidade.

Não pretendo aqui chegar a uma conclusão totalizante quanto à “evolução”, ou o primitivismo, ou a vanguarda exercida por uma ou outra forma de organização. Este estudo mostrou que algumas associações, apesar de terem sido fundadas com objetivos mutuais, no momento em que foi preciso, mudaram sua forma de ação, da mesma forma que alguns sindicatos mantinham em seu interior características de mutuais, como por

exemplo, aulas de corte, no caso do alfaiates. Talvez fosse interessante lembrarmos de Thompson, quando este afirma que quando a realidade não se encaixa em uma categoria, devemos rever a categoria, e não golpear a realidade para fazê-la se encaixar na categoria¹⁹¹.

Organização operária e identidade operária

As organizações de trabalhadores são também espaços de construção de uma identidade coletiva. Os anos de 1890 à década de 1910 viveram a transição entre a fase de produção artesanal e o início da implantação da grande indústria, altamente mecanizada. Essas mudanças na forma de produção, juntamente com a influência do movimento operário internacional, reelaborada para a realidade brasileira daquele momento, trouxeram como consequência mudanças e coexistência das diferentes formas de organização e mudanças nas formas de identificação dos trabalhadores¹⁹². O ano de 1903, como será demonstrado a seguir, é um marco representativo destas mudanças.

A partir da análise da fala dos trabalhadores em artigos de jornais, estatutos de associações e resoluções de congressos, essas mudanças se evidenciam. Apesar das falas identificadas pertencerem às lideranças operárias e do próprio núcleo desta tese nos encaminhar para movimentos e organizações liderados pelos setores mais combativos da classe, que não eram propriamente “trabalhadores típicos”, representam uma consciência operária possível no contexto abordado, pois do ponto de vista das condições materiais não se diferenciam do conjunto dos trabalhadores.

O ano de 1890, por ser o ano inicial da república e dos debates em torno das formas de adesão dos trabalhadores ao novo sistema político, é um ano rico em produção de artigos sobre a necessidade de criação e a forma que deveria assumir um partido operário. Os textos produzidos neste ano fazem a denominação de alguns trabalhadores como artistas. No primeiro artigo do jornal *A Voz do Povo*, publicado em 06 de janeiro de 1890, que tem por título “convite”, afirma-se que

¹⁹¹ THOMPSON, E .P., “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’... Op. Cit.

¹⁹² Aqui retomo a discussão feita em maior profundidade em minha dissertação de mestrado. GOLDMACHER, Marcela. *Movimento operário: aspirações e lutas...* Op. Cit.

“Tendo de ser eleita em setembro de 1890 a Constituinte dos Estados Unidos do Brasil, são convidados todos os artistas, operários e trabalhadores que souberem ler e escrever, a inscreverem-se (ilegível) para oito dias antes da eleição, escolherem os candidatos que devem sufragar em nome dos seus interesses.(...)”

Esperamos que nenhum dos nossos confrades se esquive de o fazer, pois acreditamos que todos sabem que é do interesse comum haver na Constituinte opiniões de todas as classes de modo que a lei seja uma verdadeira emanção do povo, e não de algumas classes privilegiadas, como foram todas as leis do Império”¹⁹³.

Além da necessidade de criação do partido político, outro tema recorrente nos artigos do *A Voz do Povo*, e que pode ser visto no artigo acima, é a passagem da monarquia à república, envolvendo as semelhanças e diferenças entre os dois sistemas. O jornal traz opiniões divergentes quanto a este ponto. Os autores dos artigos se dividem em dois grupos principais, aqueles que julgam que a monarquia e a república são iguais e aqueles que julgam que os dois sistemas são diferentes em relação ao tratamento dado aos trabalhadores. Estas duas posturas, no entanto, se unem na defesa da necessidade dos trabalhadores elegerem seus próprios representantes para a Constituinte, com o objetivo de criar leis que melhorassem a vida dos trabalhadores, o que nos leva de volta à necessidade de criação do partido político operário.

Ao analisar o jornal *A Voz do Povo*, vemos que apesar de se afirmar o “órgão operário dos Estados Unidos do Brasil”, no seu primeiro artigo dirige-se aos “artistas, operários e trabalhadores de qualquer profissão”, vemos assim que neste momento, os próprios trabalhadores, que redigem o jornal, utilizavam-se destas três formas para qualificar diferentes tipos de trabalhadores. Porém, apesar destes internamente ainda se entenderem divididos entre artistas, trabalhadores e operários, a defesa da eleição de trabalhadores para se representarem frente aos poderes da república, já nos indica que, apesar de ainda haver uma divisão interna ao grupo, já existe a oposição entre os vários tipos de trabalhadores e as classes dominantes.

Apesar da utilização dos termos “artistas, operários e trabalhadores de qualquer profissão”, que nos leva a entender que existem diferentes tipos de trabalhadores, em

¹⁹³

A Voz do Povo, Rio de Janeiro, 06/01/1890, p.1.

alguns momentos as palavras artista e operário eram usadas como equivalentes, como pode ser visto do artigo “Mot d’Ordre” onde se afirma:

“Cada um de nós pode ter sua crença política, mas tratando-se da causa comum: a operária – os sentimentos individuais devem desaparecer para fortalecer o grande todo que há decretar a emancipação do artista.

*Esta é que deve ser a divisa do artista que tem intuição clara e nítida de seu valor político e social. Por este princípio nos temos debatido (...)”*¹⁹⁴

O autor do artigo é Luiz da França e Silva, futuro fundador do Partido Operário. Neste artigo França e Silva utiliza-se do termo artista em parte como sinônimo de operário, mas também quase como um qualificativo para este. No trecho citado, o termo artista é utilizado como qualificado, pois se remete ao trabalhador como o detentor de habilidades específicas para a realização do trabalho, como um profissional, que por isso, deve ser valorizado. Mesmo quando utilizado como sinônimo de operário, o termo artista não deve passar despercebido. A sua utilização é significativa, pois, nos anos seguintes, como veremos adiante, a designação de artista desaparece da linguagem operária.

Apesar da utilização da palavra artista, o *A Voz do Povo* predominantemente trata dos trabalhadores como operários e proletários, e estes, em grande parte das vezes são acompanhados por qualificativos. Este jornal, que como foi afirmado no capítulo 1 deste trabalho, tinha o objetivo de criar um contorno para os trabalhadores, que neste momento eram bastante heterogêneos, em oposição à classe dominante. Qualifica o proletariado como “um elemento de prosperidade, de riqueza e de progresso”¹⁹⁵, o operário como “o grande fator da civilização e da grandeza dos povos”¹⁹⁶, como o promotor do bem estar, que tem sobre si todos os deveres e que é a “entidade superior das nações industriais (...) o grande fator da grandeza dos povos modernos”¹⁹⁷.

É importante, no entanto, notar que apesar da percepção da oposição entre trabalhadores e classe dominante, isso não impediu que a discussão quanto à aceitação, ou não, de não operários na luta operária fosse feita. Isto é, apesar de os trabalhadores

¹⁹⁴ Idem, 08/01/1890, p.2.

¹⁹⁵ Idem, 07/01/1890, p.1.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Idem, 06/01/1890, p.1.

perceberem seus interesses como opostos aos interesses dos patrões, em alguns momentos os trabalhadores aceitaram a interferência de não operários na luta operária.

Após o fim do *A Voz do Povo*, que teve pouco mais de um mês de duração, foi criado por Luiz da França e Silva, o jornal *Echo Popular*. Este segundo jornal, que assim como o primeiro, defendia a criação de um partido operário, se diferenciava daquele quanto à aceitação da participação de não operários na luta operária. O *Echo Popular* defendia a idéia de que apenas operários deveriam lutar por operários e representá-los politicamente, como podemos ver no seguinte trecho de um dos artigos de seu primeiro número: "será possível que nesta grande capital, onde existem tantos artistas ilustres o governo não achasse um operário para representar na municipalidade a grande classe?"¹⁹⁸ Neste mesmo trecho vemos também que, como fazia o *A Voz do Povo*, o *Echo Popular*, apesar de ter o objetivo declarado de unir os grupos operários, ainda usa em muitos momentos, a denominação destes como artistas.

Apesar do *Echo Popular*, no trecho acima, se dirigir aos trabalhadores como formadores da "grande classe", essa ainda seria formada por muitas classes. É o que podemos ver no artigo "Partido Operário", que foi elaborado para rebater as críticas quanto à impossibilidade de reunir as várias classes operárias em um partido único. Na defesa do partido, o autor do artigo não faz a defesa da unidade da classe operária, mas sim da capacidade do partido de representar as várias classes, como podemos ver a seguir

"como se reúnem estas mesmas classes e se agrupam estas mesmas consciências em torno de um princípio político denominado conservador, liberal ou republicano?"

Porventura as classes operárias, abdicando os seus próprios direitos, não estiveram e ainda estão fragmentadas entre estes partidos?
(...)

*O partido operário é tão legítimo como qualquer outro; constitui-se com o mesmo direito que os adversários e é tão patriótico e abnegado como eles"*¹⁹⁹.

As diferentes classes tratadas no artigo são entendidas, não só, como categorias profissionais, mas diferentes também em termos de qualificação profissional, que

¹⁹⁸

Idem.

¹⁹⁹

Echo Popular, 08/03/1890, p.1.

separaria os “artistas”, detentores de maior qualificação para realizar determinado ofício, dos operários, que trabalhavam em ramos produtivos que dispensavam uma formação específica. Vale lembrar que o próprio França e Silva era tipógrafo, uma profissão considerada superior a outras por exigir que seus trabalhadores fossem alfabetizados e tivessem pleno domínio da leitura e da escrita, pois atuavam quase como jornalistas.

Ainda em 1899, se utilizava a denominação de artista para fazer distinções dentro do conjunto dos trabalhadores. O jornal *O Caixeiro*, criado neste ano, tinha como principal objetivo conseguir o fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais aos domingos. Este jornal publicou uma série de artigos sob o título “Crise Operária”, onde fica claro como os caixeiros se identificam e de que forma vêem os outros setores da sociedade. O autor destes artigos é um caixeiro de nome Vieira de Lima que afirma ser grande a aflição em sua “alma de artista” causada pela pobreza do operariado e que

“a crise é tão grande que tem avassalado todas as classes de que se compõem as diversas camadas da sociedade brasileira; o comércio, o militarismo, o proletariado e a operária finalmente, a única em que se reflete em cheio todos os males da situação difícil por que passamos atualmente, por ser a que dispõe de menos meios pecuniários”²⁰⁰.

Neste artigo, e nos seguintes, vemos que apesar de perceber problemas comuns aos caixeiros, operários e proletários, o autor dos artigos não se coloca no mesmo patamar que estes como formadores de uma mesma classe. Como pode ser visto, os operários, para os caixeiros são os trabalhadores que realizam o trabalho mais pesado e mais mal remunerado. A palavra operário é, inclusive, usada por Vieira de Lima quando este fala da situação financeira dos caixeiros, mas não abandonando sua identidade de artista, como vemos no artigo seguinte:

“(...) sofremos muito, a crise que vai aos poucos corroendo o nosso celeiro humilde de operário, avassalando o nosso lar, roubando o pão de nossos filhos o bem estar de nossas famílias, a nossa vida, e quem sabe até se não nos rouba também a nossa honra de artistas nobres e sinceros,

²⁰⁰

O Caixeiro, 18 e 19/03/1899, p.1.

e será o prenuncio de melhores dias, ou talvez o nosso derradeiro sacrifício, vendo o nosso brio maculado por mãos profanas e termos ainda exaustos de levantarmo-nos como uma onda volumosa, em defesa de nossa honra de artistas”²⁰¹.

De 1899 para 1903 existe uma mudança significativa, não só na forma como os trabalhadores se organizam e atuam, mas também na forma como se identificam. Nos artigos, panfletos e boletins produzidos em grande quantidade durante a “greve geral”, além de não haver menção ao termo artista utilizado em relação a trabalhadores, estes parecem ter desenvolvido uma linguagem tão combativa quanto suas ações. Em um boletim elaborado pelos carpinteiros, convocando os trabalhadores à greve, estes afirmam que:

“De acordo com a resolução tomada por grande número de membros da classe em assembléia geral, convida-se todos os carpinteiros desta Capital a declararem-se em greve, como dever de solidariedade com as demais classes operárias, tomando assim parte na greve geral.

E necessário que os companheiros abandonem imediatamente o trabalho a fim de reunidos resolverem as bases que devem apresentar aos seus patrões.

A postos, pois, companheiros, caminhemos para a luta entre o capital e o trabalho”²⁰².

Neste boletim, os trabalhadores, quando tratam da “luta entre o capital e o trabalho”, mostram domínio de uma linguagem bastante combativa e originária do movimento operário. Vemos também que, no trecho citado, o termo classe está fazendo referência à categoria dos carpinteiros e não à classe operária de forma mais ampla, isso, porém não os impede de se verem como parte da classe operária. O ponto central deste boletim está no motivo alegado para os carpinteiros se declararem em greve. Esta categoria, ou esta classe, para usarmos a linguagem dos mesmos, conclama seus trabalhadores a entrar em greve “como dever de solidariedade com as demais classes operárias”, demonstrando, assim, a unidade e a identidade, existentes no ano de 1903,

²⁰¹ Idem, 24 e 25/03/1899, p.1.

²⁰² *Correio da Manhã*, 24/08/1903, p.1.

entre as várias categorias de trabalhadores, envolvendo tanto os trabalhadores pouco qualificados das fábricas de tecidos, quanto os carpinteiros, que deveriam possuir formação específica para desenvolvimento do ofício. O próprio boletim que ora analisamos foi redigido em uma reunião na sede da Liga dos Artistas Alfaiates, o que é mais um ponto onde se evidencia a união das “classes operárias” neste momento²⁰³.

Paralelamente ao desenvolvimento da solidariedade operária, se desenvolve a percepção dos trabalhadores em relação à total oposição de interesses entre estes e os patrões. Durante a “greve geral” de 1903 essa oposição se apresenta de forma bastante explícita. Já pudemos perceber esta oposição no boletim acima, no qual capital e trabalho são postos em conflito. Mas, em outro boletim escrito durante a greve, desta vez, pelos marceneiros reunidos na sede da Sociedade de Classe União dos Marceneiros, também com a finalidade de convocá-los à greve, essa oposição se apresenta de forma ainda mais clara.

“quando protestamos a burguesia pede auxílio a soldados para espingardear e se nos calamos morremos à fome, pois eles entendem que nos devemos sujeitar às suas arbitrárias imposições, pois que a justiça pública só está ao lado da burguesia e disposta a subjugar aqueles que como nós operários tudo produzimos e nada possuímos, tomando assim às suas mãos a nossa liberdade somos obrigados a abandonar o trabalho embora que jogue-mo-nos ao caminho da fome e da morte; mil vezes a morte que tão medonho sofrimento: portanto, à luta companheiros marceneiros, procuremos por todos os meios ao nosso alcance obter a vitória a que temos direito. - Avante”²⁰⁴.

As oposições de termos usados no boletim como, nós e eles, operários e burguesia, nos permitem ver a identidade de classe dos trabalhadores sendo formada em oposição à burguesia. E, também neste boletim, vemos que os trabalhadores, neste momento, já compreendem que o Estado se coloca como um instrumento de dominação da burguesia, que se utiliza de suas armas, tanto as forças armadas propriamente ditas, quanto o judiciário, para reprimir o movimento operário.

²⁰³

Idem.

²⁰⁴

Jornal do Brasil, 22/08/1903, p.1.

A percepção do Estado como instrumento da burguesia, leva os trabalhadores em 1903, a se diferenciarem muito dos trabalhadores em 1890, que defendiam a criação de um partido político operário e negavam a validade das greves para a obtenção das conquistas pretendidas. Em 1903, um comunicado assinado pelas “comissões reunidas” de trabalhadores envolvidos na greve, parabeniza os mesmos “pela posição ativa até agora mantida não se entregando à discreção (sic) de aventureiros políticos ou de qualquer outra espécie que nos arrastassem a covardias, bajulações ou qualquer outro ato indigno de homens do trabalho. Vencer com glória ou perder com honra, é a nossa divisa. Viva a classe operária!”²⁰⁵

A mesma posição de recusa à participação de políticos na solução da greve, ou de forma mais ampla, qualquer elemento que quisesse se aproveitar da greve para fazer política, também está presente na posição dos estivadores. Estes, no entanto, apesar de não aceitarem o envolvimento de políticos, não recusaram o envolvimento do chefe de polícia para o fim da greve, como podemos ver na seguinte comunicação divulgada pela comissão permanente dos estivadores:

“Os trabalhadores da estiva, vendo terminada satisfatoriamente para todos a greve que fizeram, na justa reivindicação dos seus direitos, julgam-se felizes por este auspicioso desenlace e muito principalmente por não devê-lo à intervenção de nenhum chefe socialista.

Tudo quanto os operários estivadores obtiveram, foi devido exclusivamente a si próprios. E outra coisa não era de esperar, por quanto a emancipação do trabalhador há de ser obra do próprio trabalhador.

Agradeçam os trabalhadores a todos quantos se colocaram ao seu lado, especialmente ao Paiz pela sua atitude digna.

Também se consideram obrigados para com as autoridades do país, especialmente para com o Exmo. Sr. Dr. chefe de polícia.

Terminando, enviam os trabalhadores de estiva uma saudação fraternal a todos os operários que altivamente lutaram pela conquista dos seus direitos e fazem votos para que lhes seja feita a devida justiça”²⁰⁶.

²⁰⁵ O Paiz, 29/08/1903, p.1.

²⁰⁶ Idem, 04/09/1903, p.2.

A posição dos estivadores nos ajuda a perceber a diversidade organizativa da classe operária em 1903. Neste artigo, os estivadores comemoram o fato de terem conquistado o que pretendiam sem a interferência de “nenhum chefe socialista”, que pelo já exposto e pelo que ainda será vista do capítulo 4 deste trabalho, sabemos referir-se especialmente ao CCO de Vicente de Souza. Os estivadores recusam a participação de políticos e também o envolvimento político dos próprios estivadores. A propaganda para organização de partido político, que na perspectiva destes trabalhadores atrapalharia as ações e o desenvolvimento da sociedade, possuiu, inclusive, multa prevista no estatuto da União dos Operários Estivadores²⁰⁷.

Mas ao mesmo tempo em que recusam a participação política, os estivadores não acreditam haver qualquer problema em aceitarem a mediação do chefe de polícia e, ainda no mesmo artigo, afirmam que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. Apesar das diferenças internas das organizações operárias, essas não as impediram de, durante a greve, com poucas exceções, se apresentarem unidas, apoiando-se mutuamente, e defendendo que apenas operários devem lutar por operários.

A partir do ano de 1903 não localizamos mais registros de tratamento de operários enquanto artistas, artesãos, artífices ou classes menos favorecidas utilizados pelas associações combativas e de resistência²⁰⁸, apenas trabalhadores, operários e proletariado. Há, no entanto, uma diferença em relação à forma como o termo classe passa a ser utilizado.

No ano de 1906 foi realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Neste, o principal debate se deu em torno da forma que deveriam assumir as organizações operárias. E a resolução final em relação a este tópico foi a de que os operários deveriam se organizar em associações de resistência ao patronato, que venceu a proposta de organização em partido político. Nas resoluções do Congresso, diferentemente da fala operária produzida durante a greve de 1903, não há mais a utilização do termo classe no plural, não se fala em classes operárias, nem mesmo como

²⁰⁷ Estatuto da União dos Operários Estivadores (1915)... Op. Cit.

²⁰⁸ Apesar de os termos artista, artesão e artífice deixarem de ser utilizados pelas associações de resistência, algumas associações beneficentes, que continuavam a existir em anos posteriores, ainda faziam uso destes termos, como é o caso da Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates, em seu estatuto publicado no Diário Oficial em 12 de janeiro de 1907. Vale a pena lembrar também que as associações não “evoluíram” da beneficência para a resistência. Algumas associações beneficentes continuaram a existir por muitos anos, mesmo depois da criação dos sindicatos, assim como alguns sindicatos foram criados a partir de associações beneficentes.

sinônimo de categorias. Neste caso, o termo utilizado é operários de diversos ofícios²⁰⁹.

No entanto, algumas das associações participantes do Primeiro Congresso trazem no seu nome a palavra artista, como a Liga dos Artistas Alfaiates, União dos Artistas Sapateiros e Liga das Artes Gráficas, apesar do termo artista não mais aparecer na linguagem operária. Este fato, juntamente com a análise das associações feita anteriormente neste mesmo capítulo, nos leva a acreditar que estas associações não foram fundadas com o objetivo de representação dos trabalhadores nas lutas operárias, mas passaram a fazê-lo, adequando-se à nova situação econômico-social e histórica dos trabalhadores. Em apoio a esta afirmação há um artigo publicado na *Gazeta Operária*, quando da greve dos sapateiros de 1906, em que seu autor, um dos envolvidos da greve, além de não se referir aos sapateiros como artistas, ainda afirma que a luta deve se voltar para a emancipação do proletariado, encerrando o artigo com a frase, “proletários de todo o mundo uni-vos!”²¹⁰, citando Karl Marx. A categoria dos sapateiros esteve presente no Segundo Congresso Operário, realizado em 1913, neste, no entanto, foi representada pelo Sindicato dos Sapateiros e não pela União dos Artistas Sapateiros, o que nos leva a concluir que a denominação de artista, apesar de presente no nome da associação não mais representava a identidade dos trabalhadores.

Assim como o Sindicato dos Sapateiros, nenhuma outra associação participante do Segundo Congresso Operário possui em seu nome o termo artista. A Liga dos Artistas Alfaiates, uma das associações mais ativas durante a “greve geral” de 1903, e uma das participantes também do Segundo Congresso, em 1913 chamava-se União dos Alfaiates, assim como os sapateiros, havia tirado o artista de seu nome. Além de não haver nenhuma associação participante que se diga de artistas, o Segundo Congresso também reforça a posição combativa e de ação direta das associações operárias.

Ao mesmo tempo em que a linguagem operária se modifica em relação a si, também o faz em relação aos patrões. Assim, ao longo dos anos, os trabalhadores passam a tratar de seus opositores enquanto burgueses e burguesia.

As duas posições, assim, caminham juntas. Os trabalhadores, ao longo dos anos, diante da precarização de sua situação de vida e trabalho, abandonam o uso dos termos artista, artífice, artesão, e passam a se identificar de uma forma unificada como operários. Esta mudança ocorreu em consequência do desenvolvimento da consciência

²⁰⁹ Resoluções do Primeiro Congresso Operário... Op. Cit.

²¹⁰ *Gazeta Operária*, 17/11/1906. p.2. Cf. a citação deste artigo no capítulo 3 deste trabalho.

de que são formadores de uma mesma classe, independente de maior ou menor qualificação profissional, o que, por sua vez, ocorre em oposição aos interesses da burguesia, passando a privilegiar uma forma organizativa mais combativa.

Capítulo 3

Greves realizadas nas décadas de 1890 a 1910

Ao longo das décadas de 1890 a 1910 os trabalhadores do Rio de Janeiro experienciaram diversas formas de organização, como vimos nos capítulos anteriores. Estas várias formas de organização vieram acompanhadas de outras tantas formas de luta e atuação em momentos de confronto aberto com o patronato.

Nas greves realizadas durante estes anos, a organização da luta passou por mudanças. Algumas greves marcam claramente estas mudanças e são tratadas neste capítulo de forma a exemplificá-las. As greves são também utilizadas, neste capítulo e no seguinte, como fonte para percebermos a relação e a luta entre as classes, que, como afirma Michelle Perrot, fora destes momentos de conflito aberto só se apresentam de forma separada e estanque. Ainda segundo a mesma autora, as greves são momentos privilegiados no estudo do movimento operário por gerarem um vasto material documental, produzido inclusive por órgãos não operários que durante as greves quebram o silêncio a que condenam as classes populares de uma forma geral²¹¹. Analisaremos aqui a greve da Estrada de Ferro Central do Brasil, de 1892, a dos sapateiros de 1906, a greve do Lloyd de 1913 e a greve de gráficos em agosto de 1917. A greve geral de 1903, da qual parte esta tese, também é sintomática do momento em que ocorreu, porém será tratada em capítulo próprio.

Além da exemplificação do período com base em algumas greves relevantes, apresento também neste capítulo o estudo quantitativo das greves ocorridas nas décadas de 1890 a 1910, assim teremos uma visão mais ampla sobre as lutas desta época.

O período aqui abordado compreende trabalhadores em formas e situações de trabalho muito diferentes. Alguns deles, como os sapateiros, ainda trabalham sob uma forma de produção em parte artesanal. Outros, como os operários da construção e reparo naval do Lloyd Brasileiro, são operários de um grande estaleiro, trabalhando sob a lógica da grande empresa fabril. Em teoria, caso os modelos generalistas de análise pudessem ser aplicados a qualquer situação histórica, os trabalhadores artesanais, qualificados, que detinham o domínio de todo o processo produtivo se organizariam

²¹¹ PERROT, Michelle. *Workers on strike...* Op. Cit.

preferencialmente em associações de auxílio mútuo, enquanto aqueles trabalhadores de grandes indústrias se reuniam em sindicatos de classe.²¹²

Veremos neste capítulo que esta regra possui exceções. Ela se mantém verdadeira na medida em que levemos em consideração apenas o aspecto temporal, de antiguidade das primeiras formas de organização em relação com a antiguidade das formas de produção. Isto é, as primeiras formas de organização de trabalhadores foram formas mutuais ao mesmo tempo em que as primeiras formas de produção foram artesanais. No entanto, com o passar do tempo, o desenvolvimento da produção e a mudança das formas de organização não necessariamente seguem o mesmo passo, como será demonstrado a seguir por meio de estudos de casos significativos.

Estes casos nos ficarão claros em momentos de greves. Nos quais os trabalhadores, que muitas vezes passam despercebidos, ganham destaque. Tanto os jornais de grande circulação, quanto os periódicos operários, em períodos de greves tornam-se ricos em informações não só sobre a greve em si, mas também sobre a atmosfera que a circunda. As greves são, assim, momentos privilegiados para percebermos a dinâmica do movimento operário, as relações entre trabalhadores e patrões, entre estes e a repressão policial e entre os trabalhadores, tanto com seus companheiros, quanto com suas associações de classe²¹³.

Na elaboração deste capítulo utilizei-me de fontes primárias tais como jornais operários e de grande circulação, assim como de estatutos e relatórios de associações operárias, com o objetivo de localizar o maior conjunto de dados, que possibilitassem a análise aprofundada dos movimentos estudados.

Para melhor compreensão do período que envolve as décadas de 1890 a 1910, acredito ser de grande interesse a apresentação de alguns dados quantitativos sobre as greves ocorridas nestes anos. Desta forma poderemos perceber tendências mais gerais do movimento operário, na tentativa de solucionar aparentes incoerências dos movimentos quando analisados apenas de forma isolada.

Greves entre 1890 e 1920

Entre os anos de 1890 a 1920 foram realizadas no Rio de Janeiro 316 greves (cf. figura 2). Destas, 42 foram greves conjuntas de categorias ou empresas (cf. figura 3) e as empresas cujos operários moveram maior número de greves foram, em primeiro

²¹² SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France...* Op. Cit.

²¹³ PERROT, Michelle. *Workers on strike...* Op. Cit

lugar o Lloyd Brasileiro, contando um total de 14 greves, sendo 9 destas nos três últimos anos do período estudado. Em segundo lugar estão os operários da Companhia de Gás – Light, que moveram 12 greves, seguidos pelos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, com 9 greves.

Figura 2. Número total de greves ocorridas no Rio de Janeiro no período de 1890 a 1920.

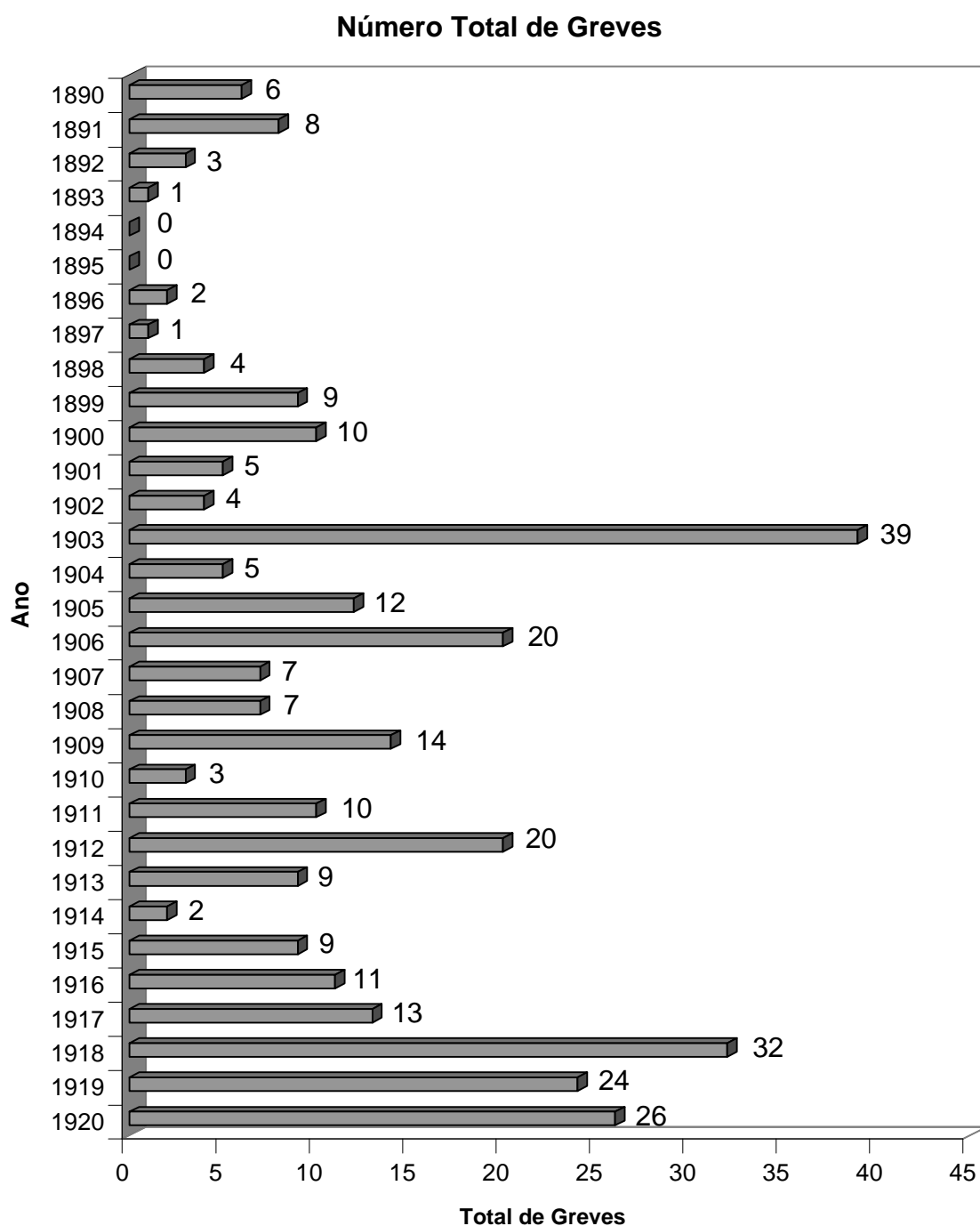
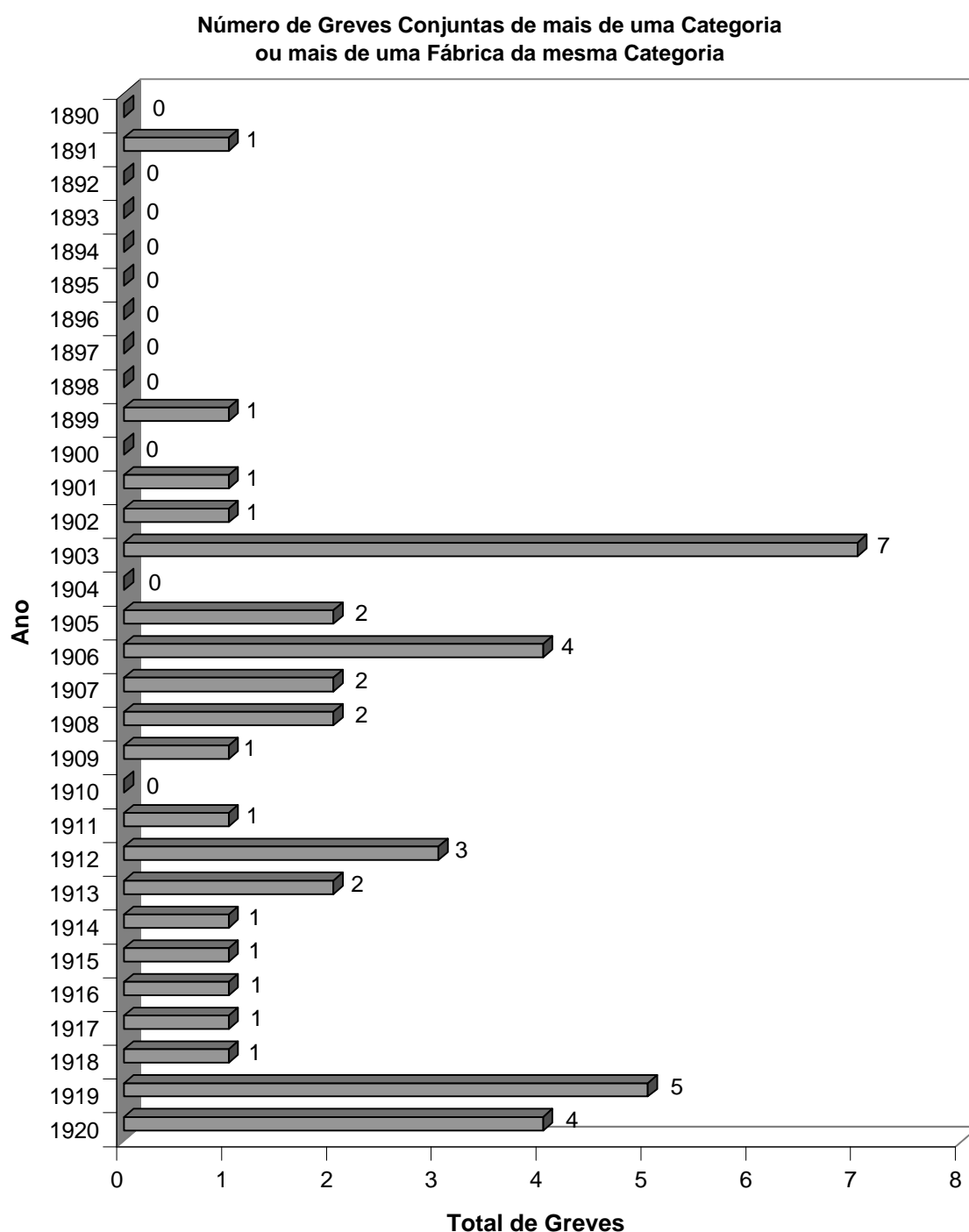


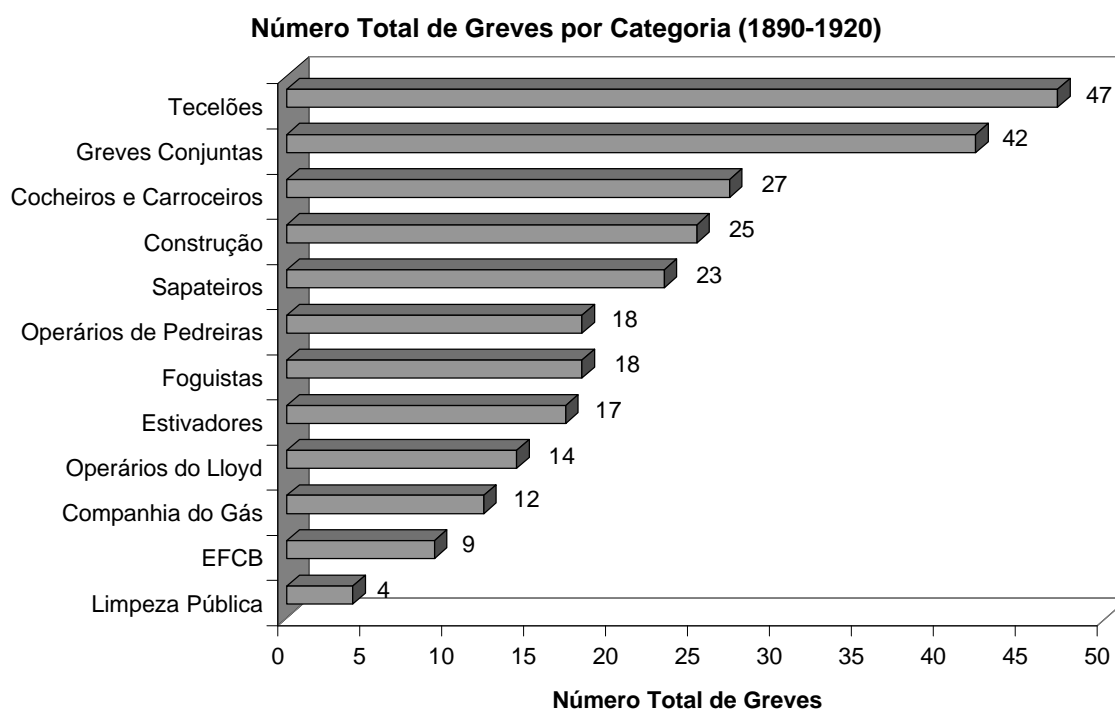
Figura 3. Número de greves conjuntas, que envolviam mais de uma categoria de trabalhadores ou mais de uma fábrica da mesma categoria, ocorridas no Rio de Janeiro no período de 1890 a 1920.



Em se tratando de greves por categorias, ou classes, para usarmos a denominação dos próprios trabalhadores, a mais ativa foi a dos tecelões, que organizou 47 greves, seguida, com certa distância, pelos cocheiros e carroceiros, com 27 greves.

Depois destes estão os trabalhadores na construção civil, com 25 greves, os sapateiros com 23, os estivadores com 17 e os trabalhadores do setor gráfico com 12 greves (cf. figura 4). Das 50 categorias de trabalhadores que realizaram ao menos uma greve nestes anos, estas seis categorias foram, desta forma, responsáveis por quase metade, 47,8%, das greves ocorridas neste período. Acredito que seja, ainda, interessante apontar que a quantidade de greves organizadas nos últimos anos do período aqui tratado, nos anos de 1918 a 1920, isto é depois de 1917, é muito superior ao número de greves feitas em todos os anos de 1890 a 1917, o que demonstra um grande aumento da combatividade do operariado.

Figura 4. Número total de greves por categoria de trabalhadores ocorridas no Rio de Janeiro no período de 1890 a 1920.



No entanto, apesar dos dados referentes a pós-1917, o ano de 1903 ainda é o ano de maior atividade grevista das três décadas aqui tratadas. Neste ano os trabalhadores do Rio de Janeiro organizaram 39 greves, 13 destas foram por aumento salarial, 7 foram por redução da jornada de trabalho, algumas destas especificamente pela jornada de 8

horas, e as demais por motivos variados²¹⁴. Ainda sobre o ano de 1903, este superou os demais também em número de greves conjuntas de mais de uma categoria ou de mais de uma empresa da mesma categoria, de 42 greves conjuntas nestes 30 anos, só ano de 1903 viveu 7. Uma das greves representativa deste ano é a greve dos trabalhadores da indústria têxtil, que em seu desenvolvimento reuniu diversas categorias, tornando-se uma greve conjunta de 16 categorias de trabalhadores, e dá título a esta tese.

Ainda em relação a greves conjuntas, destaca-se o movimento organizado pela Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no ano de 1906. Esta greve que reuniu as categorias de carregadores e estivadores apresentou com uma de suas motivações o objetivo de impor uma tabela de preços unificada para todos os trapiches e trabalhadores de café. Desenvolvendo-se entre 16 de agosto e 12 de setembro de 1906, contou com a participação de 3 mil trabalhadores que paralisaram todos os trapiches e o comércio de café²¹⁵. Também de forma conjunta foi organizada uma greve de sapateiros e uma de foguistas em 1906. A de foguistas organizada pela União dos Foguistas e a dos sapateiros, com o objetivo de impor uma tabela de preços para todos os serviços, elaborada em conjunto por trabalhadores de 130 estabelecimentos. Esta greve será tratada mais detalhadamente a seguir.

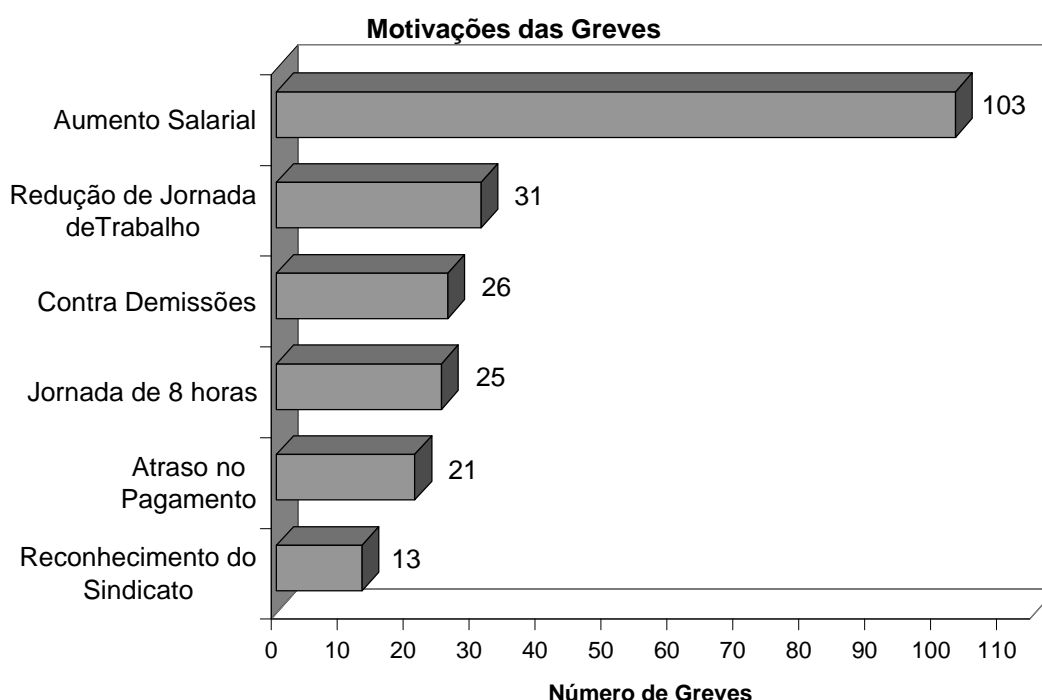
Com relação aos motivos que levaram os trabalhadores à greve, o mais forte em todo o período de 1890 a 1920 foi o aumento salarial. Com este motivo foram organizadas 103 greves²¹⁶, cerca de 1/3 do número total das greves. O segundo motivo que mais moveu os trabalhadores foi a redução da jornada de trabalho. Motivadas por algum tipo de redução da jornada foram organizadas 31 greves, e especificamente pela jornada de 8 horas diárias, foram 25 greves, o que soma um total de 56 greves. O terceiro maior motivo de greves foi o atraso no pagamento dos salários, que levou a 21 greves. (cf. figura 5)

²¹⁴ Dispomos de dados a respeito de 22 destas greves.

²¹⁵ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições negras na formação de um sindicato...* Op. Cit.

²¹⁶ Algumas das greves por aumento salarial também possuíam ao mesmo tempo outras motivações.

Figura 5. Número de greves por motivações das greves ocorridas no Rio de Janeiro no período de 1890 a 1917. Consta aqui apenas as maior motivações dentre diversas outras.



Como vimos anteriormente, a categoria mais ativa em todo este período foi a dos trabalhadores na indústria têxtil. O motivo mais forte que os levou à greve foi a reivindicação do aumento salarial ou a recusa à redução do salário, em segundo lugar está o protesto contra demissões de operários e contra maus tratos. Este setor, por ser altamente mecanizado e dispensar mão-de-obra qualificada, possuía um grande reserva de trabalhadores que poderiam assumir os postos de trabalho em caso de demissões. Estas características levaram este setor a ser identificado em tese como menos combativo e com maior dificuldade de organização, ao menos até a primeira década do século XX²¹⁷. Porém, como ficou aqui demonstrado, este foi o setor que desde a virada do século XIX para o XX mais greves organizou.

Além do grande número total de greves, nos chama a atenção ainda com relação aos trabalhadores têxteis, a realização de greves pelo reconhecimento sindical e pela

²¹⁷ BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República...* Op. Cit. p. 40.

imposição aos padrões de resoluções tomadas nos congressos operários. Com esta característica foi realizada uma greve em maio de 1907. Esta fora conjunta de tecelões, ladrilheiros, ferreiros e tanoeiros, dentre outras categorias, que seguindo a orientação do Primeiro Congresso Operário, lutavam pelas 8 horas de trabalho diárias.

O reconhecimento sindical não figura entre as maiores motivações das greves, mas ainda assim, por nos darem pistas importantes sobre a organização do movimento operário, prendem a nossa atenção de uma forma especial. A primeira greve com esta motivação foi organizada em 1906, pelos sapateiros, e será abordada a seguir. Em todo o período aqui estudado este motivo levou a 13 greves. Os trabalhadores marítimos lideram as categorias com 5 greves e os gráficos, logo depois desses, realizaram 3 greves pelo reconhecimento sindical (cf. tabela 2). Uma destas greves foi organizada em 1917 e será tratada a seguir.

Tabela 2. Anos das greves por *Reconhecimento Sindical* das diversas categorias

Anos das Greves	
Estivadores (Closed Shop)	1915
	1920 (3 greves)
Gráficos	1911
	1917
	1918
Têxteis	1917
	1919
Sapateiros	1906
Marinheiros e Remadores (Closed Shop)	1919
Ferrovíários	1920
Greve Geral de Julho	1917

Passaremos agora ao estudo de algumas greves que, por diferentes motivos, se tornaram representativas dos momentos em que ocorreram. Pela forma como foram conduzidas, forma esta que se alterou ao longo do tempo, o que nos permite acompanhar modificações na organização do movimento operário.

Greve na EFCB 1891

Como afirmei no início deste capítulo, as greves que constam deste foram selecionadas por nos darem pistas sobre a forma de organização dos trabalhadores em diferentes momentos de sua história. No início da década de 1890, como vimos no capítulo 1 desta tese, os trabalhadores do Rio de Janeiro viviam as suas primeiras experiências de adesão à República. Neste momento privilegiava-se a forma política de luta, por meio da organização em partidos políticos. Estes deveriam eleger os representantes do operariado para a Constituinte, acreditando-se que a elaboração de leis faria a defesa da classe operária.

No início desta década, mais precisamente no fim do ano de 1891 e começo de 1892, os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil entraram em greve. Esta foi motivada pela prisão de dois guarda-freios da Estrada, no dia 28 de dezembro, por terem afrontado alguns moradores do Riachuelo²¹⁸. Qual foi exatamente a atitude destes trabalhadores não fica claro nas fontes.

Tendo conhecimento da prisão dos trabalhadores, uma comissão do Partido Operário pediu ao inspetor de quartirão, que os havia detido, que os colocasse novamente em liberdade. De acordo com o jornal *O Paiz*, diante da negativa do policial, um grupo de trabalhadores da estrada de ferro se manteve nas proximidades da mesma e reuniu seus companheiros para comentar o fato.

Como medida preventiva ao que poderia vir a fazer este grupo de trabalhadores, alguns praças de polícia dissolveram o grupo e conduziram seus integrantes para o interior da estação. Chegando nesta, teve início o combate entre a polícia, com suas armas de fogo, e os trabalhadores, com pedras e garrafas. A repartição central de polícia foi avisada, o que levou o 1º Delegado, Santiago da Silva, junto com seus auxiliares, a se dirigirem para a estação do Riachuelo com uma força de 20 praças.

²¹⁸

O Paiz, 29/12/1891.

Os trabalhadores, no entanto, ao saberem do que acontecia no Riachuelo se reuniram em diversas estações e rumaram para a estação Central, no Campo de Santana visando paralisar o movimento dos trens e o recebimento de cargas. Apesar de ter agido rapidamente, a polícia não conseguiu conter os grevistas, que impediram a estação de receber cargas. Foi enviado, então, para a estação, um reforço policial e com a sua chegada iniciou-se um tiroteio. Os trabalhadores entrincheirados na estação se utilizaram dos objetos que estivessem à mão, ferros, garrafas, além de armas de fogo, e após serem cercados pela força policial se renderam.

O tráfego foi restabelecido, porém, à noite, após a retirada da polícia os grevistas retomaram a ação. Para reprimi-los foi convocada uma nova força composta por 300 praças de cavalaria e infantaria. Trabalhadores e policiais ainda lutavam quando trens de passageiros começaram a chegar à estação, somando uma nova dimensão ao conflito. Para contê-lo mais forças policiais foram enviadas. Muitos ficaram feridos, alguns foram mortos e cerca de 200 foram detidos. O *Jornal do Brasil* qualificou como “sanguinolenta”²¹⁹ a luta entre os trabalhadores e a polícia, que, segundo o mesmo jornal, teria sido enviada para conter os trabalhadores mesmo que “à bala”²²⁰. No dia seguinte os trabalhadores não se apresentaram para trabalhar.

O Ministro da Agricultura, o diretor da Estrada de Ferro, Crockat de Sá, o general Bernardo Vasques, que comandava os 600 praças na estação e o Chefe de Polícia do Distrito Federal realizaram uma conferência na estação Central. Na noite do dia 31, em resposta a novas movimentações dos trabalhadores, mais 400 policiais foram enviados à estação.

O *Paiz* fez pesadas críticas à atuação policial, que teria se excedido no uso da força contra os grevistas. Afirmou que

“A polícia cumpre deveres regulamentados por lei, e assim como tem de ser prestigiada pelo povo, também lhe cabe a obrigação de nunca proceder por arbútrio, movida por sentimento de ódio pessoal.

A polícia também encontraria recursos legais para tornar efetiva a prisão dos delinqüentes, sem ter necessidade de apelar para a violência.

²¹⁹ *Jornal do Brasil*, 02/01/1892.
²²⁰ Idem.

*Ambos delinqüiram - pessoal da estrada e soldados de polícia, ambos estavam sujeitos a pista do inquérito iniciado pela 5ª delegacia; como pretendem agora desforrar-se à custa da tranqüilidade e da segurança públicas, encontrando-se em refregas que tanto comprometem os brios e o valor de uns como corporação laboriosa, de outros como corporação militar?”*²²¹

Além de atuar com excesso de força, *O Paiz* também afirma que as praças teriam agido à revelia dos superiores, não obedecendo a seus comandantes. Isto acabou por provocar uma situação de violência generalizada, chegando a afetar os passageiros dos trens que chegavam à estação, os carregadores que traziam mercadorias para serem transportadas pela Estrada de Ferro, o comércio nos arredores da estação e até mesmo bondes que passavam na rua²²².

O Jornal do Brasil e *O Paiz* divulgaram em detalhes os acontecimentos da greve. Este segundo jornal divulgou, ainda, que todo o movimento começou depois que uma comissão do Partido Operário teria pedido a soltura dos guarda-freios e que os diretores do Centro do Partido Operário, organização interna ao Partido Operário de Vinhaes, declararam não ser estranhos aos conflitos da estrada de ferro. Os representantes do CPO afirmaram que intervieram para que se restabelecesse a ordem, e para tal, seu chefe, deputado Vinhaes, utilizou-se de todo o seu prestígio. Este, inclusive, acompanhou o 1º Delegado, Santiago da Silva, em sua visita à Casa de Detenção, para averiguações entre os detidos por envolvimento nos acontecimentos da greve.

Diante das declarações do envolvimento do Partido Operário na greve, Luís da França e Silva, fundador de outro Partido Operário, pediu ao mesmo *Jornal do Brasil* que tornasse público que este partido não possuía nenhuma relação com as “lamentáveis ocorrências da Estrada de Ferro Central do Brasil”²²³. O jornal atendeu ao pedido, porém foi além, e afirmou que o partido deveria ser dissolvido.

Vimos no capítulo 1 que França e Silva defendia a luta da classe trabalhadora por meio do partido político, com o objetivo de eleger representantes capazes de elaborar leis que viessem a garantir os direitos dos trabalhadores. O mesmo afirmava, naquele

²²¹ *O Paiz*, 31/12/1891.

²²² Idem.

²²³ *Jornal do Brasil*, 01/01/1892.

momento, que as greves seriam prejudiciais aos trabalhadores e aconteciam por falta de uma representação partidária consistente, com organização e programa para que se pudesse conhecer os pensamentos e desejos dos seus partidários²²⁴.

Porém, a opinião do jornal quanto à dissolução do partido nos mostra que nem todos reconheciam a importância do mesmo tanto quanto o seu fundador. Para justificar a posição contrária ao partido, e de forma mais ampla, à organização dos trabalhadores, o *Jornal do Brasil* se apóia na visão corrente neste período, do início da República, de que existiria uma escassez de braços na produção. Esta escassez, que seria confirmada pelos incentivos à imigração, por sua vez, leva à conclusão de que os salários seriam suficientes para suprir as necessidades do trabalhador, o que justificaria a condenação à organização dos mesmos. O *Jornal do Brasil*, assim, condena tanto a ação grevista como a ação política com base no partido.

Consta ainda do mesmo jornal que, após ter controlado a “desordem”, a função do governo neste momento deveria ser a de investigar qual é o “pensamento” por trás da ação dos trabalhadores. Uma vez que, segundo a argumentação do autor dos artigos do jornal,

“não se agrupam homens, armam-se e dão combate à força pública sem um pensamento comum, próprio ou alheio²²⁵, que os ligue, é esse pensamento (...) que é preciso conhecer em seus recessos mais íntimos, em suas ramificações, se existem, para prover de remédio afim de que não se fortifique”²²⁶.

O “pensamento” de que fala o jornal, muito provavelmente diz respeito ao partido e às idéias socialistas às quais poderia estar associado. Por isso o partido é apresentado como sendo uma organização manipuladora dos trabalhadores, e suas propostas como um pensamento “alheio” aos trabalhadores.

Esta argumentação do jornal em parte se apóia na preocupação com a consolidação da república, tanto internamente, quanto externamente, precisando a

²²⁴ Idem, 03/01/1892.

²²⁵ Grifo meu. Sabendo que *O Paiz* atuou como porta-voz do partido operário fundado por Vinhaes, é possível supor que a expressão sobre o pensamento “próprio ou alheio” esteja também relacionada a algum tipo de concorrência entre estes dois veículo de comunicação.

²²⁶ *Jornal do Brasil*, 02/01/1892.

república, para se manter, inspirar confiança internacionalmente para a manutenção do crédito e do comércio.

Diante da opinião do jornal em relação ao partido, seu fundador, França e Silva, sai em sua defesa. Afirma que só seria legítimo o pedido de dissolução do partido caso este estivesse envolvido na greve da EFCB, que segundo o próprio França e Silva, foi um injustificável distúrbio que teria perturbado a paz e a tranquilidade públicas²²⁷.

Para entendermos os qualificativos usados por França e Silva ao condenar a greve devemos nos lembrar da rivalidade existente entre este e o tenente José Augusto Vinhaes, também fundador de um partido operário contemporâneo ao fundado por França e Silva. Vinhaes possuía na estrada de ferro seu “curral eleitoral” e o programa de seu partido não condenava as greves, aliás, algumas greves da EFCB foram incentivadas por Vinhaes, como talvez seja o caso desta, afinal, foi uma comissão do Partido Operário por ele fundado que em um primeiro momento pediu a soltura dos guarda-freios presos. Este talvez tenha sido um motivo ainda mais forte para a condenação da greve por parte de França e Silva do que apenas a defesa da luta político-partidária.

É interessante ainda notar onde pretende nos levar, e ao editor e leitores do *Jornal do Brasil* daquele momento, a argumentação de França e Silva. Este ao afirmar que caso o Partido Operário estivesse envolvido na greve, seria legítimo pedir pela sua dissolução, na realidade defende a extinção do partido fundado por Vinhaes, uma vez que com relação a este, não há dúvidas do seu envolvimento no conflito.

Sabemos pelas notícias citadas que Vinhaes estava envolvido na greve. E podemos também afirmar, com base na defesa de Vinhaes da cooperação entre as classes e a sua atuação entre os trabalhadores da estrada de ferro, que provavelmente este foi um fator a mais que colaborou para retardar a fundação de um órgão de luta independente para a defesa destes trabalhadores. Somente em 1915 foi fundado o Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil. Até esta data os trabalhadores da estrada de ferro possuíam uma grande diversidade de organizações mutuais, em sua maioria voltadas para seus vários ofícios, que além de não possuírem, em tese, funções de representação e luta, também não agiam no sentido da formação da identidade dos trabalhadores como um só grupo, já que os dividia em identidades menores. Algumas destas associações eram: Caixa Geral do Pessoal Jornaleiro da

²²⁷

Idem, 03/01/1892

Estrada de Ferro Central do Brasil, Caixa Auxiliar dos Guarda Freios da Estrada de Ferro Central do Brasil, Sociedade Beneficente dos Maquinistas da Estrada de Ferro Estrada Central do Brasil, Caixa Funerária da Quarta Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Caixa de Socorros Imediatos às Famílias dos Empregados da Contabilidade da Estrada de Ferro Central do Brasil, Caixa Funerária dos Empregados da Intendência da Estrada de Ferro Central do Brasil. Só para citar alguns exemplos.

Uma exceção deve ser feita à União Operária do Engenho de Dentro. Esta, apesar de ser formada por vários ofícios, diferentemente das anteriores, que se destinavam a ofícios específicos, era também composta pelos administradores da Estrada de Ferro. A União, ainda, aceitava em suas lutas a interferência de intermediários como políticos e advogados e utilizava como meios principais de luta a elaboração de cartas e petições à administração da empresa, algumas vezes utilizando com argumento em seu favor o fato de a União representar uma garantia à ordem²²⁸.

O Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, que só foi fundado em 1915, possuía uma proposta diferente das associações anteriores. O Centro possuía duas características centrais fundamentais. A primeira era o objetivo de incentivar a união e a solidariedade entre os empregados da estrada de ferro como um todo, e não compartimentados em seus ofícios. E a segunda característica, era a exclusão dos administradores da empresa.

Estas características ficam claras nos artigos do estatuto do Centro. No Capítulo II do estatuto, da admissão de sócios, afirma-se que, o Centro só aceita como sócios os empregados da Estrada, que “o associado deve assumir o compromisso de solidariedade moral com os seus consócios para que a ação do Centro seja eficaz em benefício de todos”²²⁹ e que o candidato a sócio “não pode pertencer à administração da Estrada, nem exercer comissão administrativa permanente”²³⁰. Apesar de apresentar estas importantes características esta não é uma associação apenas voltada para a ação combativa, para a luta sindical contra o patronato, pois ainda é, em grande parte, uma associação com características mutuais, como podemos ver em seu artigo 31, que afirma que quando for possível “poderão ser facultados aos associados outros benefícios de

²²⁸ FRACCARO, Gláucia C. C. *Morigerados e Revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2008, p.78-81.

²²⁹ Estatuto do Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, 11/05/1915. Capítulo II, Art. 3º, §1º.

²³⁰ Idem, §2º

caráter moral e intelectual que sirva a preparar-lhes o espírito para o trabalho fecundo e nobilitante”²³¹.

Apesar de só virem a fundar o Centro em 1915, percebemos pela greve de 1891 que estes trabalhadores já eram capazes de organizar ações conjuntas muito antes da fundação, mesmo em um período em que possuíam associações mutuais de diversos ofícios. Estes dados nos levam a pensar em diferentes direções. Por um lado, por mais importante que seja a organização, ela pode não ser capaz de dar conta da diversidade de respostas dos trabalhadores às situações do trabalho e do cotidiano, assim, mesmo que as associações ainda sejam mutuais, os trabalhadores se deparam com situações que não podem ser resolvidas apenas com esta forma de auxílio. E, isto nos leva a outra linha de raciocínio, não desvinculada da primeira. Se até certo momento as funções de auxílio supriam, ou pareciam suprir, as necessidades dos trabalhadores, a partir de certo ponto suas funções não são mais suficientes, o que os leva a pressioná-las por uma ampliação do seu escopo, ou a caminhar na direção da construção de uma nova forma de organização que venha responder às suas novas necessidades.

Greve dos Sapateiros de 1906

De forma bastante diferente da greve da Estrada de Ferro em 1891, em 1906 foi organizada uma greve de sapateiros também no Rio de Janeiro. Esta greve, que durou de 28 de agosto a 16 de novembro, pode ser qualificada como uma greve bastante longa, conseguindo se manter por mais de dois meses apesar da pesada repressão policial que comumente sofriam os grevistas. Além do seu fôlego, chamam a nossa atenção nesta greve uma grande passeata de 4 mil trabalhadores no dia 11 de outubro e as 3 mil assinaturas no livro de presença da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, apontando para a grande capacidade mobilizatória desta categoria.

Essa grande capacidade de mobilização, no entanto, não era exclusividade dos sapateiros. Estes, durante a greve, receberam doações para o fundo de greve, representando solidariedade aos grevistas. As doações vieram da própria União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, da Associação dos Trabalhadores em Trapiche e Café, da União dos Foguistas, União dos Artistas Alfaiates, União Operária do Engenho

²³¹

Idem, Capítulo XI, Art.31.

de Dentro, Resistência dos Marinheiros e Remadores, União Auxiliadora dos Chapeleiros e dos Marmoristas²³².

O ofício do sapateiro possuía uma peculiaridade. Parte da produção de calçados era feita no próprio domicílio do trabalhador, por crianças, mulheres e idosos, que se encontravam isolados e sem poder de barganha, fazendo baixar o valor da mão-de-obra de uma forma geral²³³. Diante desta situação, foi organizada uma comissão formada por membros da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros com a incumbência de elaborar uma tabela geral de preços dos vários serviços realizados, tanto para trabalhadores nas fábricas, como para os trabalhadores domiciliares. Após a discussão e aprovação da tabela em assembléias gerais na União, a mesma foi apresentada a 40 industriais de calçados para ser com estes discutida. Além da tabela, a União ainda possuía o objetivo de impor uma caderneta para assegurar o cumprimento do acordo. Estes dois pontos, no entanto significariam o reconhecimento, pelos industriais, da União com um sindicato.

Não obtendo resposta por parte dos industriais, decidiu-se pela greve no dia 24 de agosto de 1906, em assembléia na União. A decisão de iniciar a greve foi comunicada ao chefe de polícia, o que pode explicar a ausência de repressão violenta e imediata aos trabalhadores em greve, como era comum acontecer nas greves deste período. Lembrando do que já foi aqui comentado sobre a greve de 1903, nesta, Cardoso de Castro, então chefe de polícia em algumas ocasiões declarou que não poderia atuar como interventor entre patrões e empregados, uma vez que estes não o haviam avisado que entraria em greve. E, na greve de 1903, na qual também os sapateiros estiveram envolvidos, a repressão foi bastante violenta. Desta forma, podemos analisar a atitude dos sapateiros em comunicar a greve ao chefe de polícia, como uma prevenção à violência policial, além da tentativa de comprometer uma autoridade com a causa operária.

Com o início da greve, alguns industriais logo aceitaram as tabelas, enquanto outros, a maioria, apoiados na Associação Comercial do Rio de Janeiro tentaram organizar a resistência e criar o Centro dos Industriais e Classes Correlativas, assinando seus estatutos em 14 de setembro do mesmo ano. É interessante notar que os industriais só se organizaram depois de iniciada a greve e em resposta à capacidade organizativa operária, quando já existia a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros.

²³² NEVES, Maria Cecília Baeta. "Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". In: *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, abr./jun.1973. e RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: pesquisa 1906-1937*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Arte Moderna Ltda.

²³³ Cf. NEVES, Maria Cecília Baeta. *Tradições negras*. Op. Cit.

Quando da realização desta greve, parte dos sapateiros ainda era detentora de parte dos meios de produção, pois as ferramentas utilizadas no trabalho eram sua propriedade. Valendo-se desta situação com o objetivo de pressionar os trabalhadores pelo fim da greve, os industriais suspenderam por 48 horas a entrega das ferramentas aos grevistas, que desta forma, não poderiam recorrer a trabalhar em casa durante o tempo que estivessem parados por conta da greve. Apesar desta atitude dos industriais, em assembléia da União, 3 mil trabalhadores decidiram se manter em greve.

Após diversas tentativas de acordo entre a União e o Centro dos Industriais para pôr fim à greve, este se rendeu à persistência e organização dos trabalhadores e aceitou a tabela e a caderneta da União.

A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros ainda denominava seus membros como artistas e era composta por trabalhadores qualificados, diferentemente dos integrantes de algumas das associações que prestaram solidariedade aos grevistas. No entanto, apesar destas características, os sapateiros eram identificados e se identificavam como integrantes da classe operária, dignos do apoio daquelas associações, o que podemos ver na fala do sapateiro Antonio Rossi:

“Cada um convencido dos seus direitos, firmes no lugar que a solidariedade nos obrigar com a consciência interna dos próprios direitos, do direito dos humildes, dos exploradores saberemos chegar à derrubada de suas obras como convém a trabalhadores honestos e civilizados. Demonstraremos ao nosso carrasco que sabemos impor o direito à força, que a nossa luta é maior e mais nobre, porque é a luta para a emancipação do proletariado, as reivindicações sociais o triunfo do trabalho sobre o egoísmo capitalista e destruição de todos os privilégios burgueses.

Companheiros!

Sejamos unidos e tenhamos sempre na memória a frase sublime, consciente e imorredoura do grande mestre do socialismo, Carlos Marx:

- Proletários de todo o mundo uni-vos!”²³⁴

²³⁴

Gazeta Operária, 17/11/1906, p.2

Ao comparar esta greve de sapateiros com a greve dos ferroviários de 1891 percebe-se uma grande diferença no posicionamento dos trabalhadores com relação à sua forma de luta. Esta diferença se dá tanto em termos de prática do movimento quanto de concepções de formas de ação. Enquanto em 1891/92 ao mesmo tempo em que se defendia fortemente a atuação política por meio do partido, para que leis fossem elaboradas visando remediar a situação dos trabalhadores, a greve dos ferroviários foi uma greve que em alguns aspectos assumiu a forma de uma revolta, e não de uma manifestação organizada. Afinal, durante a greve houve relatos de quebra-quebra na estação Central e bagagens de passageiros sendo violadas.

Em 1906, por outro lado, não se vê a participação de qualquer partido, nem apoiando, nem condenando o movimento e, este foi organizado pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. Os trabalhadores, neste momento, reforçam a sua opção pela luta apoiada nas associações por ofícios, que passam a assumir uma função sindical. A ação destas associações poderia variar enormemente, como já foi demonstrado no capítulo 3 deste trabalho, voltada apenas para a luta econômica, ou com discurso revolucionário, propondo a transformação social. No caso da União dos Artistas Sapateiros, esta foi fundada em 1899 e participou do Primeiro Congresso Operário, que ocorreu no ano de 1906, mesmo ano da greve. As associações que lhe deram apoio sob a forma de doações ao fundo de greve, em sua maioria, também participaram do Congresso.

Greve do Lloyd de agosto de 1913

Em 16 julho de 1913 diversas categorias de trabalhadores do Lloyd Brasileiro, totalizando cerca de 800 operários, entraram em greve. O movimento foi deflagrado contra o atraso de dois meses e meio no pagamento dos salários, ou 5 quinzenas, que era a forma regulamentada para o pagamento. Antes de decidir pela greve os trabalhadores se reuniram na sede da Federação Operária no dia 15 de julho, a fim de discutir a recusa do diretor do Lloyd em pagar os salários, e nesta mesma reunião votaram pelo início da greve.

A primeira pessoa a quem a comissão de grevistas recorreu foi ao engenheiro das oficinas do Mocanguê, Honório da Fonseca, e este aconselhou à comissão que procurasse o presidente do Lloyd, general Severiano Carneiro da Silva Rego. No dia 16 de julho, ao invés de se apresentarem para trabalhar, os operários das oficinas das ilhas

do Mocanguê, Conceição e do Flutuante, em reunião formaram uma comissão para tratar da greve com o diretor do Lloyd. Os operários ficaram reunidos em assembléia permanente na Federação Operária e no Círculo Operário Fluminense, durante todo o período da greve²³⁵.

Os trabalhadores então redigiram um ofício no qual explicavam toda a situação que os motivava à greve. Uma comissão da Federação Operária do Rio de Janeiro, composta por três membros e representada por seu secretário, José Elias da Silva, falando pelos trabalhadores em greve, procurou o general Severiano Rego.

Após muito tempo de espera, Severiano Rego mandou avisar que não falaria com a Federação, uma vez que não reconhecia sua competência para se envolver na greve, nem com quaisquer operários, e que os grevistas estavam todos despedidos. Diante da atitude de Severiano Rego, a Federação Operária, em reunião com a Confederação Operária Brasileira, decidiu protestar contra a forma como foi tratada por aquele diretor, que teria desconsiderado o “operariado consciente desta capital”²³⁶.

Com este objetivo, a Federação redigiu o seguinte ofício:

“Secretaria, em 18 de julho de 1913 – Exmo. sr. general Severiano da Silva Rego, diretor-presidente do Lloyd Brasileiro. – Cordiais saudações. – Julgando esta Federação que é de inteira justiça a paralisação do trabalho por parte dos operários, nas oficinas da Empresa que v. ex. dirige, cuja causa está na falta de pagamento de salários durante dois meses e meio, vem também, conforme lhe compete, fazer ciente a v. ex. que é justo e indiscutível os operários desejarem receber quatro quinzenas, sujeitando-se portanto ao art. 15º do regulamento da referida Empresa, procedimento este que não pode merecer censura, porque esses homens possuem famílias e encontram-se já em condições de serem ameaçados pela fome devido a estarem quase todos com o crédito suspenso.

A Federação Operária, vindo em v. ex. pessoa competente para resolver esta questão, atendendo aos operários nas suas reclamações,

²³⁵ A Voz do Trabalhador, 01/08/1913.

²³⁶ Correio da Manhã, 19/7/1913, p.3.

espera que v. ex. assim proceda. – Saúde e fraternidade. – O secretário geral, José Elias da Silva”²³⁷.

Neste ofício podemos perceber que a reivindicação de pagamento atrasado é justificada com base no regulamento, na falta de atendimento às necessidades humanas básicas, na necessidade da família e da preservação da vida, ameaçadas pela fome. E apesar de o diretor ter-se recusado a atender os operários, este é tratado no ofício de forma elogiosa e respeitosa, muito provavelmente na tentativa não de conquistar seu apoio e boa vontade mas de demonstrar à população a respeitabilidade dos grevistas.

Após Severiano Rego se recusar a conversar com os trabalhadores, estes decidiram procurar diretamente o Ministro da Viação, Barbosa Gonçalves. Este atendeu os trabalhadores em sua residência e permitiu que fosse exposta a situação geradora da greve. A comissão o informou que a falta de pagamento não tem atingido a todos os trabalhadores do Lloyd, apenas aos operários das oficinas, o que em sua opinião reforçaria a injustiça da administração da empresa. A reunião entre os trabalhadores e o ministro terminou com a promessa deste em encontrar-se com o ministro da Fazenda para buscar a solução desta situação. Além do pagamento dos salários atrasados, os trabalhadores impuseram como condições para voltar ao trabalho, o compromisso de regularidade no pagamento dos salários futuros e a manutenção do emprego de todos os envolvidos na greve. Este último ponto foi arquitetado pelos grevistas por meio da formação de comissões que se reorganizavam a cada dia durante a greve, tornando todas as decisões coletivas.

Alguns dias depois deste encontro e após contatos entre o Ministro da Viação e o da Fazenda, e também de novos encontros entre os grevistas e o ministro da Viação para saber das soluções que seriam adotadas para o fim a greve, duas quinzenas, das 5 atrasadas, foram pagas. Mas não para todos os trabalhadores, pedreiros e serventes continuaram sem salários. O que fez com que a greve continuasse até que toda a crise do Lloyd fosse resolvida. Os trabalhadores decidiram ainda se demitir coletivamente, caso algum dos trabalhadores solidários à greve fosse demitido. E para conter qualquer intenção de um ou outro trabalhador romper a greve e voltar ao trabalho antes que todos tivessem seus salários pagos foi distribuído o seguinte manifesto, apelando para a solidariedade operária com base em valores coletivos, familiares e também individuais:

²³⁷

Idem, p.4.

“Companheiros - Chegamos no momento mais solene do nosso justo movimento em prol de nossos direitos.

Agora é chegada a ocasião de mostrarmos que somos homens de brio, homens de vergonha, homens de sentimentos.

Que nem um trabalhe, sem que todos trabalhem!

Que nem um só seja traído, e que nenhum seja falso.

Firmes e unidos seremos fortes.

A traição é a ação negra e [asquerosa] que amesquinha e avilta o caráter humano.

O homem de bem nunca é traidor.

A nossa questão ainda não está decidida, a nossa vitória deve ser agarrada.

Querem despedir alguns e dar trabalho a outros.

Isto, companheiros, é uma afronta à nossa dignidade.

Nunca e nunca devemos aceitar isto.

Os companheiros de outras casas que no momento preciso se encontram ao nosso lado, prestando-nos o seu apoio, nos deram o exemplo de homens leais, de operários conscientes e ficaríamos possuídos de vergonha se nos vissem recuar covardemente quando a nossa causa começa a ser vitoriosa.

Coragem e vergonha.

Que as nossas esposas não virem seu rosto, quando contemplarem os nossos rostos, vendo neles escrito o selo do traidor.

Que os nossos filhinhos não se envergonhem de chamar-nos de pai, sabendo que quando lutamos como irmãos, no começo do combate, abandonamos os nossos companheiros no meio da luta.

Avante, pois!

Unidos, todos por um e um por todos.

Ou todos trabalham nas oficinas ou ninguém trabalha.

Esta é que deve ser nossa vontade, este é que deve ser o nosso procedimento.

*Ainda uma vez, companheiros, que a nossa dignidade não seja ultrajada”.*²³⁸

O trabalho só recomeçou no dia 1 de agosto. Todos os operários foram readmitidos, nenhum trabalho do Lloyd foi realizado por oficina particular durante a greve e a diretoria da empresa foi substituída.

Ao iniciar-se a greve no Lloyd, o *Correio da Manhã* afirmou que a notícia da greve não trazia nenhuma novidade. Isto porque, segundo o mesmo jornal, já seria de conhecimento geral a grande “anarquia administrativa”²³⁹ que muito prejudicava esta empresa de navegação, tornando comuns as greves gerais, assim como também acontecia na Estrada de Ferro Central do Brasil. Tendo assumido a direção do Lloyd, o governo, de acordo com o *Correio da Manhã*, transformou-o em um “aparelho inútil e arruinado”²⁴⁰, refletindo a marca da desorganização governamental. E ainda sobre o governo, ocupado neste momento por marechal Hermes, que se apresentava como “pai dos operários”²⁴¹, afirma-se que teria dado um “calote oficial”²⁴² nos trabalhadores.

Neste mesmo ano de 1913, houve uma greve dos trabalhadores empregados na construção na vila operária Marechal Hermes. E mais uma vez, nas notícias do *A Voz do Trabalhador* sobre a greve, aparece esta referência, só que esta carregada de ironia, pois feita no jornal da COB, ao marechal como amigo dos operários²⁴³. Este, no entanto, não se mostrou tão amigo ao deixar de pagar os salários dos trabalhadores por três meses seguidos e os operários, apesar da suposta proteção que recebiam de Hermes recorreram à greve.

Durante todo o tempo de duração da greve a direção do Lloyd tentou contratar oficinas particulares para realizar os serviços que se encontravam paralisados. Os grevistas, no entanto, reunidos em assembléia permanente na Federação Operária organizaram comissões para visitação às oficinas, e muitas delas, tanto da cidade do Rio de Janeiro quanto de Niterói, se recusaram a realizar os serviços que deveriam ser feitos pelos trabalhadores que se encontravam em greve. Não só os trabalhadores das oficinas, de forma isolada, deram apoio à greve por meio da recusa em realizar os trabalhos²⁴⁴.

²³⁸ *Correio da Manhã*, 25/7/1913

²³⁹ Idem, 17/7/1913, p.5.

²⁴⁰ Idem, 17/7/1913, p.5.

²⁴¹ Idem, 17/7/1913, p.5.

²⁴² Idem, 17/7/1913, p.5.

²⁴³ *A Voz do Trabalhador*, 1/11/1913, p.3

²⁴⁴ *Correio da Manhã*, 22/7/1913, p.6.

Os grevistas receberam apoio de algumas associações operárias, como o Centro Protetor dos Fundidores e Classes Anexas, que deliberou em sessão que nenhum operário deste Centro realizaria qualquer trabalho do Lloyd, o Círculo Operário Fluminense, a União dos Alfaiates, estas duas inclusive cederam sua sede para as reuniões da Federação Operária.

Os trabalhadores do Lloyd Brasileiro, segundo declaração dos mesmos, eram obrigados a se associar à Associação Beneficente dos Empregados do Lloyd. Esta sociedade possuía como presidente a mesma pessoa que ocupasse a presidência da empresa. Os trabalhadores tinham descontada dos seus salários uma contribuição mensal proporcional aos mesmos, e segundo ao trabalhadores, esta sociedade não tinha nenhuma utilidade, uma vez que não auxiliava os associados, se negando a cumprir os estatutos.

A Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que durante todo o tempo da greve, juntamente com os trabalhadores, aconselhou suas ações, foi fundada em 3 de setembro de 1906, em substituição à anterior Federação Operária Regional Brasileira. A FORJ, desde a sua criação, ficou responsável por adequar as suas ações ao sindicalismo discutido e aprovado no Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Um dos pontos principais das resoluções do Congresso era a criação de associações exclusivas de trabalhadores e a não aceitação da participação de elementos não operários nas associações operárias, o que conseqüentemente leva à total repulsa às organizações do tipo da, acima citada, Associação Beneficente dos Empregados do Lloyd, controlada pelo diretor da empresa.

Durante esta greve os trabalhadores adotaram uma forma nova de organização do movimento. Em primeiro lugar foram dispensados quaisquer interventores que não os operários, nem o chefe de polícia, nem algum advogado, como já vimos em greves anteriores. E, a característica principal, a cada dia uma nova comissão era formada para organizar as ações da greve, tendo o cuidado de não selecionar novamente um mesmo trabalhador. Esta forma de organização foi escolhida para que, ao final da greve, a companhia não pudesse demitir os líderes, pois seria obrigada a despedir quase todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo, esta estratégia também impedia que se criassem desavenças entre os operários, uma vez que uns não poderiam culpar aos outros no caso de a greve ser derrotada, já que todos haviam sido envolvidos nas decisões tomadas quanto à greve. Estas comissões apresentavam-se em assembléias diárias, e algumas vezes duas vezes ao dia para comunicar aos trabalhadores o que haviam feito naquele

dia e decidir as atividades do dia seguinte. Esta forma de atuação foi adotada em resposta a experiências anteriores nas quais os integrantes de comitês centrais de greve eram comumente demitidos e culpados pelos companheiros pelo fracasso da greve²⁴⁵.

Após a realização desta greve, esta forma de organização passou a ser aconselhada pelos anarquistas para a atuação sindical no Brasil. Isto pode ser verificado no relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, de 1913, posterior à greve do Lloyd, apresentado do Segundo Congresso Operário:

*“para elas [as greves] se ganharem é preciso que cada operário por si, seja soldado e general ao mesmo tempo, é preciso que quando os operários declaram uma greve saibam como se hão de conduzir sem precisar comandantes, para que quando sejam presos os companheiros mais influentes eles continuem a lutar com a mesma coragem até vencer”*²⁴⁶.

Greve dos Gráficos de 1917

Em julho de 1917, diante das greves gerais de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Associação Graphica do Rio de Janeiro julgou que também os trabalhadores gráficos deveriam se engajar no movimento. Para tal, após concorridas assembléias em sua sede nomeou uma comissão que deveria redigir um manifesto, a ser entregue aos industriais gráficos, contendo as suas demandas. A comissão responsável pela elaboração do manifesto era composta por 10 membros: 2 linotipistas, 2 tipógrafos, 2 litógrafos, 2 impressores, 1 encadernador e 1 pautador. Após ser redigido, o documento que foi aprovado em assembléia na associação e encaminhado aos industriais solicitava:

“Primeiro – Reconhecimento da Associação Graphica do Rio de Janeiro, como representante direta da classe em todas as relações profissionais entre patrões e operários.

Segundo – Aumento das diárias nas seguintes proporções:

²⁴⁵ A Voz do Trabalhador, 01/08/1913.

²⁴⁶ “Relatórios enviados por associações operárias ao Segundo Congresso Operário Brasileiro” In: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil*, Vol. I – O Movimento Operário, São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1979. p. 135.

30% aos que percebem até 4\$000 diários.

25% aos que percebem de 4\$000 até 6\$000 diários.

20% aos que percebem de 6\$000 até 9\$000 diários.

15% aos que percebem de 9\$000 até 12\$000 diários.

Terceiro – Abolição dos serões: mas quando eles sejam indispensáveis, que sejam pagos nas seguintes proporções: de 4 horas o primeiro, de 3 horas o que se seguir ao primeiro e de 2 horas os demais.

Quarto – Contribuir com a importância necessária para o jantar dos aprendizes que fizerem serão e que perceberem menos de 2\$000.

Quinto – Que aos domingos e feriados o dia de trabalho seja de 5 horas.

Sexto – A não admissão de aprendizes que sejam analfabetos ou que tenham menos de 14 anos de idade.

Sétimo – Abolição das minutas para os jornaleiros.

Oitavo – Que o pagamento dos operários que receberem por quinzena seja feito nos dias 16 e 1 de cada mês”²⁴⁷.

Posteriormente, o primeiro ponto do manifesto foi desdobrado e melhor especificado da seguinte forma:

“1º - Nas oficinas não serão admitidos funcionários que não sejam sócios da Associação;

2º - A Associação responsabilizar-se-á pela conduta dos seus sócios dentro das oficinas;

3º - Quando por qualquer circunstância, qualquer gráfico não satisfaça, em suas condições artísticas e morais, o industrial deverá comunicar a Associação, por intermédio do delegado, e esta, averiguadas as causas, providenciará de forma que o industrial não seja lesado, e evitará que o gráfico fique sem trabalho;

4º - Serão criadas categorias para fornecimento de pessoal às oficinas, acompanhadas das respectivas tabelas de ordenados;

5° - A Associação resolverá amigavelmente qualquer atrito entre a corporação e o respectivo industrial, sem desdouro para qualquer das partes;

6° - Será isento de serviços estranhos à sua profissão todo o aprendiz de qualquer ramo das artes gráficas;

7° - Logo após o reconhecimento a Associação iniciará uma ativa propaganda para levantamento moral e artístico da classe, por meio do seu órgão oficial, conferências e publicações educativas, criando também uma oficina própria para o ensino técnico e fundando escolas de português e desenho”²⁴⁸.

O manifesto, e sua posterior retificação, pretendiam tornar a Associação das Artes Gráficas um sindicato de classe, com funções de intermediação entre patrões e empregados, elaboração de tabelas de preços de salários e até mesmo o objetivo do *closed shop*, como visto em seu primeiro ponto.

Como dito anteriormente, a Associação Graphica afirmou em seu porta-voz, *O Graphico*, que o manifesto representava sua forma de adesão ao movimento mais geral no qual se encontrava a classe operária neste momento. Sabemos, no entanto, que o manifesto possuía raízes mais profundas nas experiências dos trabalhadores gráficos.

Desde a fundação da Associação Graphica do Rio de Janeiro, dois anos antes da greve e da elaboração do manifesto, a partir do momento em que os gráficos se filiaram à associação, os trabalhadores vinham sofrendo represálias por parte do patronato. Regulamentos elaborados para coibir a ação dos trabalhadores, e possivelmente da associação, foram implantados nas oficinas gráficas e alguns daqueles trabalhadores que se declaravam filiados à associação foram demitidos²⁴⁹.

A intenção da Associação Graphica ao enviar o manifesto para os industriais era a de que o mesmo servisse como a base para negociações e um acordo entre ambos²⁵⁰. No entanto, ao receberem este manifesto os industriais responderam com o fechamento das oficinas tipográficas por prazo pré-determinado de três dias, deixando sem trabalho, e sem salário, centenas de gráficos de suas oficinas.

²⁴⁸ *Correio da Manhã*, 03/09/1917.

²⁴⁹ *O Graphico*, 1/7/1917, p.1.

²⁵⁰ *Idem*, 1/8/1917, p.1.

Diante da atitude dos patrões, os operários gráficos reuniram-se na Associação Gráfica e enviaram seu advogado, Caio Monteiro de Barros, para comunicar os acontecimentos ao chefe de polícia que os aconselhou a manter a calma. O presidente da associação, João Leuenroth, na mesma reunião, pediu ainda aos trabalhadores que mantivessem a ordem e não fizessem reuniões públicas nem nas ruas, nem nas oficinas paralisadas, reunindo-se apenas na sede da sociedade, o que evitaria qualquer motivo para repressão aos grevistas. Com o mesmo objetivo, a associação ao saber de um possível apedrejamento a uma oficina tipográfica por um concorrente da mesma, nomeou uma comissão de membros da associação para avisar ao chefe de polícia e precaver-se de futuras acusações.

A Associação Graphica do Rio de Janeiro abrigou diversas assembléias durante a greve, não só assembléias gerais, mas também de trabalhadores de várias oficinas de forma isolada, como dos operários da Almeida Marques & C. e da Associação Beneficente dos Empregados da Papelaria União. Durante a greve, recebeu telegrama de apoio por parte dos gráficos de São Paulo e algumas oficinas, apesar de também paralisarem seus trabalhos, declararam que o faziam por pressão de outros industriais do mesmo setor, que as ameaçavam com uma guerra comercial, mas que não aderiam intimamente à greve. Os gráficos em greve também receberam o apoio da Associação Brasileira de Imprensa. Esta associação afirmava não poder deixar de dar seu apoio uma vez que a causa dos gráficos é justa e que seu trabalho é intimamente ligado à existência dos jornais.

Em resposta ao fechamento das indústrias gráficas, os trabalhadores decidiram também se declarar em greve e só retornar ao trabalho após o acordo entre os industriais e a Associação Graphica do Rio de Janeiro. No dia 7 de setembro, após reunião dos industriais na Liga do Comércio, estes apresentaram aos trabalhadores uma resposta nada interessante, redigida nos seguintes termos:

“1º - Não reconhecer, em absoluto, a Associação Gráfica do Rio e Janeiro;

2º - Continuarem fechadas as oficinas das diversas casas, e nomear-se uma comissão para se entender com os colegas que ainda estão trabalhando, no sentido de aderirem à resolução tomada na reunião de ontem;

3º - Fundar uma Associação de classe, que defendendo os seus interesses, possa também cuidar do operário que se inutilizar em serviço, pondo-o ao abrigo das maiores necessidades”²⁵¹.

Frente aos objetivos da Associação Graphica de manter o controle sobre o mercado de trabalho, não seria difícil imaginar que a proposta de criação de uma associação patronal que também atendesse aos interesses do trabalhador, e apenas quando se ferisse em serviço, fosse recusada. A recusa dos trabalhadores levou os proprietários das empresas a decidirem, em reunião na Liga do Comércio, reabrir seus estabelecimentos aceitando o retorno dos operários, porém, nas mesmas condições de antes da greve.

Mais uma vez os trabalhadores recusaram a proposta, o que levou à elaboração de novo acordo de greve.

“Eis o teor do acordo:

Ilmo. sr. presidente da Associação Graphica do Rio de Janeiro. - Os abaixo assinados, industriais gráficos, desejando harmonizar a questão levantada entre seus operários e da qual resultou a paralisação do trabalho em suas oficinas, oferecem:

1º - Os industriais não exercerão coação de espécie alguma para que seus operários sejam ou não sócios da Associação Graphica ou de outra qualquer;

2º - Aumentar 10% (dez por cento) nas diárias de seus operários, excetuando as que já foram aumentadas após a circular de 27 de julho próximo passado;

3º - As oficinas que não tenham aumentado os salários de seus operários, farão esse aumento a contar da data deste na razão daquela porcentagem;

4º - Comprometem-se os industriais a garantir todos os lugares a todos os operários que ficaram desempregados por motivo da cessação dos trabalhos;

²⁵¹

Correio da Manhã, 7/9/1917.

5° - *Serão reguladas as sextas e serões, sendo duas horas para as sextas e quatro para os serões. O que exceder deste horário será computado na razão de duas horas para um serão.*

*Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1917. - Pimenta de Mello & C. - J. L. Costa. - Heitor Ribeiro & C. - Olympio de Campos & C. - Jose Ayres & Chaves. - Silva Ferreira. - A. Plácido Marques & C. - Alexandre Ribeiro & C. - J. Queiroz & C. - Oscar Antonio Saraiva. - Almeida Marques & C. - Arnaldo Braga & C. - Purmarer & Machado. - Felippo Borgonovo. - Machado e Raposo. - Teixeira Fonseca & C. - Alami the Pinto & C. - Baptista de Souza. - Henrique Velha & Braga”.*²⁵²

Com este novo acordo chegou ao fim a greve dos gráficos, naquelas empresas que o assinaram, as demais permaneceram em greve. Os industriais gráficos declararam que não exigiriam que seus empregados fizessem parte da Associação Graphica do Rio de Janeiro, ou seja, não garantiam a aceitação do *closed shop*, mas ao mesmo tempo, deixavam claro que não se oporiam à filiação ao sindicato. Ao mesmo tempo também não obrigariam os empregados a se filiarem a uma organização mista de patrões e empregados. O acordo também regulava os horários de trabalho e concedia o aumento de salário.

Durante o movimento dos gráficos, seu presidente João Leuenroth foi acusado, pelo chefe das oficinas da Papelaria Brasil, de ser anarquista, o que foi contestado por membros da Associação Graphica. Esta associação atuava segundo o princípio de que os sindicatos eram a arma necessária para enfrentar a “ganância dos industrialistas”, que somente organizados em sindicatos de resistência os trabalhadores teriam forças para lutar com aqueles de igual para igual. No entanto, esta luta, encarada quase como algo natural e permanente, se volta à conquista de “reformas tendentes a melhorar as condições econômicas e morais dos que trabalham²⁵³”, à conquista de direitos. Neste sentido a associação não se opõe às tentativas de acordo com o patronato, nem à utilização de intermediários, nem à proteção da polícia. Mas, ao mesmo tempo, defende que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos trabalhadores²⁵⁴”, utilizando-se das palavras de Marx para fazer tal afirmação.

²⁵² Idem, 14/9/1917.

²⁵³ *O Graphico*, 16/3/1917, p.1

²⁵⁴ Idem, 16/7/1917, p.1

A história de luta dos trabalhadores do setor gráfico por meio de greves é longa, até onde temos notícia, começou em 1858. Neste ano foi realizada uma greve à qual aderiram os tipógrafos das principais folhas diárias do Rio de Janeiro, na época Capital do Império. Na greve de 1858, a associação dos tipógrafos, assim como na greve de 1917, também teve um papel de grande importância, no entanto, de forma diferente.

A Imperial Associação Tipográfica era prioritariamente voltada ao auxílio mútuo, mas com forte caráter profissional, uma vez que só aceitava como sócios os trabalhadores tipógrafos²⁵⁵, que perderiam o direito aos benefícios caso mudassem de profissão. Em 1858 a então Imperial Associação Tipográfica Fluminense envolveu-se na greve ao utilizar 11 dos 12 contos de réis que possuía em seu cofre social para financiar o *Jornal dos Typographos*. Produzido pelos tipógrafos em greve, o jornal foi apresentado à população do Rio de Janeiro em substituição às folhas diárias suspensas pela greve. Mas, além das notícias diárias e anúncios, como qualquer jornal, esse também é o porta voz da defesa dos tipógrafos em greve, o que faz da Associação Tipográfica, patrocinadora do jornal, um órgão bem mais combativo do que apenas uma associação mutual.

Não podemos neste momento afirmar que exista uma ligação linear entre a Imperial Associação Tipográfica Fluminense e a Associação das Artes Gráficas, o que fica claro, no entanto, é que desde meados do século XIX os gráficos já vinham lutando por seus interesses e nesta luta envolviam sua associação representativa de classe.

Em síntese

Analisando a greve na Estrada de Ferro Central do Brasil tomamos conhecimento dos meandros da disputa entre dois dos partidos operários existentes na cidade do Rio de Janeiro, no início do período republicano. Pudemos perceber como atuavam na prática, em ocasiões em que eram, de uma forma ou de outra, chamados a se posicionar diante de questões práticas do dia-a-dia operário.

A partir da greve dos sapateiros em 1906 percebemos a relação existente entre as associações operárias, que fizeram doações à União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, apesar de suas diferentes orientações para a luta. Por meio desta greve e da atuação da

²⁵⁵

Estatuto da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, art.28, §1º, 1853.

União vemos também que esta associação apesar de possuir denominação de auxiliadora tomou para si funções que vão muito além do auxílio.

Com base nestes dois casos vimos também que os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, apesar de já representarem trabalhadores de uma grande empresa, não qualificados, no ano de 1891 ainda se organizavam em associações de ajuda mútua, enquanto os sapateiros, que eram trabalhadores qualificados em 1906 fundaram o Sindicato dos Sapateiros.

Na greve do Lloyd criou-se uma nova forma de atuação. Com base em experiências anteriores, nesta greve a cada dia e para cada ação era criada uma nova comissão de grevistas, tomando-se o cuidado de não se repetirem os integrantes. Desta forma, ao final da greve, todos haviam se envolvido diretamente e a empresa não despediria todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo, todos seriam responsáveis pela vitória ou pela derrota, e uns não se voltariam contra os outros. Esta forma de atuação passou a ser recomendada pela Federação Operária, que representara os grevistas, já que estes não possuíam sindicato próprio na época, pois eram obrigados a filiar-se a uma associação dirigida pela empresa.

Na última greve tratada neste capítulo, a greve dos gráficos, vimos a Associação Graphica lutando para se tornar um sindicato e atuar como intermediária entre os trabalhadores e os industriais. Uma categoria que não costumava aderir a greves conjuntas, mas que diante do grande movimento grevista de 1917 não pôde deixar de se identificar com os demais trabalhadores.

Capítulo 4

“Greve geral” de 1903

As fábricas de tecidos possuíam um costume antigo de cobrar certa quantia em dinheiro pelos espanadores, aventais e uma bolsa usada pelos trabalhadores das fábricas para apanhar o algodão. Foi contra este costume que os operários da seção de fiação da Fábrica de Tecidos Cruzeiro, no Andaraí Grande, iniciaram a greve de 1903, que ficaria conhecida como a primeira greve geral do Rio de Janeiro.

Desde o dia 08 de agosto, um sábado, os trabalhadores começaram a protestar contra o tal hábito da venda dos instrumentos necessários à realização do trabalho por parte das empresas, e no dia 11 não mais voltaram ao trabalho após o horário do almoço²⁵⁶. Estes eram cerca de 200 trabalhadores, na maioria menores de idade e, dentre eles, havia muitas mulheres²⁵⁷. Neste momento, não só os trabalhadores da seção de fiação, mas os de todas as outras seções da Cruzeiro abandonaram o trabalho.

O diretor da fábrica de imediato contactou a polícia. O delegado da 13ª delegacia, juntamente com seus auxiliares, e uma força de 40 praças de infantaria e cavalaria partiu para o local ao mesmo tempo em que avisava à polícia central. Quando a polícia chegou à fábrica, os trabalhadores já haviam saído, e se dirigiam à fábrica de tecidos Confiança na tentativa de conseguir a adesão dos trabalhadores desta à greve. Apesar de os operários terem deixado a fábrica de forma pacífica²⁵⁸, a polícia ainda assim os seguiu, o que impediu os trabalhadores da Cruzeiro de entrarem em contato com os da Confiança. A fábrica Cruzeiro ficou guardada por uma força de 12 praças de infantaria e sua diretoria demitiu aqueles que julgou serem os líderes do movimento, um total de 18 trabalhadores, dentre estes, 13 menores.

No dia seguinte a estes acontecimentos, poucos trabalhadores apareceram para o trabalho na Cruzeiro, o que fez com que a seção de fiação não funcionasse e que o trabalho corresse de forma irregular nas demais seções da fábrica. Apesar de poucos trabalhadores terem se apresentado para o trabalho, a polícia continuou guardando o edifício.

A greve que teve início na Fábrica de Tecidos Cruzeiro, contra a necessidade da compra dos instrumentos de trabalho por parte dos operários, teve a adesão de diversas

²⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 12/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁵⁷ *O Paiz*, 12/08/1903, p.2

²⁵⁸ *Jornal do Brasil*, 12/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

outras fábricas, cada uma por motivos particulares. Na Fábrica de Tecidos Aliança, das Laranjeiras, a greve teve início após o diretor da fábrica ter-se negado a readmitir uma operária dispensada pelo mestre dos teares. A operária demitida, uma viúva polaca, havia sofrido abuso sexual por parte do mestre dos teares, de nome Ferreira da Silva, e fora por ele abandonada, e demitida, após o nascimento da criança.

Com receio de que os trabalhadores da Aliança se unissem aos da fábrica Cruzeiro, o diretor ordenou que o edifício fosse fechado e pediu a garantia da polícia para a segurança, afirmando que os trabalhadores haviam entrado em greve. Com esta atitude do diretor da Aliança, somaram-se os 3.000 operários desta fábrica à greve iniciada pela Cruzeiro.

A diretoria da Aliança fez circular um comunicado em que justificou o fechamento da fábrica. Neste, afirmava que vinha atendendo algumas exigências de seus trabalhadores cotidianamente e que diante desta nova imposição, que, segundo a diretoria, só visava “a perturbação da boa administração das suas oficinas, resolve suspender os trabalhos de suas fábricas”²⁵⁹. A diretoria afirmava, ainda, que esperava “o restabelecimento da ordem para só recomeçar o trabalho quando conseguir pessoal disposto a observar o regulamento interno, em vigor há vinte e três anos”²⁶⁰. Nesta declaração da diretoria da Aliança o regulamento que estava em vigor desde 1880, ou seja, ainda durante o período escravista, obviamente desatualizado em relação às mudanças na realidade social e econômica do país, o que reforça ainda mais a necessidade de mudanças, foi apresentado como algo positivo.

No dia 14 de agosto, os operários da Fábrica de Tecidos Carioca pediram ao diretor desta que estabelecesse as 8 horas de trabalho diário. Ao terem conhecimento deste pedido, os operários da Aliança formaram uma comissão para pedir aos companheiros da Carioca que se unissem a eles nas reclamações já feitas²⁶¹.

Uma comissão formada por operários de diversas fábricas de tecidos se reuniu na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, e decidiu que, neste dia 14, haveria uma assembléia geral com todos os operários para tomarem uma posição sobre a greve da fábrica Cruzeiro. Para participar desta assembléia foram organizadas comissões de trabalhadores de todas as fábricas de tecidos do Rio de

²⁵⁹ *Correio da Manhã*, 15/08/1903, p.2.

²⁶⁰ *Idem*.

²⁶¹ *Jornal do Brasil*, 15/08/1903, p.2, Edição da manhã.

Janeiro²⁶². A assembléia reuniu cerca de mil operários na Praça General Osório, no centro da cidade, mais conhecida como Largo do Capim, também com o objetivo de se posicionarem frente às greves da Cruzeiro e da Aliança. Vários operários tiveram oportunidade de falar aos companheiros na tentativa de convencê-los a se declarar em greve geral de todas as fábricas de tecidos. Após terem sido “aconselhados”, por um inspetor de polícia, a se retirar da praça, os trabalhadores continuaram proferindo seus discursos das sacadas da Associação dos Sapateiros, na rua General Câmara²⁶³.

Nesta mesma assembléia foi nomeada uma comissão de tecelões formada por seis operários de cada fábrica em greve²⁶⁴, para ir a Bangu com o objetivo de convidar os trabalhadores da fábrica lá estabelecida a entrarem em greve. No entanto, um inspetor de polícia que assistia à reunião, comunicou à polícia central esta decisão dos trabalhadores²⁶⁵. Assim, fábrica de Bangu também recebeu uma força de polícia para fazer sua segurança²⁶⁶.

No dia 15 de agosto já estavam fechadas as fábricas de tecidos Cruzeiro, Aliança, Carioca, Bonfim e Santa Heloisa, mas seguiam funcionando a Corcovado, a Confiança e a de Bangu. Neste mesmo dia, o chefe de polícia, Cardoso de Castro teve uma conferência com o Ministro do Interior, Ministro da Guerra e o general Hermes da Fonseca, que era o comandante da brigada policial, na tentativa de conseguir a ajuda destes na repressão ao movimento grevista. Depois se reuniu, ainda, com os delegados urbanos, aos quais deu diversas instruções, dentre elas a de que “qualquer atentado contra a segurança individual e contra a propriedade sejam repelidos com a máxima energia e na medida da agressão²⁶⁷”.

Apesar das medidas policiais de repressão aos grevistas, estes estavam decididos a continuar em greve até que seus pedidos fossem atendidos. E os industriais, por sua vez, apesar de, em número cada vez maior, terem a proteção da polícia, também manteriam suas fábricas fechadas até que os operários aceitassem voltar ao trabalho nas mesmas condições de antes do início da greve.

Uma comissão formada por trinta operários das fábricas Aliança e Cruzeiro percorreu a cidade visitando as fábricas em busca da adesão de mais trabalhadores à

²⁶² Idem, 13/08/1903, Ed. da manhã. p.1.

²⁶³ *O Paiz*, 15/08/1903, p.2.

²⁶⁴ *Correio da Manhã*, 15/08/1903, p.2.

²⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 15/08/1903, Ed. da manhã. p.2.

²⁶⁶ Idem, 16/08/1903, Ed. da manhã. p.5.

²⁶⁷ Idem.

greve²⁶⁸. Não apenas fábricas de tecidos eram visitadas. A fábrica de fósforos Gato Preto em Benfica recebeu visita dos grevistas, assim como a fábrica de barbantes Amanchonet & Machado.

Em 16 de agosto, os operários da fábrica de Fiação e Tecelagem Carioca se reuniram na sede da Sociedade Operária do Jardim Botânico e redigiram uma representação a ser enviada à diretoria da fábrica. Solicitavam que fossem estabelecidas as 8 horas de trabalhos diários, 40% de aumento para a seção de tecelagem, 30% de aumento para maçaroqueiros, meadas, carretéis e remessas, além de \$500 de aumento nos salários. Pediam também a retirada do *chuveiro*, por ser prejudicial à saúde e substituição dos cartões de abono por dinheiro. Os trabalhadores exigiam, ainda, que fossem readmitidos dois companheiros demitidos e que o diretor da fábrica fosse repreendido por maus tratos às crianças que lá trabalhavam²⁶⁹.

Como vimos no capítulo 1 desta tese, parte dos trabalhadores da fábrica Carioca morava na sua vila operária. Os cartões de abono, que os operários em greve pediam que fossem substituídos por dinheiro, eram usados para compra de produtos no armazém da própria fábrica, obrigando, assim, os operários a comprarem os produtos fornecidos pela fábrica, a preços por esta determinados. A substituição dos abonos por dinheiro representava uma maior liberdade dos trabalhadores em relação à fábrica e a garantia de que o dinheiro usado não retornaria ao industrial.

A Aliança, no dia 17 de agosto, afixou em seus portões um boletim comunicando aos operários que todos seriam demitidos e, no futuro, readmitidos aqueles que se julgasse dignos disto.

Não só os edifícios das fábricas foram garantidos pela polícia. A Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos convidou os trabalhadores da Sociedade Beneficente dos Cocheiros a participar de uma assembléia em sua sede. Após a reunião, afirmando terem recebido ameaças de ataques caso não aderissem à greve, os cocheiros procuraram o chefe de polícia e pediram sua proteção para os cocheiros da companhia de bondes.

A União Operária do Engenho de Dentro também havia sido convidada a participar da reunião na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, mas não compareceu. O diretor da União Operária, Antonio Augusto Pinto Machado, afirmando ter sido agredido na rua General Câmara, também procurou o

²⁶⁸ *O Paiz*, 16/08/1903, p.2.

²⁶⁹ *Correio da Manhã*, 17/08/1903, p.2

chefe de polícia pedindo proteção à sede da União. Não sabemos se essas agressões de fato ocorreram. Como veremos adiante, foram vários os relatos de agressões e ataques a bondes, que com o passar dos dias se mostraram não passar de boatos²⁷⁰. De qualquer forma, a iniciativa de Pinto Machado de comparecer à polícia pedindo proteção é mais um indicador de que determinados setores do movimento buscavam o contato frequente com o Estado através da autoridade policial.

Às 6 horas da manhã do dia 17 de agosto, a Confiança Industrial, em Vila Isabel, soou seu apito e abriu os portões na tentativa reiniciar os trabalhos da fábrica. Um grupo de grevistas procurou a gerência e conseguiu impedir a volta ao trabalho, e também fazer com que se fechassem os portões novamente. Também neste dia aderiram à greve os trabalhadores da fábrica de tecidos Rink, das de cigarros Pipinhas, São Lourenço e Justino Alegria²⁷¹. Também a Sociedade dos Artistas Chapeleiros declarou-se solidária aos grevistas, e mais algumas fábricas receberam proteção policial. Foram estas a Gato Preto, de fósforos, a Costa Braga de Chapéus, na Mangueira e a Fábrica de Tecidos de Lã, na Tijuca²⁷².

Neste mesmo dia 17 de agosto, Cardoso de Castro teve uma conferência com o presidente da República. Durante o encontro, o chefe de polícia expôs ao presidente, em detalhes, todas as ocorrências da greve. A resolução final do encontro foi que a polícia deveria manter sua atitude enérgica e não permitir reuniões operárias em praça pública.

No dia 18 de agosto os trabalhadores da fábrica de calçados Globo aderiram à greve. O salário dos sapateiros era pago por peças produzidas. A fábrica Globo havia criado um novo modelo de calçado, mas manteve o valor pago por peça segundo a tabela antiga. Os sapateiros pediram, então, ao proprietário da fábrica, que elaborasse uma nova tabela de preço para este novo modelo. Diante do pedido dos trabalhadores o proprietário fechou a fábrica. Diante da recusa do proprietário da fábrica em aumentar o valor do novo calçado, e do fechamento da fábrica, os sapateiros, em assembléia na Associação de Classe dos Artistas Sapateiros, decidiram aderir à greve. Após tomar a decisão, esta associação enviou uma comissão de sapateiros à sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos para declararem-se oficialmente em greve.

²⁷⁰ *Jornal do Brasil*, 18/08/1903, Ed. da manhã. P.1.

²⁷¹ *Jornal do Commercio*, 17/08/1903, p.2

²⁷² *Jornal do Brasil*, 18/08/1903, Ed. da manhã. p.1.

Alguns minutos depois da chegada da comissão dos sapateiros à sede da Federação e de se terem declarado solidários aos trabalhadores em fábricas de tecidos, e se constituído em greve, chegou à mesma Federação um comissão de representantes da Associação de Classe União dos Chapeleiros para também declararem-se solidários e aderirem à greve²⁷³. Esta atitude da Associação de Classe dos Artistas Sapateiros e da Associação de Classe União dos Chapeleiros confirma o papel de liderança do movimento à Federação. Também é significativa por demonstrar que à greve iniciada por operários industriais, organizados em Federação de conteúdo sindical, aderiram grupos profissionais em que a tradição artesanal era mais forte, ainda que também vivendo um processo transição da manufatura à indústria.

A Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado manteve-se fechada durante a greve, mas seus operários não aderiram à mesma. A fábrica foi fechada de forma preventiva, para evitar possíveis ações dos grevistas em represálias ao seu funcionamento. Segundo declarou a empresa aos jornais, a diretoria da fábrica armou os seus próprios operários e manteve-os de guarda na fábrica e na rua Jardim Botânico e sua vizinhança²⁷⁴.

Durante a greve as forças policiais eram enviadas às fábricas sob o pretexto de protegê-las de supostas ameaças de ataques, mas mantendo-as em funcionamento. No entanto, a grande maioria dos diretores de fábricas optou por fechar as portas, apesar das garantias policiais. Em muitos momentos durante a greve o chefe de polícia se pronunciou pedindo que os industriais reabrissem suas fábricas, mas o pedido demorou um certo tempo para ser atendido. É neste ponto que percebemos que polícia e empresariado possuíam perspectivas diferentes. A polícia tentava a todo transe impedir a greve, evitar sua generalização, tendo a clareza de que a greve se generalizava, de que a cada hora mais uma parcela do operariado aderiria ao movimento. Os industriais, por outro lado, preocupavam-se em proteger sua propriedade, sem ter, num primeiro momento, uma visão de conjunto. Ao contrário dos operários, que desde o início do movimento se reuniam ao redor de suas associações de ofícios e da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, os industriais, apenas após alguns dias se associaram no Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão.

O envio das forças policiais para a proteção das fábricas não visava apenas à defesa da propriedade, visava também, como, aliás, em muitos momentos foi declarado

²⁷³ Idem, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 19/08/1903, p.2.

por Cardoso de Castro, garantir a “liberdade de trabalho”. O objetivo era manter as fábricas funcionando, e impedir que as comissões de operários em greve entrassem em contato com aqueles que ainda trabalhavam, evitando, assim, a generalização do movimento. No entanto, o objetivo do chefe de polícia não foi atingido. A greve não foi impedida, os “distúrbios à ordem” não foram evitados e o movimento tomou proporções nunca antes vistas.

Ainda no dia 18 de agosto foram presos de madrugada alguns alfaiates que afixavam pela cidade panfletos convocando os trabalhadores para uma reunião operária. Os panfletos convocavam todos os trabalhadores da cidade a participarem do “*meeting* operário” no Largo do Capim, no centro da cidade, com o objetivo de se declararem em greve geral. Além de terem sido presos os trabalhadores que faziam a divulgação, a própria reunião foi impedida pela polícia. O Largo do Capim, onde se localizavam as sedes de várias associações foi ocupado por 50 praças de polícia²⁷⁵.

À noite, neste mesmo dia, os operários se reuniram na Liga dos Artistas Alfaiates “para protestar contra as violências que haviam sofrido na sua liberdade e nos seus direitos”²⁷⁶. Os discursos giravam em torno do fato de que os alfaiates foram presos por estarem pregando boletins chamando os operários a se declarar em greve. Os trabalhadores se colocavam contra a atitude da polícia em “suprimir o direito de reunião, que é garantido pela Constituição, para coagir alguém a trabalhar contra a vontade”²⁷⁷. E, efetivamente, o chefe de polícia, em vários momentos afirmou que não coagia os operários a trabalhar, apenas atuava com objetivo de garantir a liberdade de trabalho àqueles que não se haviam declarado em greve²⁷⁸. Mas, na prática, mandava reprimir reuniões operárias, mesmo quando estas aconteciam dentro das sedes particulares das associações, prender operários que colavam cartazes e até mesmo aqueles que estavam dentro de suas casas.

Ainda neste dia 18, não funcionaram as fábricas Bonfim, Aliança, Carioca, São Felix, Corcovado, Cruzeiro, Confiança e Bangu, e os operários charuteiros se declararam solidários aos seus “companheiros de trabalho das fábricas de tecidos”²⁷⁹. A Liga dos Artistas Alfaiates, após assembléia em sua sede, também aderiu à greve, assim

²⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁷⁶ *O Paiz*, 19/08/1903, p.1.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ *Jornal do Commercio*, 18/09/1903, p.2.

²⁷⁹ *Jornal do Brasil*, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

como o Centro Internacional dos Pintores. A Sociedade Operária do Jardim Botânico desde o início da greve permaneceu em seção permanente em sua sede.

No dia 19 de agosto já era tão grande o número de fábricas fechadas que o número do efetivo policial começava a se tornar insuficiente. O chefe de polícia, então, teve novas conferências com o Ministro do Interior, Ministro da Guerra e com o Presidente da República para tratar de auxílios a serem prestados no período de greve. Ao final das conferências, o exército e a marinha cederam contingentes para guardar as fábricas.

Além deste contingente extra deslocado para fazer a segurança das fábricas, foram cedidos pelo Ministro da Marinha 100 foguistas e 6 maquinistas. Estes permanecerem no corpo de bombeiros para, caso fosse necessário, prestar serviço exclusivamente na Companhia de Gás. Os trabalhadores desta Companhia, no entanto, que também possuíam algumas demandas a serem apresentadas ao diretor, ao invés de aderir à greve, recorreram ao intermédio de Vicente de Souza²⁸⁰ para encaminhar suas reivindicações²⁸¹. Estes trabalhadores procuraram Vicente de Souza no início do mês de agosto, com queixas quanto às condições de trabalho e quanto aos baixos salários recebidos. Vicente de Souza expôs a situação destes trabalhadores ao Ministro da Viação e participou de algumas reuniões com os diretores da Companhia do Gás. Conseguiu, desta forma, que fossem alterados artigos do regulamento e aumentados os salários²⁸².

Posteriormente decidiu-se retirar os maquinistas e foguistas da armada que se achavam no corpo de bombeiros, em demonstração de confiança aos trabalhadores da Companhia de Gás, que afinal, conseguiram o que desejavam com o intermédio, não só de Vicente de Souza e do Ministro da Viação, mas também, do próprio chefe de polícia, ao que parece preocupado em conter a ampliação do movimento naquele setor estratégico²⁸³.

As primeiras vitórias da greve aconteceram no dia 19 de agosto. A tinturaria São Maurício, na Gávea, atendeu ao pedido da Sociedade Operária do Jardim Botânico e alterou seu horário de trabalho, que passou a ter início às 7 horas da manhã e término às 4 horas da tarde, e os trabalhadores teriam uma hora de descanso, das 10 às 11 horas da manhã. E, caso o trabalho passasse das 4 horas da tarde, os trabalhadores receberiam,

²⁸⁰ Para maiores informações sobre Vicente de Souza e o CCO, conferir o capítulo 2 desta tese.

²⁸¹ *Jornal do Brasil*, 20/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁸² Idem, 21/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁸³ Idem, 20/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

por hora, ¼ do valor pago por dia. Outra vitória conquistada neste mesmo dia foi também dos trabalhadores de outra tinturaria, a Salingre, na rua Dias Ferreira, no Jardim Botânico. Os trabalhadores conquistaram as 8 horas de trabalho diário e comunicaram este feito à Sociedade Operária do Jardim Botânico²⁸⁴.

Enquanto alguns operários, no dia 19 de agosto, começavam a obter suas conquistas, outros decidiam aderir à greve. Este foi o caso dos operários chapeleiros das fábricas “Costa Braga, à rua S. Pedro n. 52; Manuel de Araújo, à rua Visconde de Inhaúma n. 14; Companhia Costa Braga, no Largo dos Leões; Souza Machado & C., à rua de S. Pedro n. 48; Fernandes Braga, na Estação da Mangueira; Gustavo & C., à rua General Câmara n. 49; Sondon & C., à rua Itapiru n. 127 e Viúva Gondin, à rua dos Arcos n. 24”²⁸⁵. A adesão destes trabalhadores à greve somava cerca de 2.000 operários aos já parados²⁸⁶, e ao lado destes somaram-se ainda os operários da fábrica de vidros Esberard, em São Cristóvão.

Neste mesmo dia 19, uma quarta-feira, os representantes das fábricas de tecidos Aliança, Confiança e Carioca, em reunião no gabinete do chefe de polícia, a pedido deste, decidiram reabrir suas fábricas, e permitir que retornassem ao trabalho os operários que assim desejassem.

No dia 20 de agosto, sócios da Liga dos Artistas Alfaiates visitaram algumas alfaiatarias da cidade com o objetivo de convencer os seus proprietários a aderirem à greve fechando seus estabelecimentos. Ao saber das visitas, o chefe de polícia mandou que policiais armados patrulhassem o centro da cidade. Estes mesmos policiais efetuaram a prisão de vários alfaiates.

Também neste dia, os trabalhadores da fábrica de chapéus Costa Braga, na rua Humaitá, não voltaram ao trabalho depois do almoço. Estes trabalhadores afirmaram que abandonavam o serviço por medo de possíveis agressões por parte dos grevistas. O medo da agressão teria sido motivado por um boletim afixado naquela rua, pela Associação de Classe União dos Chapeleiros.

“Aos chapeleiros - Companheiros:

*O momento é de luta; e os chapeleiros desta capital não podem
ficar abaixo daqueles operários que neste momento não querendo*

²⁸⁴ *Jornal do Commercio*, 20/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 20/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁸⁶ *O Paiz*, 20/08/1903, p.1.

trabalhar se vêm coagidos, ameaçados por aqueles que se dizem 'Mantenedores da ordem'; por isso, de acordo com a resolução tomada pelas classes operárias em declararem-se em greve geral, convida-se todos os chapeleiros desta Capital a se declararem em greve, e reunirem-se quarta-feira 19 do corrente, às 7 horas da noite na sede da Associação da Classe União dos Chapeleiros”²⁸⁷.

Pelo conteúdo do boletim citado acima, nada nos leva a crer que uma possível ameaça estivesse em vias de acontecer. Muitos foram os trabalhadores, de diversas fábricas, de vários ramos de produção, que deixaram o trabalho afirmando temer uma possível ameaça por parte dos grevistas. No entanto, muitas vezes, as notícias de atentados contra aqueles que não aderiam à greve, não se confirmaram. Isso pode nos indicar que os trabalhadores, por medo de represálias por parte de seus patrões, utilizavam-se do argumento do medo de ataques dos grevistas para deixar o trabalho e aderir à greve. Esta hipótese é ainda reforçada pelo grande aparato policial utilizado na segurança das fábricas. Com tamanha força repressiva, que não rondava apenas as fábricas, mas grande parte da cidade, o medo de atentados por parte dos grevistas parece difícil de sustentar.

No dia 20 de agosto a polícia assumiu uma postura ainda mais ofensiva do que dos dias anteriores. Durante uma sessão na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, o local foi invadido por um delegado de polícia acompanhado de inspetores e agentes, com ordem do chefe de polícia para acabar com a reunião e fazer com que os participantes se retirassem imediatamente. Além de colocarem fim à reunião, dois policiais foram ordenados a permanecer na porta do prédio onde se sediava a Federação, proibindo a entrada de qualquer pessoa, até mesmo dos moradores da casa.

Atitude semelhante foi tomada em relação à Liga dos Alfaiates. A Liga permaneceu reunida em sessão permanente desde que aderiu à greve no dia 18. Em 20 de agosto, a Liga estava reunida em sua sede com a finalidade de nomear uma comissão de alfaiates que elaborasse novas tabelas de salários e horas de trabalho a serem apresentadas aos patrões. Sua reunião, no entanto, às 8 horas da noite foi interrompida

²⁸⁷

Jornal do Brasil, 21/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

por ordem do chefe de polícia, e os alfaiates foram obrigados a encerrar sua sessão. O mesmo se deu com a Liga dos Chapeleiros²⁸⁸.

As novas adesões ao longo da greve se deveram à constante propaganda feita pelas comissões de grevistas, que percorriam a cidade em busca de estabelecimentos em que o trabalho ainda não havia sido interrompido. No dia 20 de agosto, os operários de mais uma fábrica de tecidos, a de Sapopemba, aderiram à greve. Neste mesmo dia, o Congresso União dos Operários em Pedreiras declarou-se solidário aos trabalhadores das fábricas em greve²⁸⁹. O Congresso declarava estar “acompanhando com toda sua solidariedade os operários e operárias das fábricas de tecidos, exigindo como estes, 8 horas de trabalho, 40% sobre seus vencimentos atuais”. No entanto, o Congresso dava um passo além, e incluía em sua pauta a exigência de “que nenhum industrial de pedreiras dê serviço a operário que não seja sócio do Congresso acima”²⁹⁰, tentando desta forma assumir a posição de um sindicato de classe com algum nível de controle sobre a contratação.

Segundo notícia do *Jornal do Brasil* do dia 21 de agosto, na noite do dia 20, ocorreram embates armados, em Laranjeiras, entre a polícia e os grevistas. *O Paiz*, também na edição do dia 21, no entanto, afirma que os ataques partiram de desordeiros conhecidos, e não dos operários, que por morarem por ali, e não iriam querer provocar confusão nas imediações de suas casas²⁹¹.

O conflito entre supostos grevistas e policiais começou às 10 horas da noite no bairro das Laranjeiras. Foi então enviado para o local um reforço policial altamente municiado. Quando este chegou, no entanto, o conflito já havia terminado. Durante o embate, segundo o *Jornal do Brasil*, “os desordeiros dispararam tiros e jogaram bombas de dinamite sobre a força que respondeu esgotando a munição”²⁹². Os “desordeiros” fugiram para o morro do Mundo Novo e nenhum deles foi capturado.

Na madrugada deste mesmo dia ocorreu um novo conflito, desta vez próximo à vila operária do Saneamento, onde moravam operários da fábrica de tecidos Carioca. Os revoltosos atravessaram arames na estrada de D. Castorina, no Jardim Botânico, esconderam-se no mato que beirava a estrada e começaram a disparar tiros contra os policiais destacados para fazer a segurança do local. A força de cavalaria não pôde

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ *Correio da Manhã*, 21/08/1903, p.1.

²⁹¹ *O Paiz*, 21/08/1903, p.1.

²⁹² *Jornal do Brasil*, 21/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

reprimir os atacantes, pois os cavalos não conseguiriam passar pelos arames. Foram enviados reforços para o local, e a força de infantaria conseguiu desfazer a teia de arames traçada na rua. Alguns homens conseguiram se esconder no Saneamento e foram presos pela manhã.

A Vila do Saneamento permaneceu cercada durante todo o dia 21. O chefe de polícia proibiu que qualquer pessoa entrasse ou saísse da vila e a expressão usada por ele ao dar as ordens aos seus subordinados foi, “Não sai um rato!”²⁹³ As buscas nas casas da vila começaram às 5 horas e 45 minutos da manhã. A polícia revirou malas, baús, gavetas, colchões e até mesmo panelas e utensílios de cozinha. Os operários que ainda estavam dormindo quando a polícia chegou foram acordados “a socos e pontapés”²⁹⁴ e postos para fora de casa sem nem terem tempo para se calçar. Até mesmo mulheres e crianças, que na ocasião ainda dormiam, sofreram com a ação da polícia²⁹⁵.

Nesta incursão policial foram presos mais de 40 operários, que, com exceção de dois, um italiano e outro espanhol, depois foram soltos. A polícia teria encontrado na casa destes dois, dois revólveres, facas e formões²⁹⁶.

Apesar dos conflitos acima, relatados pelo *Jornal do Brasil*, na edição do dia seguinte o mesmo jornal afirma que quase todos os grevistas se mantêm calmos e em busca do maior número de adesões ao movimento²⁹⁷. Na quase totalidade das vezes em que são noticiados conflitos, nos dias que se seguem estes são desmentidos. Segundo uma comissão formada por operários da Carioca, o conflito na Vila do Saneamento teria sido forjado por um soldado da polícia à paisana que declarou ter sido mandado para lá pelo delegado da circunscrição. A função deste soldado seria a de provocar a polícia para justificar a sua intervenção armada²⁹⁸, o que, como veremos adiante, foi comprovado por inquérito policial.

Apesar da repressão policial, a greve continuava ganhando novas adesões. Neste mesmo dia 21, entraram também no movimento os canteiros da pedreira do morro da Viúva, os operários da fábrica de Luz Stearica, em São Cristóvão, os operários chapeleiros e os sapateiros, depois de reunião no Centro dos Sapateiros. Os alfaiates já

²⁹³ Idem, 22/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ *O Paiz*, 21/08/1903, p.1.

²⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 22/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ *O Paiz*, 21/08/1903, p.1.

havia se declarado em greve, mas neste dia, aqueles alfaiates que trabalhavam em casa, devolveram as obras não terminadas às alfaiatarias²⁹⁹.

Foram também convidados a aderir à greve neste dia os operários das oficinas de fundição do Lloyd Brasileiro, o que levou cerca de 200 destes operários a se reunir no Centro das Classes Operárias. Na reunião, no entanto, Vicente de Souza desaprovou a entrada destes na greve, e uma das razões teria sido por não terem em primeiro lugar consultado o Centro, e sim os operários. Estes tendiam a aderir à greve por causa de algumas demissões sofridas por companheiros seus e pela ameaça das oficinas serem guardadas pela força de polícia. Vicente de Souza, porém, convenceu-os a não se declarar em greve garantindo que resolveria a situação dos demitidos e que a polícia não guardaria as oficinas³⁰⁰.

No relato do fato ocorrido no Lloyd, vemos a clara tentativa de Vicente de Souza de impor a representatividade do CCO aos trabalhadores, afirmando que ele deveria ter sido consultado em primeiro lugar, para então, ocorrer ou não a declaração de greve. Algo muito diferente do que ocorria com as demais associações organizadas pelos próprios trabalhadores. Ao longo da greve, o convite para a adesão de novas categorias era feito diretamente aos trabalhadores. Estes, então, levavam o convite a ser discutido em suas associações de classe. Os próprios trabalhadores tinham autonomia para decidir declarar-se ou não em greve.

Também por meio deste fato ocorrido no Lloyd, temos mais um dado para a comprovação da desmedida violência usada pela polícia contra os trabalhadores. Vemos aqui que a possibilidade de terem as oficinas guardadas pela polícia é um fator a se considerar para aderirem à greve e, ao mesmo tempo, a garantia dada por Vicente de Souza aos trabalhadores, de que a polícia não os guardaria os faz recuar na declaração de greve.

Da mesma forma em que aconteceu no dia anterior com a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, a Liga dos Alfaiates e a Liga dos Chapeleiros, no dia 21 de agosto, a Sociedade Operária do Jardim Botânico, que também se constituiu em assembléia permanente durante a greve, foi obrigada por Cardoso de Castro a suspender suas atividades. Nesta altura, podemos avaliar melhor a dinâmica da repressão. As proibições começaram referentes a reuniões públicas; no início os trabalhadores não podiam se reunir na rua, em praça pública. Em um segundo

299

Idem.

300

Idem, ibidem.

momento, com a greve já ganhando novas adesões, o Largo do Capim, em torno do qual se situavam as sedes de várias associações, passou a ser policiado. E por fim, numa fase de generalização do movimento, as associações foram proibidas de manter reuniões em suas sedes. Desta forma, o chefe de polícia, que afirmava reprimir a greve como forma de defesa da ordem social e da propriedade, neste momento interferia diretamente na propriedade dos trabalhadores. Fechando as sedes das associações, invadindo as casas dos operários e cerceando seu direito de ir e vir.

O chefe de polícia, no dia 21 de agosto, redigiu uma carta aos diretores das fábricas que haviam interrompido os trabalhos por causa da greve. Nesta carta, Cardoso de Castro afirmava que o fechamento das fábricas teve relevante papel na manutenção da greve, qualificada pelo mesmo como uma “anormal situação”. E, pedia aos industriais que reabrissem suas fábricas, o que segundo ele poria fim à greve. Cardoso de Castro constrói nesta carta uma argumentação que tenta tirar das mãos dos trabalhadores o início, a organização e o controle da greve, colocando a responsabilidade pela greve nas mãos dos industriais, não no sentido de culpar os donos das fábricas, mas tratando o caso como se os operários não tivessem o poder e a organização que demonstraram durante a greve. Veremos adiante que essas idéias do chefe de polícia, de que a greve só se mantinha por causa do fechamento das fábricas, não se sustenta diante dos fatos, pois, após a reabertura das fábricas, apenas pequeno número de operários retornou ao trabalho.

Apesar de Cardoso de Castro afirmar, na mesma carta, que a polícia é capaz de “manter inalterável a ordem pública, garantir a propriedade e a vida e assegurar o livre exercício da atividade dos cidadãos” a greve estaria “prejudicando o sossego e a tranqüilidade da população em geral”³⁰¹. É curioso que tamanha alteração na vida da população, que justifique o aparato bélico utilizado na repressão e a redação de uma carta reconhecendo as alterações na ordem pública, seja algo que o chefe de polícia dizia estar sob seu controle. A falta de controle do chefe de polícia sob a situação é comprovada simplesmente pela necessidade de reforço por parte das forças armadas.

No dia 21 de agosto os operários canteiros associados ao Congresso União dos Operários em Pedreiras, organizaram uma grande reunião na frente da sua sede, na rua da Passagem, em Botafogo, com o objetivo de conseguir maior adesão dos

³⁰¹ *Correio da Manhã*, 22/08/1903, p.2.

trabalhadores deste ofício à greve. Ao saber da reunião, a polícia partiu para o local com uma força de 36 homens e efetuou a prisão de 100 participantes da assembléia.

Com a promessa de ter seus pedidos atendidos, os operários da Fábrica de Vidros e Cristais do Brasil, no dia 22 de agosto, voltaram ao trabalho.

Neste mesmo dia, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, por meio do seu presidente, Plínio Soares, enviou para o presidente da república uma representação na qual pedia maior rigor na solução da crise por que passava a indústria nacional. Afirmava, ainda, que essa crise que afetava o principal ramo industrial do país afetaria “não só o seu próprio interesse, como os mais vitais interesses econômicos do país”³⁰².

A crise, no entanto, a que o presidente do Centro se refere em sua carta ao presidente da República, não era esta greve de forma isolada. Segundo sua argumentação, as greves comuns eram resolvidas pelo acordo entre as partes, mas a greve que aqui estudamos, seria um sintoma de algo muito maior. Representaria o “transviamento da classe operária”, resultado da existência do “sopro da anarquia” no meio do operariado nacional. E, ainda como consta da carta do Centro Industrial, este perigo deveria ser combatido pelo Estado, “no interesse da indústria como no interesse do próprio operariado”. No interesse também dos operários porque, segundo Plínio Soares, estes seriam manipulados por alguns poucos elementos agitadores capazes de coagir a maioria dos trabalhadores, composta por mulheres e crianças incapazes de reagir. O que o autor da carta parece esquecer é que a associação operária que mais atuou durante a greve, a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, tem em seu nome, não só a designação masculina dos sócios, mas também a feminina.

Além do “sopro da anarquia”, e da necessidade de sua expulsão, em diversos momentos retomada ao longo da carta, outro ponto que Plínio Soares, em nome do Centro, afirma ter grande gravidade, é, em suas palavras, “a falsa compreensão de direitos (...) cuja reivindicação é apresentada como um dever social, que vai constituindo esse ambiente sufocante, que torna as relações entre o operário e a fábrica cada vez mais difíceis”³⁰³. Quando Plínio Soares afirma que os trabalhadores reivindicavam seus direitos como um dever social, percebemos uma referência à força que o movimento operário vinha desenvolvendo e à crescente organização dos

³⁰² *Jornal do Brasil*, 22/08/1903, Ed. da tarde, p.1.
³⁰³ Idem.

trabalhadores, que se tornavam a cada greve mais capazes de impor suas demandas, como se aquilo que eles reivindicavam, fosse, de fato, um dever social.

Ao final da carta, o Centro afirma que as fábricas voltarão ao trabalho, mas que não concederão redução das horas de trabalho, que os aumentos de salário deverão ser discutidos de forma particular em cada fábrica, e não por meio da elaboração de uma tabela de salários uniforme para todas as fábricas de tecidos e que as fábricas dispensarão aqueles que achar necessário. As fábricas de tecidos, desta forma, apesar de não terem atendido a nenhuma das solicitações dos operários, exigiam a volta ao trabalho.

Durante todos os dias de duração da greve houve reuniões operárias nas sedes das associações³⁰⁴. E os operários se mantiveram firmes no propósito de conseguir o que pretendiam com a greve, ou, ao menos, uma proposta razoável e não esta tentativa de impor a volta ao trabalho nas mesmas condições de antes do início da greve.

No dia seguinte à publicação da carta do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão ao presidente da República, a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos fez divulgar a sua resposta àquela. A Federação, em nome dos trabalhadores, afirmava que o elemento perturbador, ou anárquico, ao qual se refere o Centro, só poderiam ser as idéias de igualdade e justiça prometidas pelo regime republicano, e não, como afirma o Centro, uma figura individual, como um líder isolado, capaz de manipular os operários.

No mesmo dia 22, em que foi publicada a carta do Centro Industrial, os operários das fábricas de tecidos Aliança, Confiança Industrial, Cruzeiro e Carioca receberam cartas de demissão chamando-os a receber suas contas. Da Aliança foram demitidos 100 operários que moravam na vila operária, sendo também intimados a desocuparem suas casas³⁰⁵. Os trabalhadores dispensados comunicaram o fato à Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, que os aconselhou a não se apresentarem nas fábricas, nem para receber sua demissão, nem para trabalhar. Ao saber deste fato, os operários carpinteiros pediram ao *Jornal do Brasil* que divulgasse um boletim convidando, não só os carpinteiros, mas os “companheiros em geral para se tornarem solidários na greve a fim de prestar assim apoio aos companheiros tecelões”³⁰⁶.

³⁰⁴ *Jornal do Brasil*, 23/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁰⁵ *O Paiz*, 23/08/1903, p.1.

³⁰⁶ *Jornal do Brasil*, 23/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

No mesmo documento em resposta ao Centro, a Federação também se manifestou em relação às cartas de demissão recebidas pelos trabalhadores em fábricas de tecidos. Quanto a essas cartas, que representavam uma tentativa dos industriais de achar saídas individuais para a greve, os trabalhadores responderam que não aceitariam acordos pessoais para por fim ao movimento. Afirmavam também, que só encerrariam a greve quando os patrões negociassem a solução para a mudança das condições de trabalho de forma coletiva, dando a entender que isso deveria ser feito com o intermédio das associações de classe, uma vez que individualmente não entrariam em negociação. Nas palavras do representante da Federação:

“Tendo alguns dos nossos companheiros em greve recebido avisos que se acham despedidos e empresados a irem ajustar suas contas com os respectivos patrões, as classes respectivas atualmente em parede, de comum acordo, comunicam a esses srs. que estão resolvidas a não entrar em nenhuma transação pessoal e que só abandonarão sua atitude quando os ditos industriais manifestarem vontade de resolver com os mesmos as condições de trabalho que já conhecem”³⁰⁷.

Outro ponto tratado pela Federação diz respeito à violência policial sofrida pelos trabalhadores. Para justificar a violência policial, o chefe de polícia em diversos momentos se apóia na liberdade individual, na liberdade de trabalho e na garantia da propriedade. É nestes mesmos argumentos que se apóia a crítica dos trabalhadores à violência sofrida. Segundo a Federação, a polícia não vinha respeitando, durante a greve, a liberdade individual de quem não queria trabalhar, também não respeitava a propriedade, uma vez que invadia as casas operárias. E, nestas invasões, que já tratamos anteriormente neste capítulo, em que a polícia afirmava ter apreendido armas, os trabalhadores afirmavam que o que a polícia achava e recolhia das casas eram: “machadinhas de partir lenha, facas de cozinha, enfim, quase todos os utensílios necessários ao serviço doméstico”³⁰⁸.

Ainda em relação à violência policial, neste mesmo dia foi divulgado um comunicado dos operários em pedreiras, no qual se defendiam de acusações feitas pela polícia de que seriam desordeiros, estivessem promovendo distúrbios e virando carroças

³⁰⁷

Idem.

³⁰⁸

Idem, ibidem.

nas ruas da cidade e protestavam contra a atitude da polícia na repressão aos grevistas. Estes trabalhadores criticavam a polícia afirmando que esta se servia “à ganância dos opressores dos produtores do útil à sua própria manutenção”³⁰⁹, mostrando terem plena consciência de que a polícia e os industriais se uniam em interesses opostos aos trabalhadores.

Neste mesmo dia 22 de agosto, os operários de mais uma pedreira aderiram à greve. Foram os da pedreira da rua Carolina, na estação do Rocha. E, também neste dia, o chefe de polícia foi procurado por uma comissão de operários chapeleiros, que afirmaram só terem entrado em greve para conseguir melhorias de vida, pela redução para 8 horas de trabalho e aumento dos salários. Mas, não estavam solidários com o movimento maior de greve. O chefe de polícia aceitou a justificativa e recebeu da referida comissão uma lista de fábricas de chapéus para atuar como seu intermediário frente aos patrões. No entanto, os operários chapeleiros, após terem-se reunido no Centro de Classe União dos Chapeleiros e este com a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, decidiram suspender o trabalho e só retomá-lo após obterem a redução de horas de trabalho, o aumento dos salários e a readmissão dos trabalhadores demitidos.

Ainda no dia 22, várias reuniões operárias estavam marcadas para acontecer na sede da Federação e na sede da Liga dos Artistas Alfaiates, que ao longo da greve abrigaram reuniões operárias de associações que ainda não possuíam sede própria. Os carpinteiros se reuniram na Liga e decidiram entrar em greve pelas 8 horas e não trabalhar mais por empreitada. Após o fim da reunião, estes operários fizeram circular um boletim no qual convidavam todos os carpinteiros do Rio de Janeiro a aderirem à greve “como dever de solidariedade com as demais classes operárias, tomando assim parte na greve geral”, e no final do boletim chamavam os companheiros “para a luta entre o capital e o trabalho”³¹⁰. Os barbeiros também se reuniram para deliberar sobre a greve, e o fizeram na Associação dos Empregados de Barbeiros e Cabeleireiros.

Após a resolução do Centro de Fiação e Tecidos de Algodão, de reabrir as fábricas nas mesmas condições anteriores ao início da greve, a Companhia de Fiação e Tecidos Aliança distribuiu um boletim comunicando aos trabalhadores o retorno ao trabalho no dia 24 de agosto, na hora de costume e com as mesmas condições de trabalho. Neste boletim, a Aliança mantinha o mesmo discurso do boletim do Centro,

³⁰⁹

Idem, *ibidem*.

³¹⁰

Correio da Manhã, 24/08/1903, p.1.

anteriormente comentado. Afirmava que como a greve foi “produzida por indisciplina de um muito pequeno número de operários”, estes foram demitidos para que a ordem retornasse à fábrica, para que os operários que respeitassem o regimento interno pudessem trabalhar sem a influência dos “agitadores”. No final do boletim, a Aliança faz votos para que “sendo esta greve a primeira, seja também a última”³¹¹.

Em resposta ao boletim acima foi feito circular outro, nos bairros de Laranjeiras, Gávea e Jardim Botânico, dirigido “aos companheiros da Aliança”³¹². Neste, os autores, que não estão identificados, afirmam ser infame e hipócrita a forma como procedeu a diretoria da Aliança, ao acreditar que os trabalhadores em greve voltariam ao trabalho na mesma situação de antes do seu início. E ainda no mesmo boletim, os autores aconselhavam os trabalhadores a permanecerem em suas casas quando ouvissem o apito da fábrica e não responder “ao chamado desses parasitas, que tentam sugar-nos a última gota de sangue até nos deixar exaustos prostrados no leito de morte”³¹³.

E, apesar da atitude das fábricas de tecidos, neste mesmo dia, após assembléia geral no Centro Internacional dos Pintores, estes trabalhadores aderiram à greve.

No dia 24 de agosto, em cumprimento ao acordo feito com a polícia e o governo, as fábricas de tecidos foram reabertas. Ao contrário do que se previa, as fábricas não foram atacadas, mas continuaram guardadas pelo exército e pela polícia.

Apesar de os trabalhadores não terem sido atendidos em todas as suas demandas, conquistaram algumas mudanças. Na Carioca os trabalhadores passaram a receber o seu salário integral, e não mais em parte sob a forma de produtos do armazém da empresa. Além dessa conquista real, a diretoria também prometeu que aumentaria, futuramente, os salários das seções de cardas, fiação e de outras seções da fábrica. O horário de trabalho naquela mesma fábrica passaria a ser das 6:30 da manhã até às 5:30 da tarde, com uma hora de almoço e trinta minutos para o café. A diretoria desta fábrica também prometeu aumentar os salários no início do semestre³¹⁴.

Na Aliança apenas metade dos 1.640 trabalhadores da fábrica se apresentou ao trabalho. Sendo que, já era de se esperar que aparecessem ao menos 300 operários, que eram os moradores da Vila Aliança. A segurança policial não se restringiu apenas às fábricas. Por toda a rua das Laranjeiras foram distribuídos policiais³¹⁵.

³¹¹ *O Paiz*, 24/08/1903, p.1.

³¹² Idem.

³¹³ Idem, ibidem.

³¹⁴ Idem, 25/08/1903, p.1.

³¹⁵ *Jornal do Brasil*, 25/08/1903, Ed. da manhã, p.3.

A fábrica Corcovado também foi reaberta no dia 24, porém, apareceram para trabalhar apenas 360 operários, número insuficiente para que a fábrica funcionasse. A fábrica chegou a ser fechada por falta de trabalhadores, no entanto foi reaberta por pedido do chefe de polícia. Na Confiança compareceram 827 e faltaram 273 operários e 12 foram demitidos. Na Fábrica de Chapéus Mangueira apareceram para trabalhar apenas 52 operários, dos 120 totais. Na Empresa Industrial Brasileira, em Sapopemba, poucos trabalhadores se apresentaram na fábrica. Na Fábrica de Tecidos Cruzeiro compareceram 523 e faltaram 132, foram demitidos 15 homens e 18 menores. Na fábrica São Félix, que por todo o tempo da greve afirmou que seus operários não haviam aderido ao movimento, apesar das notícias contrárias, compareceram apenas 80 dos 150 operários. E na Carioca, que possuía 1.450 empregados, apareceram apenas 70 no horário do início do trabalho e terminaram o dia apenas 22 operários³¹⁶.

A respeito do número de operários que não se apresentou ao trabalho, o jornal *O Paiz* afirma que estes são os que efetivamente se encontram em greve, pois não se pode dizer que o deixaram de fazer por medo de represálias dos demais operários. No artigo do jornal afirma-se que o chefe de polícia, por meio do enorme aparato repressivo utilizado, garantiu que nenhum ato de violência, por parte dos grevistas, pudesse ser cometido contra aqueles que quisessem trabalhar. Além do que, ainda segundo *O Paiz*, durante a greve os atos de violência não partiam dos trabalhadores e sim da polícia³¹⁷.

Apesar das fábricas de tecidos terem reiniciado o trabalho, o movimento nas sedes das associações operárias localizadas no Largo do Capim permanecia intenso. A Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, a Liga dos Artistas Alfaiates, a Sociedade dos Carpinteiros e Artes Correlativas e a Associação de Classe União dos Chapeleiros se mantinha em sessão discutindo as atitudes a serem tomadas para a manutenção da greve até que suas demandas fossem atendidas. Ainda neste mesmo dia, os marceneiros se declararam em greve após assembléia geral na sede da União de Classe dos Marceneiros. No final do dia, no afã de por fim à greve a todo custo, Cardoso de Castro cometeu mais um ato de violência contra os trabalhadores. Ordenou que fossem fechadas, mais uma vez, as sedes dessas associações e colocou nas portas de cada uma dois policiais armados.

³¹⁶

Idem.

³¹⁷

O Paiz, 25/08/1903, p.1.

Quando o trabalho nas fábricas de tecidos já começava a se normalizar, no dia 25, os estivadores, após terem recebido uma visita da comissão de greve³¹⁸, aderiram à mesma. Mais de 1.000 trabalhadores reuniram-se às 5 horas e 30 minutos da manhã no cais dos Mineiros, onde deveriam embarcar para o serviço e, ao invés de fazê-lo, nomearam uma comissão que ficaria reunida na Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos para organizar suas reclamações.

Neste dia muitos navios estavam atracados esperando os estivadores para descarregarem. A greve dos estivadores, então, logo em seu início, causou enorme prejuízo. E, da mesma forma que foi feito em relação aos outros trabalhadores em greve, a polícia foi enviada para as docas para protegê-las.

Os operários estivadores, assim, reuniram-se na sede da Federação e elaboraram sua pauta de greve. Após redigir o documento, este foi enviado aos patrões, que ao receberem-no procuraram o chefe de polícia. No documento, os estivadores afirmavam que permaneceriam em greve até que as seguintes reclamações fossem atendidas:

“1º O patrão se incumbirá do embarque e desembarque dos operários, o qual se efetuará por meio do reboque.

2º Só se dobrará no serviço até 6 horas da tarde, pagando-se por este tempo mais meio dia de serviço.

3º A noite de trabalho começará às 7 horas e terminará às 4 horas da manhã, incluindo uma hora de descanso.

4º Os domingos e feriados da República serão pagos pelo preço da noite.

5º Os salários serão os mesmos em vigor: 8\$000 de dia e 12\$000 de noite.

6º Nesta sede se acha uma comissão permanente de estivadores para se entender sobre o assunto com quem a procurar. - A Comissão”³¹⁹.

Como fica claro pelo documento acima, as reclamações dos estivadores não se resumiam a aumento de salário e redução de horas de trabalho, na realidade nem pediam aumento de salários como faziam os têxteis. Estes trabalhadores já em 1903, antes de terem sequer fundado sua associação de classe, já almejavam interferir no

³¹⁸ *Correio da Manhã*, 25/08/1903, p. 2

³¹⁹ *Jornal do Brasil*, 26/08/1903, Ed. da manhã, p.3.

funcionamento do trabalho, criar regras gerais para serem adotadas por todas as companhias estivadoras.

As companhias estivadoras negaram o pedido dos trabalhadores e nomearam uma comissão para reunir-se com Cardoso de Castro, o ministro da Justiça e o presidente da República, para pedir garantias para que o trabalho pudesse ser feito por quem quisesse trabalhar.

No dia 26 de agosto, os operários estivadores divulgaram um comunicado voltado à classe trabalhadora. Neste comunicado, os estivadores afirmavam que diante da situação de que estavam sendo vítimas “os operários das outras classes”, ou seja, não apenas os estivadores, estes se declaravam em greve em solidariedade às “justas reclamações que fazem a fim de que lhes seja feita a devida justiça”. Afirmavam também que por julgarem coerentes “todas as reclamações dos seus irmãos de trabalho”, mesmo que consigam o que pedem das companhias de navegação, apenas se retirarão da greve e retomarão o trabalho quando “forem todos os operários igualmente atendidos”. E, finalizam este comunicado com a frase: “Viva a solidariedade do operário!”³²⁰ O que nos mostra que apesar de os estivadores ainda não terem organizado sua associação de classe, já possuíam organização. E, além disso, que independente do trabalho realizado, se identificavam como trabalhadores iguais aos trabalhadores das fábricas de tecidos ou de qualquer outra categoria.

Neste mesmo dia, grande parte dos operários em fábricas de tecidos, que haviam iniciado a greve, voltou ao trabalho. Mas a greve continuava, ganhando ainda mais adesões de estivadores e carregadores de café. Os pontos de embarque dos estivadores foram fortemente guardados pela polícia, inclusive com o uso de lanchas, com o pretexto de permitir o embarque daqueles que quisessem trabalhar. No entanto, nenhum estivador embarcou nos navios atracados³²¹.

Uma comissão de estivadores permaneceu na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos enquanto grupos destes trabalhadores andavam pelas ruas da Saúde e Gamboa, perto dos pontos de embarque, discutindo a respeito das próximas atitudes a serem tomadas³²². Neste dia 26 o *Jornal do Brasil* fez em suas páginas um alerta quanto à possível crise de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, por causa da greve dos estivadores. Por medo de que a greve se

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem, 27/08/1903, Ed. da manhã. p.2.

³²² *O Paiz*, 27/08/1903, p.1.

prolongasse, grande número de lojistas procurou os trapiches para fazer estoque de gêneros³²³.

Como afirmado anteriormente, apesar do retorno dos trabalhadores em fábricas de tecidos ao trabalho, a greve continuava. Neste mesmo dia 26, a Sociedade União dos Marceneiros enviou um ofício às fábricas de móveis chamando os operários à greve, o mesmo fizeram os operários de pedreiras, e os operários chapeleiros também se mantinham em greve. Diante da recusa dos industriais em aceitarem o pedido de aumento de 40% dos salários e redução do tempo de trabalho a 8 horas diárias esses operários pediram que Cardoso de Castro atuasse como intermediário nas negociações com os patrões. Estes, no entanto, ofereceram 25% de aumento e manutenção do tempo de trabalho. Apesar da recusa dos trabalhadores a esta proposta os industriais decidiram abrir as fábricas de chapéus no dia 27 e aceitar aqueles que quisessem trabalhar, não demitindo nenhum trabalhador pelo envolvimento na greve³²⁴. Neste mesmo dia os operários chapeleiros decidiram voltar ao trabalho³²⁵.

No dia 27, mais uma categoria de trabalhadores voltou ao trabalho. Mas, desta vez, por ter conseguido o que pretendia. Os pintores, organizados em torno do Centro Internacional dos Pintores conquistaram as 8 horas de trabalho diário e aumento de salários³²⁶ e publicaram uma nota em agradecimento aos demais trabalhadores afirmando que “as comissões de chapeleiros, carpinteiros, marceneiros e estivadores do porto e tecelões, em verdadeira fraternidade, unem-se à nossa causa”³²⁷. Os alfaiates também voltaram ao trabalho neste dia, tendo conseguido impor suas tabelas a alguns estabelecimentos e decidindo, no entanto, manter as negociações com os patrões que ainda não haviam aceitado³²⁸. Mantinham-se ainda em greve os marceneiros, os operários das pedreiras, os carregadores de café e os estivadores³²⁹.

Mais uma vez, nenhum estivador embarcou para fazer o trabalho, apesar de toda a garantia oferecida pela polícia. Isto fez com que as casas estivadoras contratassem 200 homens que trabalharam durante toda a noite para fazer o trabalho dos grevistas³³⁰. Apesar do trabalho na estiva ser tido como eventual, havia certa regularidade nos

³²³ *Jornal do Brasil*, 27/08/1903, Ed. da manhã. p.2.

³²⁴ Idem.

³²⁵ *Jornal do Brasil*, 28/08/1903, Ed. da manhã, p.2.

³²⁶ Idem. A conquista das 8 horas e do aumento de salários foram publicados no dia 26/08/1903, no *Jornal do Brasil*.

³²⁷ Idem, 27/08/1903, Ed. da manhã. P.2.

³²⁸ *O Paiz*, 27/09/1903, p.1.

³²⁹ *Jornal do Brasil*, 28/08/1903, Ed. da manhã, p.2.

³³⁰ Idem.

contratados. Afinal, os grevistas se mantiveram todos parados e outros 200 homens foram contratados. Se o trabalho fosse estritamente eventual, essa afirmação de que os estivadores ficaram todos parados por causa da greve não faria sentido, pois se os trabalhadores eram realmente eventuais, não haveria como saber quem são os grevistas que ficaram parados e quem são os homens que foram contratados “por fora”³³¹.

Nos trapiches os trabalhadores também começaram a entrar em greve, o que levou os patrões a usarem pessoal contratado para realizar o trabalho. Já prevendo que o serviço pudesse parar por causa da greve, no dia 26, Cardoso de Castro ofereceu 500 trabalhadores do Estado para fazer o serviço nos trapiches. Porém, estes trabalhadores do Estado, por diversos motivos, se recusaram a fazer o trabalho dos grevistas. Alegaram, dentre outros motivos, temerem represálias dos grevistas, não ser correto este tipo de remoção e até se recusaram a trabalhar para particulares, uma vez que eram trabalhadores da Alfândega³³². Neste mesmo dia, os trabalhadores do trapiche Mauá conseguiram que seus salários fossem aumentados de 60 para 65 réis por saca e os trabalhadores do Moinho Inglês aderiram à greve³³³.

Durante a greve os jornais do Rio de Janeiro relataram diversos casos de violência policial contra trabalhadores, estando estes em greve ou não. No dia 27 de agosto mais um destes casos ocorreu. Neste dia, um grupo de operários despedidos da Fábrica de Tecidos Carioca, reunia-se na sede da Sociedade Operária do Jardim Botânico, com a finalidade de redigir um ofício a ser enviado à Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos. A reunião foi interrompida por um delegado de polícia que ordenou que essa fosse encerrada e que os trabalhadores não comparecessem mais à sede da Sociedade até segunda ordem, correndo risco, caso o fizessem, de serem presos.

As medidas repressivas, no entanto, não se resumiram aos freqüentadores da Sociedade Operária do Jardim Botânico. O delegado e os policiais que patrulhavam a região proibiram os operários de saírem de casa, prendendo-os no momento em que chegavam à rua. Permitindo somente que saíssem de casa para se dirigirem à fábrica³³⁴. Outros, que se mantinham em greve, foram levados à força para a fábrica e quando se recusavam a trabalhar eram presos sem que se divulgasse onde. Além da violência policial direta os trabalhadores e suas famílias sofreram também ao serem despejados de

³³¹ Idem, ibidem

³³² Idem, ibidem.

³³³ *O Paiz*, 28/08/1903, p.1.

³³⁴ *Jornal do Brasil*, 28/08/1903, Ed. da manhã, p.2.

suas casas. O jornal *O Paiz* calculou, com base no número de 600 dispensados da Carioca, em torno de 1.000 pessoas desabrigadas e com dificuldade de serem empregados em outras fábricas³³⁵.

No dia seguinte ao fechamento da Sociedade Operária do Jardim Botânico, seu presidente pediu ao Ministro do Interior, J. J. Seabra, que intercedesse junto ao chefe de polícia para que a mesma fosse reaberta. Na sede da Sociedade funcionava também uma escola para mais de 300 operários, que se encontravam sem aulas desde que a sede fora fechada pela polícia.

No dia 28 de agosto, a greve ganhou também a adesão dos trabalhadores do Moinho Fluminense. Durante todos os dias da greve dos estivadores, estes se dirigiam para o seu ponto de embarque à hora habitual, e lá permaneciam sem embarcar até que a polícia os obrigasse a se retirar.

No dia seguinte, os estivadores continuaram em greve e os trabalhadores do carvão da The Brazilian Coal se juntaram àqueles. Os carvoeiros, tanto os que trabalham na estação Marítima da Gamboa, quanto os que trabalham na ilha dos Ferreiros, pediram aumento de 3\$ para 4\$ diários e trabalho das 6 horas e 30 minutos da manhã até as 4 horas e 30 minutos da tarde. Estes trabalhadores, em número de 320, se reuniram em sessão permanente na sede da União das Classes Operárias, na rua General Câmara, e nomearam uma comissão para conversar com os patrões. Nesta reunião a empresa declarou aos trabalhadores que não aumentaria os seus salários, e que os armazéns estariam abertos a quem quisesse trabalhar³³⁶.

Diante da manutenção da greve por parte dos estivadores, no dia 30 de agosto, o chefe de polícia os procurou e pediu que voltassem ao trabalho, e ele seria o intermediário, junto aos patrões, nas negociações por melhores condições de trabalho³³⁷. É interessante lembrarmos que quando os alfaiates recorreram ao chefe de polícia para que ele fosse seu intermediário nas negociações, esse afirmou que não poderia fazê-lo, uma vez que a greve havia sido iniciada sem o seu consentimento. Podemos pensar em dois motivos para essa diferença de atitude de Cardoso de Castro em relação a essas duas categorias de trabalhadores. Em primeiro lugar, esta atitude pode ter sido motivada pela duração da greve. Depois de tantos dias de greve era preferível ceder aos grevistas a permitir que o movimento se prolongasse ainda mais.

³³⁵ *O Paiz*, 28/08/1903, p.1.

³³⁶ *Jornal do Brasil*, 30/08/1903, Ed. da manhã, p.2.

³³⁷ *Idem*, 31/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

Mas, um segundo motivo parece ainda mais forte para tal interferência. Os estivadores realizavam um trabalho diretamente ligado à exportação e importação de produtos essenciais à manutenção da economia nacional. Desta forma, a sua greve, diferentemente da greve dos alfaiates, traria grandes prejuízos econômicos. Isto vem reforçar as relações da polícia com o grande capital, em seu papel repressivo. A categoria de trabalhadores que mais sofreu com a greve foi a dos tecelões, o principal ramo industrial brasileiro e que iniciou a greve. Tendo desta forma contra si os dois principais motivos pra sofrer a repressão.

No dia 30 de agosto a greve continuava, e contava agora com a adesão dos catraieiros³³⁸. Estes trabalhadores, antes de se declararem em greve, haviam tentado conseguir aumento de salários por meio de uma representação aos patrões ao mesmo tempo em que continuavam trabalhando. A estratégia, como vemos, não obteve êxito. E os catraieiros entraram em greve.

No dia 31 de agosto voltaram ao trabalho os operários do Moinho Inglês e do Moinho Fluminense. Apesar de a Brazilian Coal ter feito divulgar um comunicado aos seus trabalhadores, afirmando que aqueles que neste dia não se apresentassem para trabalhar seriam despedidos, muitos continuavam em greve e o trabalho foi feito por pessoal contratado³³⁹.

Neste mesmo dia, se realizou no gabinete de Cardoso de Castro uma reunião entre este, uma comissão de trabalhadores da estiva e os representantes das empresas estivadoras. Nada, no entanto, ficou resolvido, e uma nova reunião foi marcada, com base em uma proposta diferente da apresentada pelos trabalhadores. A comissão de trabalhadores que participou desta reunião vinha recebendo o aconselhamento da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos desde o início da greve. Após essa reunião no gabinete do chefe de polícia, em que ficou decidido que os estivadores se manteriam em greve até que uma nova proposta fosse elaborada, uma outra comissão de estivadores redigiu e enviou um ofício a Vicente de Souza, como presidente do Centro das Classes Operárias, pedindo-lhe que intercedesse junto à Federação para que esta mudasse a orientação dada aos grevistas³⁴⁰.

No dia 2 de setembro, os 500 operários da Companhia Edificadora, na Ponta do Caju, juntaram-se aos estivadores e carvoeiros da Brazilian Coal ainda em greve. A

³³⁸ Idem.

³³⁹ *Jornal do Brasil*, 01/09/1903, Ed. da manhã. p.1.

³⁴⁰ Idem, p.2.

única coisa que pleiteavam os operários da Edificadora era o aumento de 30 para 45 minutos na hora do almoço. Com a negativa por parte da diretoria da companhia os trabalhadores se declararam em greve e a diretoria decidiu fechar as oficinas por dez dias. Como aconteceu com as outras categorias ao longo da greve, imediatamente foi requisitada uma força de polícia para guardar a companhia.

No dia 4 de setembro o fim oficial da greve foi declarado por um ofício do chefe de polícia enviado ao Ministro do Interior. Os estivadores, no entanto, apesar de não terem entrado em acordo com os patrões quanto ao horário de trabalho, só embarcaram às 7 horas da manhã, e não às 6 horas e trinta minutos, como estipulavam as empresas.

Chegou, assim, ao fim, a greve que ficou na memória dos seus contemporâneos, não apenas dos operários, mas também dos empresários e da polícia, como a primeira greve geral da cidade.

Um balanço

A greve se iniciou na Fábrica de Tecidos Cruzeiro por um motivo específico, a obrigatoriedade de pagamento por parte dos operários de alguns dos instrumentos de trabalho. No entanto, como vimos, aderiram ao movimento não só as demais fábricas de tecidos, como também as mais diversas categorias de trabalhadores, como chapeleiros, trabalhadores em pedreiras, estivadores, sapateiros, alfaiates, dentre outros. Apesar da fagulha inicial do movimento ter sido uma questão específica de um estabelecimento fabril, havia uma questão muito maior por trás da greve e que possibilitou que ela se expandisse para categorias tão diferentes.

No ano de 1903 o deputado Barbosa Lima havia apresentado no Congresso algumas propostas de leis em defesa dos trabalhadores das empresas do Estado. Dentre estas propostas constava a defesa da jornada de 8 horas diárias de trabalho e o amparo à invalidez e à velhice³⁴¹. Somando-se a esse fato, no dia 1º de maio, Vicente de Souza, acompanhado de diversos operários entregou ao presidente da República, uma mensagem em que pedia as 8 horas diárias de trabalho, e Rodrigues Alves apoiando este pedido enviou-o ao Congresso, porém pedindo que isto fosse feito para os empregados das oficinas do Estado.

³⁴¹

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção...* Op. Cit., p.73.

Podemos, assim, argumentar que esta movimentação pelas 8 horas de trabalho para os operários do Estado foi uma motivação – implícita ou explícita – em grande medida responsável pela generalização da greve. Como vimos no relato da greve apresentado neste capítulo, quase todas as categorias de trabalhadores que aderiram à greve, por mais específicos que fossem seus ofícios e condições de trabalho, pediam aos patrões a redução do horário de trabalho para 8 horas. Em apoio a este argumento, há, ainda, um artigo do *Brasil Operário* em que o autor “culpa” Rodrigues Alves pela greve. Nas palavras do autor, Arthur Cirne:

*“Se procurarmos um responsável por essa agitação que hora se desenrola no seio das classes operárias, decerto só poderemos encontrá-lo na pessoa de s. ex. o presidente da República, pois foi depois de sua mensagem ao Congresso pedindo 8 horas, para os operários das oficinas do Estado que, os operários das oficinas particulares procuraram salvaguardar os seus direitos e como outros meios não tinham senão a greve, lançaram mão dela”*³⁴².

Como vimos anteriormente, a partir do momento em que os primeiros operários se declararam em greve, os demais industriais pediram ao chefe de polícia que fizesse a garantia de suas fábricas. O chefe de polícia atendeu aos pedidos de forma imediata, recorrendo ainda às forças armadas para fazê-lo, sempre com o pretexto de proteger as fábricas de ataques dos grevistas e de garantir a liberdade de trabalho àqueles que não desejavam aderir à greve. No entanto, os boatos mais alarmantes de ataques a fábricas não se confirmaram, e quando algum tipo de distúrbio urbano acontecia durante a greve, logo depois se comprovava que não havia partido dos grevistas. Assim, os argumentos do chefe de polícia para justificar o aparato repressivo não se sustentam diante dos fatos.

Diferentemente do que era afirmado, a principal função dos policiais não era garantir a propriedade, e sim impedir que as comissões de greve entrassem em contato com aqueles que ainda trabalhavam e conseguissem novas adesões. As praças que guardavam as fábricas, principalmente as fábricas que ainda trabalhavam durante a greve, faziam o serviço de impedir que as comissões de grevistas entrassem em contato

³⁴² *Brasil Operário*, 1ª quinzena de agosto, 1903, p.3.

com os trabalhadores que ainda não haviam aderido à greve. Ao mesmo tempo, proibiam os trabalhadores destas fábricas de irem às assembleias operárias que ocorriam nas sedes das associações. Como o ataque às fábricas não era um objetivo dos grevistas, os policiais postados nas mesmas não estavam lá para garantir a propriedade, como declarava o Dr. Cardoso de Castro, e sim para coibir as reuniões operárias.

O jornal *O Paiz* apresenta em suas páginas análises bastante lúcidas em relação à greve. Este jornal possuía uma postura política geral de apoio ao governo³⁴³, o que torna ainda mais relevantes seus comentários. Durante a greve faz várias críticas a atos do poder estabelecido, como em relação ao chefe de polícia. Segundo *O Paiz*, era claro que os trabalhadores em greve não tinham objetivo de atacar as fábricas nem de promover desordens, uma vez que estas só viriam a prejudicar a sua causa. Causa esta que era justa, uma vez que dizia respeito a reivindicações de aumento de salário, redução de horas e, em algumas fábricas, contra procedimentos imorais e violentos de alguns empregados. O mesmo jornal afirma também que havia uma clara tentativa de reduzir a importância do lado reivindicativo do movimento, tentando tornar esta greve “em um caso de perturbação da ordem”³⁴⁴.

Sustenta esta teoria o fato de o chefe de polícia, Cardoso de Castro, ter processado os trabalhadores presos durante a greve, como líderes de motins. E o mesmo jornal se pergunta: “Motins? Que motins? Pois acaso a greve é motim?”³⁴⁵

As associações operárias, cujo histórico foi trabalhado no capítulo 2 desta tese, mesmo não tendo uma longa experiência de envolvimento em movimentos grevistas, e apesar das expectativas negativas dos seus contemporâneos quanto à sua capacidade de atuação, foram capazes de organizar os trabalhadores e orientá-los neste momento de greve. Até mesmo os contemporâneos à greve de 1903 se surpreenderam com a capacidade de organização dos trabalhadores, e avaliaram, assim como nós, que a proporção tomada pela greve se deu devido à discussão em torno do dia de 8 horas. *O Paiz* afirma que

“De um lado estão os operários reclamando aumento de salários e diminuição de horas de trabalho. Do outro estão os patrões firmemente resolvidos à recusa da proposta que lhes foi apresentada.”

³⁴³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.285.

³⁴⁴ *O Paiz*, 20/08/1903, p.1.

³⁴⁵ Idem.

Não nos cansamos de dizer que a questão é melindrosa e que é indispensável que entre as duas partes surja quem formule condições aceitáveis por ambas. Ninguém está em melhor posição para esse papel do que o Sr. ministro do interior, que tem sob a sua guarda a ordem pública e que faz parte de um governo que acolheu com simpatia o pedido do dia normal de 8 horas para os operários do Estado.

Infelizmente, porém, essa iniciativa que deveria ser pronta, fez-se esperar até hoje, permitindo que o movimento grevista assumisse proporções que não eram de esperar das nossas rudimentares agremiações proletárias”³⁴⁶.

No dia 19 de agosto, os operários filiados à União Operária do Engenho de Dentro divulgaram um boletim. Os filiados à União eram, em sua maioria, operários da Estrada de Ferro Central do Brasil, que sabemos ser uma empresa do Estado. Diferente dos comunicados anteriormente apresentados, neste afirmava-se que apesar da União não ser “indiferente aos sofrimentos dos seus companheiros das fábricas de tecidos”³⁴⁷, não estava de acordo com a greve, mais especificamente, da forma como esta estava sendo encaminhada. O presidente da União Operária do Engenho de Dentro, afirmava ainda que, como havia sido feito o pedido das 8 horas de trabalho aos poderes públicos, os trabalhadores deveriam esperar que essa medida fosse tomada³⁴⁸.

O presidente da União Operária, Antonio Augusto Pinto Machado, que assina o comunicado, afirma reconhecer a necessidade dos operários melhorarem suas condições de vida, mas, deveriam fazê-lo de forma gradativa e não sob a forma da greve geral. Para o presidente da União, essa forma de atuação abriria espaço para que elementos não ligados à classe operária aproveitassem este momento para praticar atos classificados pelo mesmo de “pouco honrosos”³⁴⁹ para a classe.

A União era a associação mais ativa na luta por direitos dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Atuava, no entanto, dentro dos meios legais utilizando-se de cartas e requerimentos e preocupava-se em manter a imagem dos seus associados como disciplinados³⁵⁰. Assim, a atitude da União Operária do Engenho de

³⁴⁶ Idem, 21/08/1903, p.1.

³⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁴⁸ *O Paiz*, 18/08/1903, p.1.

³⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁵⁰ FRACCARO, Gláucia C. C. *Morigerados e Revoltados...* Op. Cit.

Dentro e de seu presidente não nos surpreende, principalmente no caso desta greve, que foi reprimida pela força policial como uma revolta.

Podemos não estar de acordo com a argumentação do presidente da União, mas, de fato, estes atos por ele chamados de “pouco honrosos” ou, segundo a classificação policial, delituosos ocorreram. São vários os relatos de atos deste tipo. Em muitos casos não passaram de boatos, que pouco depois de terem sido noticiados constatou-se não serem verdadeiros. Em outros casos, ocorreram em intensidade muito menor do que relatado e outras vezes, ainda, ficou comprovado que não foram praticados por trabalhadores. Mas, ocorreram.

No próprio dia 18, segundo relato do *Jornal do Brasil*, a força de polícia destacada no bairro das Laranjeiras e alguns bondes, teriam sido atacados. Além disso, foram atravessados arames em algumas ruas do bairro, apagados alguns combustores da iluminação pública e disparados alguns tiros, o que fez com que os cavalos da polícia montada que chegava ao local para verificar o que ocorria sofressem quedas, assim como os cavaleiros³⁵¹. Nada, no entanto, garante que essas ações tenham sido realizadas por operários em greve. *O Paiz*, também no dia 18, afirma em suas páginas que a polícia, inclusive, “tem também sob vistas diversos indivíduos que, não sendo operários, promovem as desordens”³⁵².

Não só na promoção de desordens durante a greve atuaram elementos estranhos ao operariado. Como já comentado em capítulo anterior deste mesmo trabalho, consta do Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos a denúncia da atuação de um policial, de nome Francisco Fernandez, que se fez passar por trabalhador. Este participou da organização de um comitê de greve e atuou com o objetivo de fazer a greve fracassar ao aconselhar os industriais a apitarem as fábricas e divulgarem boletins com ameaça de demissões daqueles que não retornassem ao trabalho³⁵³.

No dia 20 de agosto, foi divulgado um boletim operário direcionado “ao povo”. Neste documento, os operários protestavam contra “as arbitrariedades e violências inqualificáveis cometidas pela polícia”³⁵⁴. Afirmavam que nunca acreditariam que “assuntos econômicos entre patrões e operários fossem resolvidos pela polícia, à ponta de baioneta e à bala” e que, como operários, se julgavam com direitos iguais às demais classes sociais, por isso a polícia não deveria “massacrar as classes operárias para

³⁵¹ *Jornal do Brasil*, 19/08/1903, Ed. da manhã. P.1.

³⁵² *O Paiz*, 18/08/1903, p.1

³⁵³ Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos... Op. Cit.

³⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 20/08/1903, Ed. da manhã. P.1. (Também em *O Paiz*, 20/08)

defender a burguesia”. Neste boletim, os operários afirmam ainda, que, uma vez que não são movidos por “espírito de hostilidade”, caso ocorra algum conflito “cabe a responsabilidade aos que indignamente se intitolam mantenedores da ordem”. E por fim afirmam que, “quando os encarregados de manter as leis às desrespeitam e rasgam, o povo também tem o direito de revoltar-se. Às vossas violências e arbitrariedades responderemos com a dinamite e o petróleo. Vida por vida, dente por dente!”³⁵⁵ Infelizmente, e compreensivelmente, o boletim não está assinado. Desta forma, não temos como saber se esse posicionamento era apenas de uma pequena parcela dos operários envolvidos no movimento ou da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, que estava orientando a greve. O que, no entanto, está muito claro neste documento é a consciência que os operários tinham, já em 1903, de que eles como operariado, viam-se com clara oposição à burguesia. E que a força policial atendia aos interesses desta burguesia.

Neste caso, vale retomar a pergunta de *O Paiz*: “*Pois acaso a greve é motim?*” De um lado a repressão policial aos trabalhadores em greve os tomava como uma “turba perigosa” que ameaçava a ordem urbana, da mesma forma que se referia aos amotinados nas revoltas ocorridas na cidade. De outro lado, para sustentar uma greve em que os espaços públicos (as Praças) e privados (suas associações de classe) eram fechados pelos policiais para suas reuniões, os trabalhadores muitas vezes tiveram que recorrer a formas de enfrentamento com as forças da repressão que se assemelhavam realmente aos confrontos dos motins urbanos. Ou seja, no repertório de ações da classe em formação, greve, enfrentamento da repressão e luta pelo espaço “público” urbano faziam parte de uma experiência comum.

O *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, os principais jornais utilizados como fonte de informação sobre a greve, além do *Brasil Operário*, possuíam posturas distintas. O *Jornal do Commercio* era uma folha lida pelos setores mais conservadores da sociedade, por funcionários graduados e por políticos. Mantinha uma postura de apoio ao governo, qualquer que este fosse. O *Jornal do Brasil*, por outro lado, era lido por um público amplo, era o jornal de maior tiragem no começo do século XX e assumia uma postura crítica em relação à ação policial, apesar do apoio que prestava a Pereira Passos. O *Correio da Manhã*, apesar de ter afirmado em seu artigo de apresentação que não seria neutro, e sim, um jornal de opinião, ao

355

Idem.

“defender a causa do povo”³⁵⁶ e manter uma coluna operária, no caso da greve de 1903, não procedeu desta forma. Apresentou, quase na totalidade das vezes, apenas os fatos da greve. *O Paiz*, como já comentado, era uma folha de apoio ao governo estabelecido, mas posicionou-se também de forma crítica em relação ao volume da repressão.

Apesar das diferenças existentes entre si, todos os jornais consultados afirmam que a atitude dos operários era calma na tentativa de tornar a greve geral, mas, ainda assim, todas as fábricas estavam guardadas por policiais armados³⁵⁷. Era tão grande o medo em relação à ação dos grevistas que o chefe de polícia mandou que os gasômetros da Companhia de Gás fossem seguros por policiais armados. Foram enviadas forças de polícia para os gasômetros do Mangue, Vila Guarany, Campo de Marte e Mangueira. Até mesmo para fazer a segurança de fábricas em Niterói, foram enviadas forças de polícia³⁵⁸.

Com o objetivo de estar a postos para qualquer ocorrência e tornar ainda mais eficiente a repressão aos grevistas, a pedido de Cardoso de Castro, as companhias de bondes Jardim Botânico, Vila Isabel, São Cristóvão e Carris Urbanos mantiveram, cada uma, dois carros em disponibilidade para transportar os policiais para os locais em que fossem necessitados³⁵⁹.

A desmedida violência policial, além de se tornar clara diante do aparato bélico utilizado contra os trabalhadores, pode ainda ser comprovada por uma declaração do diretor da Corcovado em que este agradece ao chefe de polícia pela proteção oferecida, mas dispensa-a. O diretor desta fábrica afirma que a aceitação da segurança policial seria uma “odiosa solução” e uma ameaça à vida dos seus operários, que não se encontravam em greve³⁶⁰. Torna-se claro, por meio desta declaração, os métodos utilizados na segurança das fábricas.

O aparato repressivo utilizado pela polícia, de tão desmedido frente à ação dos trabalhadores, foi ironizado em charges e piadas em alguns nos jornais diários do Rio de Janeiro. *O Paiz*, que como já foi dito, além de não ser um jornal operário era um jornal tradicionalmente de apoio ao governo, na coluna “Lorotas”, assinada por Braz Laracha, em relação aos desmandos do chefe de polícia, mandando prender trabalhadores que apenas circulavam pela cidade, publicou o seguinte comentário:

³⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...* Op. Cit., p.283-287.

³⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 17/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁵⁸ Idem, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁵⁹ Idem, 20/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁶⁰ Idem, 19/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

“Em vão tenho procurado no Código Penal o seguinte artigo:

'Passar sossegadamente pela rua do Lavradio - Pena: prisão por tempo indeterminado'

Não achei. Mas o raio do artigo deve existir, com toda certeza; o Sr. Dr. chefe de polícia mandou ontem prender cerca de 30 operários que passavam sossegadamente pela rua do Lavradio, e diz que vai processá-los por isso.

O Dr. Cardoso de Castro continua a mostrar-se grande amigo dos operários. Como a polícia anda por aí a persegui-los, e vendo que na rua os pobres homens estão expostos a violências, o benemérito Sr. Cardoso manda recolhê-los à repartição da rua do Lavradio.

É paternal”³⁶¹.

Na mesma coluna do jornal, há também uma piada ironizando a duração da greve e a incapacidade do chefe de polícia de pôr fim à mesma

“O chefe, enérgico - A greve há de acabar...

O ministro - Que medidas pretende tomar para ter tal certeza?

O chefe, noutro tom - A greve há de acabar... algum dia. Tudo tem um fim neste mundo!”³⁶²

A reabertura das fábricas de tecidos, por pedido de Cardoso de Castro, na tentativa de acabar com a greve e a ilusão de que os trabalhadores só estavam trabalhando porque as fábricas se encontravam fechadas também foram ironizadas por *O Paiz* na mesma coluna “Lorotas”: “Informações policiais de última hora: A greve está quase extinta. Os operários é que insistem em não voltar ao trabalho. Desde, porém, que a greve está quase extinta, compreende-se que a atitude dos operários não tem grande valor”.

Não só *O Paiz* ironizou a atuação policial durante a greve. A revista *O Malho* também o fez. Esta revista, que não era operária, dedicou algumas de suas páginas a charges sobre a greve, o que nos indica que a greve chamou a atenção não só dos

³⁶¹ *O Paiz*, 25/08/1903.

³⁶² Idem.

diretamente envolvidos no movimento, mas também de parcela mais ampla da população. Em uma das charges vemos o chefe de polícia rezando por uma ajuda divina para o fim da greve, esposas dizendo que fariam greve e alunos de escolas em greve (cf. anexo 2). Além das charges há ainda em *O Malho* algumas anedotas sobre a greve que ironizam o grande contingente policial dedicado à segurança das fábricas, como podemos ver a seguir:

“A diretoria da Liga Operária União, Tranquilidade e Fraternidade Incondicional dos Artistas Batedores de carteiras e Artes Correlativas prepara uma solene manifestação de simpatia e apreço à Repartição de Polícia, em sinal de agradecimento.

Por quê?

Porque nesses últimos tempos, os artistas notáveis têm trabalhado sem o menor estorvo, graças a não intervenção da polícia, que anda muito atarefada em garantir a propriedade das fábricas”³⁶³.

Apesar de não restar dúvidas quanto aos meios violentos utilizados pela polícia na repressão à greve, Cardoso de Castro, em seu relatório anual ao Ministério da Justiça, afirmava que a polícia, em caso de greve, não tinha “o direito de exercer (...) coação de espécie alguma”, mas, se a greve promover a perturbação da ordem, a ação policial deve ser “animada de um sincero desejo de paz e de concórdia”. Neste mesmo relatório, o chefe de polícia afirmava, ainda, que as greves são fenômenos comuns em situações de prosperidade econômica, em que os trabalhadores reclamam a parte que lhes cabe do lucro dos industriais e que a solução do conflito entre o capital e o trabalho estaria na elaboração de leis que delimitassem as horas de trabalho e as relações entre patrão e operário. Mas, a afirmação mais interessante de Cardoso de Castro é a em que este reconhece que até nas muitas greves ocorridas no ano de 1903 o proletariado demonstrou uma capacidade de resistência e coesão nunca antes vistas³⁶⁴.

Neste estudo da classe operária em formação, não podemos fechar os olhos para aqueles que, apesar de trabalhadores, apesar de estarem diante de um movimento do porte da greve de 1903, não atuaram de uma forma que fosse, conforme os padrões dos

³⁶³ *O Malho*, 29/08/1903, p.11

³⁶⁴ Relatórios do Ministério da Justiça, 1903-1904. Anexo C – Relatório do Chefe de Polícia A. A. Cardoso de Castro.

setores mais atuantes, classificada como “classista”. Refiro-me aqui a algumas categorias que também se utilizaram da greve para conquistar o que pretendiam, no entanto, o fizeram de uma forma diversa daquela utilizada pelos iniciadores do movimento.

Pelo anterior comunicado da União Operária do Engenho de Dentro percebemos que, apesar dos operários terem se mostrado em grande parte em acordo quanto à necessidade da greve e sua direção, algumas categorias apresentaram um posicionamento diverso. A própria União, apesar de reconhecer os motivos dos operários em fábricas de tecidos, não se mostra favorável à greve e defende que se deve esperar que o poder público decrete as 8 horas. Os operários das indústrias de cigarros, os catraieiros e os acendedores da Companhia de Gás adotaram, ainda, outra estratégia. Apesar da situação ruim de trabalho não entraram em greve na esperança de conseguirem entrar em acordo com os patrões. Eles declaram que apesar do trabalho ruim, optaram por não entrar em greve, tentando assim obter a sensibilidade dos patrões³⁶⁵. Os acendedores do Gás conseguiram com essa atitude, que Vicente de Souza, presidente do CCO, conseguisse junto à diretoria da companhia o aumento pleiteado³⁶⁶. Estes trabalhadores se aproveitaram do momento de greve para pedir algumas melhorias aos seus patrões se apoiando no fato de não estarem aderindo à greve, como algo a seu favor. De qualquer forma, foi o clima criado pela greve que os levou a se manifestar e, em vários casos, a conquistar o atendimento de demandas.

Como vimos, alguns trabalhadores recorreram a Vicente de Souza durante a greve para a obtenção de algumas conquistas. A atuação do CCO durante a greve, representado por Vicente de Souza, foi duramente criticada pelo jornal *Brasil Operário*. O *Brasil Operário*, jornal de tendência socialista que teve seus redatores presos pela polícia com a acusação de serem agitadores da greve, nos seus artigos, defende que as conquistas operárias devem ser obra dos próprios operários, e não de políticos que se apresentam como protetores do operariado. De acordo com José Hermes de Olinda Costa, autor de um dos artigos do *Brasil Operário*, Vicente de Souza e José Augusto Vinhaes fizeram com que o operariado do Rio de Janeiro se dividisse “em dois grupos que são intrigados e se encaram como inimigos acérrimos”³⁶⁷. Esses dois grupos são, de

³⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 28/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁶⁶ *Idem*, 30/08/1903, Ed. da manhã, p.1.

³⁶⁷ *Brasil Operário*, 1ª quinzena de agosto, 1903, p.3.

um lado, os que se declararam em greve e, de outro, os que se apoiaram em Vicente de Souza e Vinhaes em busca das conquistas pretendidas.

A crítica aos políticos que interferem no movimento operário, no entanto, não se estendem à política de uma forma geral, demonstrando muito mais uma divisão no interior das fileiras socialistas do que a defesa do anti-partidarismo típico do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. A crítica feita no *Brasil Operário*, como aquela que fizera França e Silva em 1890, direciona-se aos políticos não operários e à decisão de esperar que o Congresso decida instituir as 8 horas diárias de trabalho. Este jornal não nega a luta política, e ao mesmo tempo, defende a greve como forma de luta por direitos. Isto é, a greve é uma forma de pressionar o Congresso e os empresários a adotarem de imediato as 8 horas de trabalho.

Os trabalhadores, representados aqui pelo *Brasil Operário*, apresentavam a greve como a principal forma de defesa dos seus direitos, uma vez que não havia leis em defesa do trabalho, nem possuíam representação no Congresso Nacional. E, estes dois aspectos deveriam caminhar juntos, isto é, as leis trabalhistas deveriam ser elaboradas por representantes operários no Congresso. Essa posição é reforçada pelo lançamento e apoio do *Brasil Operário* à candidatura de Francisco Juvêncio Sadock de Sá.

Sadock de Sá, como comentamos no capítulo 1 desta tese, foi um dos fundadores do Centro das Classes Operárias em 1902, ao lado de Lúcio Reis, Gustavo de Lacerda, Ezequiel de Souza e Vicente de Souza. Sadock de Sá era apresentado pelo *Brasil Operário* como um “legítimo operário”³⁶⁸ mecânico.

As lideranças principais do movimento, entretanto, não eram políticos, nem redatores de jornais. Percebemos pelos relatos da greve que as associações operárias possuíam uma considerável representatividade frente aos trabalhadores. Grande parte das categorias, ou classes, recorria às suas associações, ou para decidir a entrada na greve, ou para ter aconselhamento, ou dar conhecimento da vitória conquistada. No dia 28 de agosto, os centros operários receberam um boletim assinado pelas “comissões reunidas”³⁶⁹. Neste boletim os operários eram parabenizados pela posição mantida na greve, por não terem aceitado a interferência de políticos ou de qualquer outro elemento não operário. A assinatura, “comissões reunidas”, juntamente com a recusa da interferência de não operários, nos indica um certo grau de maturidade da organização e

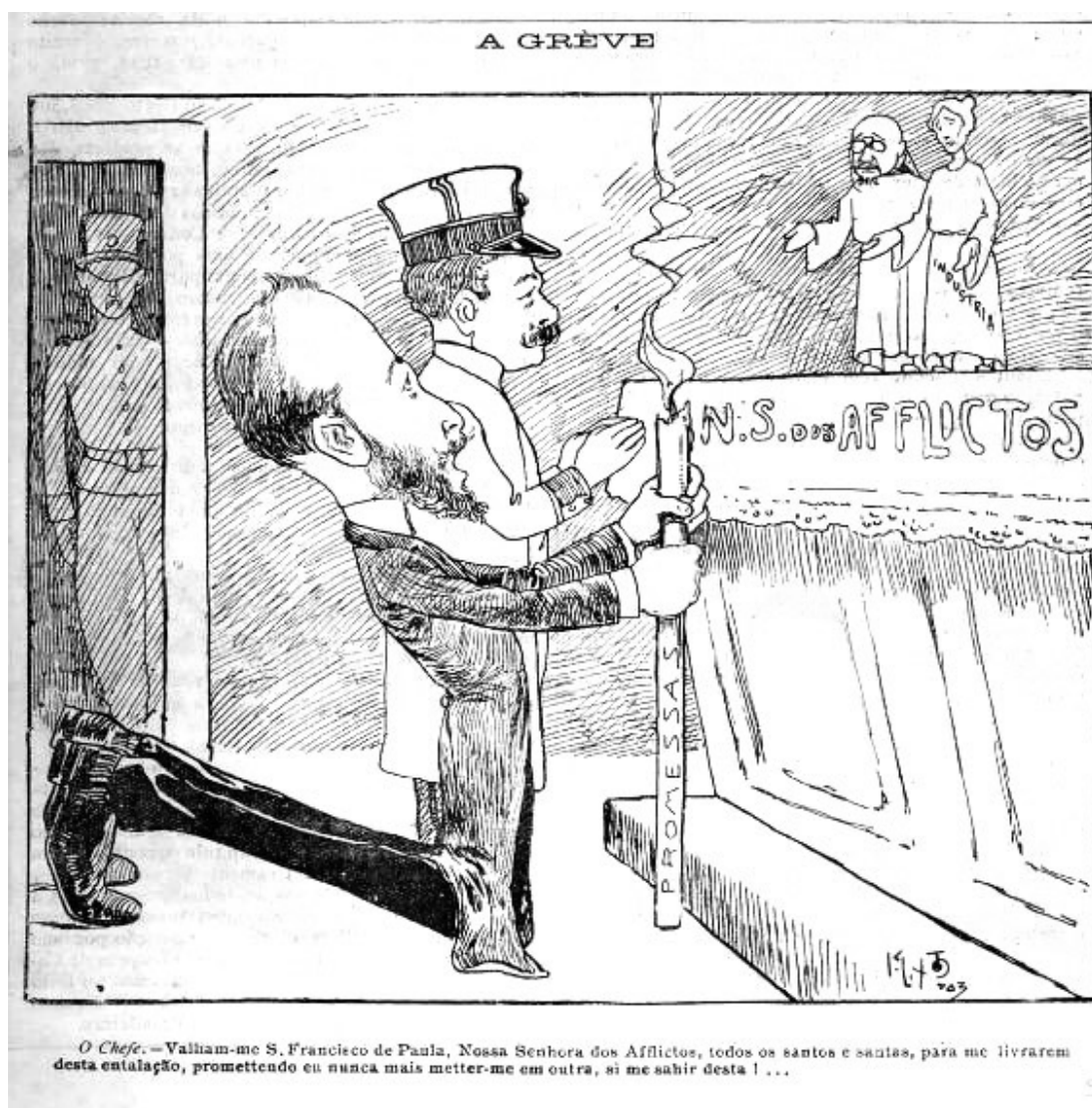
³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 29/08/1903, Ed. da manhã, p.2.

da consciência de classe do operariado já neste momento, em 1903. Em primeiro lugar, as categorias em greve, ou as classes, para usarmos o termo utilizado pelos trabalhadores naquele momento, foram representadas durante a greve pelas suas associações de classe. Em segundo lugar, mas não em ordem de importância, independentemente do grau de qualificação dessas classes, os trabalhadores se uniram em direção a um objetivo comum. Esses dados nos permitem ver a grande integração e rede de relações que as associações operárias do Rio de Janeiro possuíam. O que é reforçado pelo fato de a maioria das categorias e associações que se declararam em greve terem afirmado que o faziam “em solidariedade” aos tecelões. As várias associações envolvidas na greve, algumas já estudadas em capítulo anterior deste trabalho, apesar de possuírem as mais variadas concepções ideológicas, foram capazes de unirem-se em prol de um objetivo maior do que as suas divergências cotidianas.

Ao final de um movimento tão ambicioso quanto a greve de 1903, em que a maior parte do operariado envolvido lutava pelo aumento de 40% nos seus ordenados e pela redução da jornada de trabalho a 8 horas diárias, torna-se difícil fazermos uma avaliação quanto à vitória ou derrota. O que podemos afirmar é que, de uma forma geral, os trabalhadores conseguiram reduzir sua jornada de trabalho e conquistaram aumento de salários. Mas o grande feito destes trabalhadores envolvidos na greve, no entanto, foi terem conseguido mantê-la por tanto tempo. Apesar de em alguns casos a longa duração da greve revelar uma dimensão de fraqueza dos operários frente aos patrões, dada a maior dificuldade de impor suas demandas, no caso desta greve, a sua duração pode ser analisada sob outro ângulo. Na greve de 1903, considerando o aparato bélico utilizado na repressão e a extensão do movimento, a longa duração pode ser avaliada positivamente, como sinal da capacidade mobilizatória e organizativa dos operários e suas associações. Mais um indicador relevante para a discussão mais ampla que aqui pretendemos fazer, de que o processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro vivia já no início do século XX uma fase bastante adiantada.

Anexo 2



O Malho, 29/08/1903, p.2.

NO COLLEGIO



— Só você é que vem hoje á lição ? onde se metteram os outros ?

— Metteram-se... em grève.

O Malho, 29/08/1903, p.11.



— *Seu cunpadre, as coisa estão preta! E como é que
nois vamo nos aranjá si as mulé ficam em greve?...*
— Num alembra isso, que o diabo attenta, *seu Apinagé!*
— Era memo o diabo! Tinha a gente de cozinha, lavá
a roupa, varrê a casa...
— Ah! *seu camarada, si fosse só isso!...*

O Malho, 29/08/1903, p.12.



— D. Clarinha, vamo dá uma volta em Copacabana
p'ra apreciá o luar...
— Nada disso, *sen* Florianundo, os grevista estão
secco pra apanhá um polícia e eu não quero embruios
cumigo...

O Malho, 29/08/1903, p.12.



O Malho, 29/08/1903, p.3.

Conclusão

A greve de 1903 foi uma greve por conquista de direitos, pela jornada de oito horas, entendida como igualdade de tratamento em relação aos operários do Estado. Desde 1890, a luta por direitos pautou os primeiros debates em torno da participação dos trabalhadores na ordem republicana. A forma como a participação ocorreria, e por quais meios os direitos seriam conquistados, foram objetos de disputa.

Desde o primeiro momento da República, os trabalhadores e seus representantes se dividiram em dois grupos distintos. De um lado aqueles que defendiam que as conquistas operárias deveriam ser obra dos próprios trabalhadores e criticavam qualquer participação de não-operários na luta operária e, de outro lado, aqueles que aceitavam a participação de quaisquer elementos, até mesmo de não-operários.

Além desta primeira divisão, havia também outra, que dizia respeito à forma de luta. Em relação a esta os trabalhadores se dividiam em outros dois grupos básicos, aqueles que defendiam a greve como uma forma de luta legítima e aqueles que a condenavam, afirmando que as greves eram nocivas ao operariado e que as conquistas deveriam ser obtidas por meio da elaboração de leis em defesa do trabalhador.

No ano de 1903, apesar de o recurso à greve ser quase que unanimemente reconhecido, vemos interagir durante a paralisação elementos com posições diversas, por isso, a greve de 1903 se mostrou um episódio privilegiado para o estudo do movimento operário e da formação da classe operária. Os antigos adeptos de um partido exclusivamente operário, que antes se opunham às greves, neste momento da formação da classe trabalhadora brasileira, incorporam a greve como forma de pressionar o governo para maior agilidade na elaboração de leis, como vimos no posicionamento do jornal *Brasil Operário*. Estes continuam se opondo à interferência de não-operários na luta, defendendo a eleição de um legítimo representante dos operários.

Ao lado destes, durante o movimento, vimos agirem trabalhadores que, além de não aceitarem qualquer interferência de não-trabalhadores, ainda defendiam que as conquistas operárias deveriam ser feitas apenas por meio da ação direta, como por exemplo, a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos. E, ainda aqueles que ao invés de aderirem à greve, recorreram à interferência de Vicente de Souza e do Centro das Classes Operárias, organização com perfil político mais próximo de uma lógica de conciliação de classes, embora também declaradamente socialista, para conquistar o que pretendiam.

Uma gradação ainda mais conciliatória seria perceptível na forma de atuação adotada pela União Operária do Engenho de Dentro, que defendia que se deveria esperar que os poderes públicos tomassem a decisão de decretar as 8 horas. Posição contrária à defendida pelo *Brasil Operário*. A União Operária, representada por seu diretor, Pinto Machado, recorreu, ainda, à polícia para pedir sua proteção contra ataques dos grevistas, apesar de declarar que concordava com os motivos dos trabalhadores em greve.

Por outro lado, mesmo as associações que aceitaram intermediários, não aceitaram qualquer um. Um advogado, de nome Otacílio Câmara, que se ofereceu durante a greve para intervir pelos trabalhadores foi recusado por todos os trabalhadores. O que motivou, ao final da greve, que as comissões reunidas assinassem um boletim parabenizando os trabalhadores por não terem cedido à interferência de “aventureiros políticos”³⁷⁰.

Apesar da “greve geral” de 1903 ter sido, em grande parte, motivada pelo objetivo da conquista de direitos, o principal destes sendo as 8 horas de trabalho diário, esta conquista, só começou a se materializar em 1912, e para somente poucas categorias, como os operários da construção civil. Foi apenas em 1920 que os operários, de forma ampla, conquistaram o direito às 8 horas³⁷¹, ainda assim sem qualquer garantia legal generalizante. Como vimos, os operários há muito lutavam por direitos, por leis em defesa do trabalho. E, apesar de se dividirem quanto à forma de obtenção dos mesmos, se por obra dos próprios trabalhadores ou mesmo que não partissem de representantes operários, durante a greve de 1903 se uniram para obter melhorias para o operariado. Ao menos naquele momento as diferenças foram secundarizadas diante da unidade que se formou na luta grevista. Como vimos, a maior diferenciação entre as posições das associações se deu em relação à participação, ou não, de não-operários no movimento.

Além de interagirem entre si, durante a greve, como não poderia deixar de ser, os trabalhadores o fizeram também com seus empregadores e com a força policial. Como consta do capítulo 1, Hardman e Leonardi afirmam que “a vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão policial nos momentos decisivos e

³⁷⁰ O Paiz, 29/08/1903

³⁷¹ LOBO, Eulalia M. L., STOTZ, Eduardo N. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário. In: Revista Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 1985, V.1, N.º.1, p.66.

controle social e ideológico nas ruas e na cidade”³⁷². Isto foi demonstrado ao longo desta tese por meio da atuação policial em repressão aos grevistas, não só durante a greve de 1903, mas também nos movimentos da Estrada de Ferro Central do Brasil, de 1892, dos sapateiros de 1906, da greve do Lloyd de 1913 e da greve de gráficos em agosto de 1917.

Durante a greve de 1903, mais especificamente, foram proibidas reuniões em praças públicas e, até mesmo, dentro das sedes das associações e dentro das casas dos trabalhadores. Operários foram presos, retirados de suas casas e obrigados a trabalhar³⁷³. Apesar de os jornais afirmarem que as desordens não eram promovidas por operários, mas sim por elementos que se aproveitavam deste momento de greve, a polícia não deixou de reprimir os trabalhadores, como vimos, até mesmo em suas casas.

Sob o pretexto de proteger as fábricas de ataques, e acusando os trabalhadores de promovê-los, as fábricas foram cercadas pela polícia para impedir que os trabalhadores em greve entrassem em contato com aqueles que ainda trabalhavam. O objetivo do chefe de polícia Cardoso de Castro era manter as fábricas funcionando e, assim, conter a generalização do movimento. Este objetivo, como vimos, não foi atingido, apesar de todas as garantias da polícia, os trabalhadores sé voltaram ao trabalho depois de terem conseguido algumas concessões dos industriais quanto aos salários e tempo de trabalho, e a greve de 1903 se tornou a maior já vista até então.

Apesar de toda a inegável repressão e do aparato bélico utilizado contra os grevistas, apesar de os trabalhadores presos sem que se saiba de seu paradeiro³⁷⁴, e da incitação do conflito promovida por um policial na vila do Saneamento³⁷⁵, o chefe de polícia, em seu relatório ao ministro do interior, afirma que as greves eram naturais e não deveriam ser reprimidas, a não ser quando representassem ameaça à ordem. Mas como foi demonstrado, nenhuma fábrica foi atacada, nenhum diretor sofreu atentado, as únicas vítimas de violência foram os trabalhadores.

Na repressão à greve, os trabalhadores moradores em vilas operárias tornaram-se alvos mais fáceis da repressão, não só da polícia como dos empregadores. As vilas operárias, por serem propriedade das fábricas, estando assim sujeitas às suas regras e ao seu controle, podendo representar fatores de desmobilização operária. Isto, no entanto, não impediu que os operários, dentre eles, moradores das vilas, pudessem organizar

³⁷² HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria...* Op. Cit. p.147.

³⁷³ *O Paiz*, 21/08/1903.

³⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 28/08/1903 e *O Paiz*, 26/08 e 27/08/1903.

³⁷⁵ *O Paiz*, 23/08/1903.

uma greve do porte da de 1903. Apesar dos riscos envolvidos, como a perda da moradia para si e sua família, da repressão aos trabalhadores e do seu suposto isolamento nas vilas, os trabalhadores desenvolveram laços de solidariedade e a consciência de classe fundamentais para a organização e a mobilização operária. E a proximidade de moradia nas vilas, contraditoriamente aos objetivos dos patrões, pode neste caso ter servido de fator agregador de identidades e organização.

O estudo da “greve geral” de 1903 nos permitiu ver que apesar de as vilas operárias serem extensões das fábricas e de sua disciplina, os trabalhadores residentes destas vilas não se encontravam isolados do restante do conjunto dos operários. Internamente às vilas, apesar de todo o controle exercido, os operários não deixaram de se envolver em movimentos grevistas, e ao mesmo tempo, diferentemente do que afirmaram Lobo e Stotz³⁷⁶, não estavam isolados dos demais trabalhadores moradores de cortiços e estalagens. Pois, como foi demonstrado, tanto os têxteis moradores de vilas operárias, quanto sapateiros, chapeleiros, pedreiros, dentre tantos outros, uniram-se na greve de 1903 em prol de objetivos comuns.

A união dos trabalhadores e sua representação por parte das associações é um dos pontos centrais deste estudo. Muitas das categorias só aderiram à greve após reuniões em suas associações. E as mais diversas classes de trabalhadores, artesanais e industriais, reconheceram a liderança da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos no comando da greve e aconselhamento aos grevistas. Além da liderança da Federação, vimos que associações fundadas com objetivos assistenciais, durante a greve viram-se chamadas a assumir uma posição mais combativa de defesa dos seus associados como formadores da classe operária, como por exemplo, a Liga dos Artistas Alfaiates. Outras categorias, que não possuíam uma organização formal fundaram suas associações poucos dias após a greve, como foi o caso dos estivadores³⁷⁷.

A greve de 1903 se mostrou um acontecimento privilegiado para estudarmos o processo de formação da classe operária do Rio de Janeiro, como um momento fundamental e um indicador desse processo. Além das mais diversas categorias de trabalhadores unirem-se pela conquista das 8 horas de trabalho e dos 40% de aumento, desde as mais artesanais, às mais industriais, algumas categorias aderiram à greve

³⁷⁶ LOBO, Eulalia M. L., STOTZ, Eduardo N. Flutuações cíclicas da economia... Op. Cit., p.69.

³⁷⁷ Além das associações abordadas neste estudo, há um conjunto de associações que foram fundadas com objetivos mutuais e/ou beneficentes e permaneceram atuantes dentro destes princípios. O objetivo deste estudo não é julgar o primitivismo de associações assistenciais, nem defender sua evolução em direção à atuação sindical, apesar de algumas associações terem se movimentado nesta direção.

apenas sob a forma de solidariedade aos iniciadores do movimento. Essa união nos mostra que os trabalhadores se reconheciam como formadores de uma única classe operária, e que não mais se viam e atuavam como o faziam no início da década de 1890, como classes distintas de trabalhadores, como artistas, artesãos, trabalhadores, operários e proletários com diferentes interesses e identidades.

É claro que tal processo não se constitui numa marcha evolutiva de direção única da inconsciência à consciência de classe como se esta fosse um dado estanque e não um processo vazado por contradições, mas um fato que reforça o papel do ano de 1903 e da “greve geral” como um dos marcos da formação da classe operária e desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores do Rio de Janeiro é a fundação da Federação das Associações de Classe em setembro do mesmo ano, apenas um mês após o fim da greve. A Federação das Associações de Classe, por sua vez, deu origem à Federação Operária Regional Brasileira que se tornou nos anos seguintes Federação Operária Regional Brasileira, organizadora dos Congressos Operários³⁷⁸. A maneira de atuação desta greve também passou a pautar as formas de luta posterior ao seu acontecimento, uma vez que a conquista de direitos por meio da greve, da forma como aconteceu na “greve geral” de 1903, se tornou um dos pontos centrais das propostas aprovadas no Congresso Operário de 1906.

A greve de 1903 além de nos permitir ver como interagiam os trabalhadores, como se desenvolvia a formação da classe trabalhadora e a sua consciência de classe, ainda pode nos indicar que – devido ao seu início no momento em que se discutia no congresso a implementação das 8 horas diárias de trabalho – os trabalhadores estavam bastante atentos às questões políticas de seu tempo. Esta pode ter sido uma greve com caráter muito mais político do que se afirmou, com a atenção dos trabalhadores ao momento em que seria feita, com o objetivo de pressionar a conquista das 8 horas de trabalho também nas empresas particulares.

Assim, em 1903, os trabalhadores se uniram em prol do objetivo maior do que os interesses particulares a cada ofício, representados por suas associações, que neste momento ainda não se diferenciavam pelos mesmos padrões que marcariam os anos seguintes, em que sindicalistas revolucionários, sindicalistas reformistas, e mais tarde comunistas e suas diversas divisões internas passaram a representar posições políticas mais cristalizadas. Trata-se também de um movimento em que a atenção política dos

³⁷⁸ BATALHA, C. H. M. O movimento operário na Primeira República... Op. Cit. p. 40.

trabalhadores em relação ao Estado – esta do debate sobre as 8 horas – em sua luta por direitos, encontra contrapartida em uma reação muito mais policial-repressiva que legislativa por parte deste Estado, o que não deixou de ter seu peso também no sentimento de solidariedade que reforçou a unidade dos trabalhadores em greve. Por tudo isso, este já é, e em certo sentido ainda é, um momento de união dos trabalhadores, que passam a se reconhecer enquanto uma única classe.

Fontes

Fontes primárias

Periódicos

A Voz do Povo. Rio de Janeiro.

A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro.

Brasil Operário. Rio de Janeiro.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro.

Diário Oficial. Rio de Janeiro.

Echo Popular. Rio de Janeiro.

Gazeta Operária. Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro.

O Amigo do Povo. São Paulo.

O Caixeiro. Rio de Janeiro.

O Graphico. Rio de Janeiro.

O Malho. Rio de Janeiro.

O Paiz. Rio de Janeiro.

O Socialista. Rio de Janeiro.

Relatórios do Ministério da Justiça, 1903-1904. Anexo C – Relatório do Chefe de Polícia A. A. Cardoso de Castro.

Estatutos de associações operárias

Estatuto da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros, 1908.

Estatuto da Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores, 1905.

Estatuto da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, 1853.

Estatuto da Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates, 1907.

Estatuto do Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, 1915.

Estatutos do Congresso União dos Operários em Pedreiras, 1905.

Estatuto da União dos Operários Estivadores, 1906; 1910 e 1915.

Relatórios de associações operárias

Relatório da Federação Operária do Rio de Janeiro, 1913.

Relatório da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro, apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro.

Relatório do Sindicato dos Operários das Pedreiras do Rio de Janeiro, apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro.

Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos apresentado ao Segundo Congresso Operário Brasileiro.

Resoluções dos Congressos Operários

Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro.

Resoluções do Segundo Congresso.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.

AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Prefeitura, 2005.

BATALHA, C. H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.12, nº. 23/24, setembro 91/agosto 92, pp.111-124.

_____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do Marxismo no Brasil - Vol. II - Os influxos teóricos*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1995, pp.11-44.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: Unicamp/ICHF, v.6, n.10/11, 1999, pp. 41-68.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, F. T. & FORTES, A. (Orgs.). *Cultura de classe – identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, pp. 95-119.

- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.
- CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- _____. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro – 1890/1922*. São Paulo: Edições Loyola, 1978.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedades de resistência dos trabalhadores em trapiche e café – Rio de Janeiro, 1908-1930. In: *Afro-Ásia*, n° 24, Salvador, 2000, pp..
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERRERAS, Norberto. *No País da Cocanha – Aspectos do Modo de Vida dos Trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2001.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EducS / Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FRACCARO, Gláucia C. C. *Morigerados e Revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2008.
- GOLDMACHER, Marcela. *Movimento operário: aspirações e lutas*, Rio de Janeiro, 1890-1913. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2005, (mimeo).
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil, Vol. I – O Movimento Operário*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1979.
- HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- LEVY, Maria Bárbara. “República S.A.: a economia que derrubou o Império”. In: *Ciência Hoje*, v.10, n°. 59, novembro de 1989, pp. 34-41.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- _____, CARVALHO, Lia A. e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989.

- _____, STOTZ, Eduardo N. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário. In: *Revista Rio de Janeiro*, Niterói: EDUFF, v.1, n°.1, 1985.
- LOPES, José Sergio Leite. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sergio Leite et al., *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 41-95.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências Comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói, 2005, Mimeo.
- _____. (Org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004.
- _____. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, História e Multidisciplinaridades: territórios e deslocamentos, ANPUH, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2007.
- MAUL, Rafael. *Trabalhadores livres e escravos na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Niterói - UFF, 2003. (Monografia de final de curso de graduação em História).
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- NEVES, Maria Cecília Baeta. "Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". In: *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, abr./jun., 1973.
- NORONHA SANTOS, F.A. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. *Workers on strike – France, 1871-1890*. New Haven: Yale Univ. Press, 1987.
- RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: pesquisa 1906-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Arte Moderna.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.
- THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988.
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3^a ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.